

# Relatório de Gestão 2018



**Secretaria-Geral**

Brasília - 2019

**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Ministro-Chefe da Secretaria-Geral**

Floriano Peixoto Vieira Neto

**Secretário-Executivo**

Roberto Severo Ramos

**Secretário de Administração**

Gilberto Barbosa Moreira

**Secretário Especial de Assuntos Estratégicos**

Maynard Marques de Santa Rosa

**Secretária Especial de Modernização de Estado**

Marcia Luiza de Amorim Oliveira

**Secretário de Controle Interno**

Allison Roberto Mazzuchelli Rodrigues

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

ABIN	- Agência Brasileira de Inteligência	DVP	- Demonstração de Variações Patrimoniais
BCTID	- Base Científica, Tecnológica e Industrial voltada para a Defesa	EMATER/DF	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-DF
BF	- Balanço Financeiro	ENAP	- Escola Nacional de Administração Pública
BI	- Business Intelligence	E-SIC	- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
BO	- Balanço Orçamentário	FIB	- Fórum Brasil de Investimento
BP	- Balanço Patrimonial	GECC	- Gratificação de Encargos de Curso ou Concurso
CEGP	- Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas	GERCONT	- Sistema de Gerenciamento de Contratos
CEP	- Comissão de Ética Pública	GIFRJ	- Gabinete da Intervenção Federal no Rio de Janeiro
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade	GSI	- Gabinete de Segurança Institucional
CGA	- Comissão de Gestão Ambiental	GT	- Grupo de Trabalho
CGCONT	- Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos	IBRAM	- Instituto Brasileiro de Museus
CGD	- Comitê de Governança Digital	IDG	- Identidade Digital do Governo
CGFFS	- Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social	IN	- Instrução Normativa
CGPLS	- Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável	LAI	- Lei de Acesso à Informação
CGR	- Comitê de Gestão de Riscos	LOA	- Lei Orçamentária Anual
CGRC	- Comitê de Governança, Riscos e Controle	MCASP	- Manual de Contabilidade Aplicada do Setor Público
CGU	- Controladoria-Geral da União	MNBA	- Museu Nacional de Belas Artes
CISSET	- Secretaria de Controle Interno	MP	- Ministério do Planejamento
CMRI	- Comissão Mista de Revalidação de Informações	NBC TSP	- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
CPVBM	- Comissão Permanente de Valorização de Bens Móveis	OCDE	- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
DFC	- Demonstração dos Fluxos de Caixa	ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
DIGEP	- Diretoria de Gestão de Pessoas	ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
DITEC	- Diretoria de Tecnologia		

OFSS	- Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	SICPR	- Sistema de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto
PAC	- Planos Anuais de Comunicação Publicitária	SIC	- Sistema de Custos
PACD	- Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento	SIORG	- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
PAD	- Processo Administrativo Disciplinar	SISAU	- Sistema de Saúde da Presidência da República
PES	- Sistema de Pessoal	SISFRON	- Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
PGR	- Política de Gestão de Riscos	SISP	- Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
PNA	- Política Nacional Amazônica	SISPRON	- Sistema de Proteção de Fronteiras
PNPC	- Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível	SMGS	- Serviço Móvel Global por Satélites
PPA	- Plano Plurianual	TCU	- Tribunal de contas da União
PPI	- Programa de Parcerias de Investimentos	TI	- Tecnologia da Informação
PQVT	- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicação
PR	- Presidência da República	UPC	- Unidade Prestadora de Contas
PROANTAR	- Projeto Antártico Brasileiro	VPR	- Vice-Presidência da República
SA	- Secretaria de Administração		
SAE	- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos		
SEAP	- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca		
SECOM	- Secretaria Especial de Comunicação Social		
SERPRO	- Serviço Federal de Processamento de Dados		
SG	- Secretaria-Geral		
SIADS	- Sistema Integrado de Administração de Serviços		
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira		
SIAPE	- Sistema Integrado de Administração de Pessoal		
SIASG	- Sistema de Administração de Serviços Gerais		
SICOM Federal	- Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal		

**LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

Figura 1 - Missão e Visão.....	13	Figura 21 - Gastos Comunicação Institucional.....	45
Figura 2 - Organograma da Secretaria-Geral em 2018.....	14	Figura 22 - Distribuição das Despesas da Secretaria-Geral em 2018 ...	46
Figura 3 - Cadeia de Valor .....	15	Figura 23 - Limite de Movimentação de Empenho da Secretaria-Geral .....	48
Figura 4 - Mapa Estratégico .....	16	Figura 24 - Percentual das Dotações Contingenciadas em 2018.....	48
Figura 5 - Análise Estratégica .....	17	Figura 25 - Gastos com Pessoal.....	48
Figura 6 - Principais Objetivos Estratégicos .....	18	Figura 26 - Outras Despesas Correntes.....	49
Figura 7 - Solicitações de Acesso à Informação da Secretaria-Geral ....	22	Figura 27 - Investimentos.....	49
Figura 8 - Manifestações por Órgão .....	24	Figura 28 - Evolução da Força de Trabalho .....	51
Figura 9 - Manifestações por Tipo .....	24	Figura 29 - Força de Trabalho por Situação de Vínculo/Funcional.....	51
Figura 10 - Painel Resolveu - Resultado da Pesquisa .....	25	Figura 30 - Distribuição de Servidores por Unidade do Exercício.....	52
Figura 11 - Painel Resolveu - Satisfação da Resposta .....	25	Figura 31 - Distribuição dos Servidores por faixa Salarial (R\$) .....	52
Figura 12 - Veículos Cadastrados .....	27	Figura 32 - Custo Direto com Despesas de Pessoal em 2018 .....	54
Figura 13 - Propostas de Patrocínio .....	29	Figura 33 - Evolução de Despesas de Pessoal .....	54
Figura 14 - Proposta de Patrocínio por Valor.....	29	Figura 34 - Avaliações de Desempenho Intermediadas em 2018 .....	54
Figura 15 - Projetos Prioritários em Comunicação .....	31	Figura 35 - Cargos Gerenciais Ocupados.....	55
Figura 16 - Resultados 2018.....	32	Figura 36 - Remuneração da Presidência da República.....	55
Figura 17 - Números de PAD .....	43	Figura 37 - Níveis de Ocupação de Cargos Gerenciais .....	55
Figura 18 - Percentual de PAD .....	43	Figura 38 - Capacitações .....	56
Figura 19 - Variações Orçamentárias.....	44	Figura 39 – Cinco Maiores Contratações em 2018 .....	58
Figura 20 - Despesas Liquidadas .....	45	Figura 40 - Principais Contratações em 2018 .....	59

Figura 41 - Contratos Vigentes der Maior Valor .....	61	Figura 61 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados .....	85
Figura 42 - Contratações Diretas em 2018 .....	62	Figura 62 - Balanço Financeiro .....	86
Figura 43 - Movimentação Mensal do Depósito de Patrimônio .....	65	Figura 63 - Resultado Financeiro do Exercício .....	86
Figura 44 - Mudanças Internas ocorridas em 2018 .....	66	Figura 64 - Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	87
Figura 45 - Macroprocesso da Área de TIC .....	67	Figura 65 - Caixa e Equivalentes de Caixa .....	91
Figura 46 - Principais entregas do CGD/PR em 2018 .....	68	Figura 66 - Conta Contábil.....	91
Figura 47 - Quantitativo e Valores dos Contratos por Tipo de Objeto em 2018 .....	69	Figura 67 - Imobilizado.....	91
Figura 48 - Montante dos Recursos Aplicados em TIC - 2017/2018.....	69	Figura 68 - Bens Móveis .....	92
Figura 49 – Contratações mais Relevantes de Recursos em TIC - 2018	69	Figura 69 - Bens Imóveis .....	92
Figura 50 - Integração ALM .....	70	Figura 70 - Bens Imóveis - Palácios .....	93
Figura 51 - Premissas e Ações Planejadas - TIC .....	73	Figura 71 - Bens Intangíveis .....	93
Figura 52 - Macroprocesso de Custos.....	75	Figura 72 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	94
Figura 53 - Estrutura Organizacional das Unidades Abrangidas nas Demonstrações Contábeis .....	80	Figura 73 - Demais Obrigações a Curto Prazo.....	94
Figura 54 - Balanço Patrimonial .....	82	Figura 74 - Resultado Patrimonial do Exercício .....	94
Figura 55 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes .....	82	Figura 75 - Resultado Patrimonial (Detalhado).....	95
Figura 56 - Contas de Compensação.....	82	Figura 76 - Transferências e Delegações Recebidas .....	95
Figura 57 - Superávit/Déficit Financeiro .....	82	Figura 77 - Transferência e Delegações Concedidas.....	95
Figura 58 - Variações Patrimoniais.....	83	Figura 78 - Transferências Intragovernamentais Recebidas.....	96
Figura 59 - Balanço Orçamentário .....	84	Figura 79 - Transferências Intragovernamentais Concedidas .....	96
Figura 60 - Execução de Restos a Pagar Não Processados .....	85	Figura 80 - Sub-Repasses .....	97



Figura 81 - Receita Realizada .....	97
Figura 82 - Despesas Orçamentárias.....	98
Figura 83 - Dotação Atualizada .....	98
Figura 84 - Dotações Empenhadas e a Empenhar .....	98
Figura 85 - Execuções Direta e Indireta .....	99
Figura 86 - Despesas Empenhadas.....	99
Figura 87 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais .....	99
Figura 88 - Outras Despesas Correntes.....	99
Figura 89 - Despesas de Investimentos .....	100
Figura 90 - Restos a Pagar .....	100
Figura 91 - Cumprimento das deliberações atendidas no exercício...	101

## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE
- ANEXO II – ATA DA REUNIÃO DE 05/02/2019
- ANEXO III – RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA



## Sumário

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....	3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS .....	5
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	8
<b>Sumário</b> .....	9
MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE .....	11
2. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL .....	13
2.1 IDENTIFICAÇÃO DA UPC .....	13
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	14
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA .....	15
3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	15
3.1.1 MODELO DE NEGÓCIO.....	15
3.1.2 MAPA ESTRATÉGICO.....	16
3.1.3 ANÁLISE ESTRATÉGICA.....	17
3.1.4 PRINCIPAIS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS .....	18
3.1.5 PRIORIDADES DA GESTÃO .....	19
3.1.6 DESAFIOS E PERPECTIVAS.....	19
3.2 GOVERNANÇA.....	20
3.2.1 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA .....	20
3.2.1.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA.....	20
3.2.1.2 INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA .....	21
3.2.1.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS.....	21
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE E CONTROLES INTERNOS.....	26
4.1 PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	26
4.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS .....	26
5. RESULTADOS DA GESTÃO .....	27
5.1 GESTÃO DE COMUNICAÇÃO .....	27
5.2 GESTÃO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS .....	36
5.2.1 GOVERNANÇA MIGRATÓRIA .....	36
5.2.2 DIÁLOGOS BILATERAIS ESTRATÉGICOS - OS PAÍSES PRECISAM DEBATER ASSUNTOS ESTRATÉGICOS?.....	36
5.2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - ACOMPANHAMENTO E DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA ONU .....	36
5.2.4 PROANTAR – APOIO AO PROJETO ANTÁRTICO BRASILEIRO ..	36
5.2.5 SISFRON - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS.....	36
5.2.6 PROJETO NACIONAL AMAZÔNICO.....	37
5.2.7 BASE CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE DEFESA ..	37
5.2.8 DESAFIOS AO AUMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL.....	37
5.2.9 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA FOCADA NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA .....	37
5.3 GESTÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO.....	39
5.3.1 RECURSOS HUMANOS .....	39
5.3.2 ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTABILIDADE .....	40
5.3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	40
5.3.4 RECURSOS DE LOGÍSTICA.....	41
5.3.5 RELAÇÕES PÚBLICAS.....	42
5.4 GESTÃO DO CONTROLE INTERNO.....	42
5.5 GESTÃO DE POLÍTICAS DE AQUICULTURA E PESCA .....	43
6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO .....	44
6.1 ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UPC	44
6.1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	44
6.1.2 GESTÃO DE PESSOAS .....	49
6.1.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	58
6.1.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA .....	63
6.1.5 GESTÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO..	67
6.1.6 GESTÃO DE CUSTOS.....	74
6.1.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	75

7.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	79
7.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	79
7.2	DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	82
7.2.1	BALANÇO PATRIMONIAL .....	82
7.2.2	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	83
7.2.3	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	84
7.2.4	BALANÇO FINANCEIRO .....	86
7.2.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	87
7.3	NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	91
	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	101
	ANEXOS E APÊNDICES.....	103
	ANEXO I - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE .....	104
	ANEXO II – ATA DA REUNIÃO TCU-CISET DE 05/02/2019 .....	106
	ANEXO III- RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA - SEAP .....	108

## MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Apresento o Relatório da Secretaria-Geral da Presidência da República - SG referente ao exercício de 2018. O presente relatório de gestão relaciona-se ao processo de prestação de contas atinente ao exercício do ano de 2018. O documento contempla as informações das unidades vinculadas à Secretaria-Geral e teve sua elaboração observando as instruções do Tribunal de Contas da União (TCU), contidas na Decisão Normativa – DN/TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

O Relatório tem por objetivo apresentar de forma transparente, comunicativa, objetiva e acessível, as realizações e entregas alcançadas pelo órgão, no exercício de 2018, à sociedade brasileira.

Como destaque preliminar, ressalta-se que no exercício de referência, integravam à estrutura desta Pasta Ministerial, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento – PPI e a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP. Dessa maneira, o relatório dispõe sobre informações dos seguintes órgãos:

- Secretaria-Executiva - SE;
- Secretaria de Administração - SA;
- Secretaria de Controle Interno - Ciset;
- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE;
- Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM;
- Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP, e
- Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento – SEPPI (DN/TCU nº 170/2018 definiu como Unidade Prestadora de Contas – UPC, individualizada).

A SG foi criada em 1990 e as suas competências e áreas de atuação passaram por revisões ao longo dos últimos 29 anos. O decreto nº 9.670, de 2 de janeiro de 2019, estabelece a atual estrutura organizacional e competências, conforme descrito abaixo:

- Gabinete;
- Assessoria de Comunicação Social;
- Secretaria-Executiva - SE;
- Secretaria de Administração - SA;
- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE;
- Secretaria Especial de Modernização do Estado - SEME;
- Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública – SECEP; e
- Secretaria de Controle Interno – Ciset.



As competências atribuídas à Secretaria-Geral e aos seus órgãos componentes estão disponíveis em:

<http://www.secretariageral.gov.br/sobre-a-secretaria/sobre-a-secretaria>.

Este ato remodelou as competências da Pasta criando a Secretaria do Estado – SEME, que tem a responsabilidade de pensar além do conceito – muito conhecido, mas pouco vivenciado – da desburocratização. Quando falamos em modernizar, estamos pensando, por exemplo, em diminuir a jornada do cidadão que

busca soluções nos órgãos públicos, em promover a geração de empregos, a cidadania e o orgulho de ser brasileiro.

As nações que, atualmente, despontam como símbolo do progresso, da inovação e da tecnologia alcançaram esse status porque tinham objetivos, planejamento, técnica e talentos. Além de não deixarem para amanhã os avanços que poderiam obter hoje, construíam o futuro, antecipando respostas a demandas que ainda deveriam surgir.

Nas últimas décadas, porém, o Brasil foi na contramão; o pensar estratégico no futuro do país ficou adormecido. Para reavivá-lo, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE – outro importantíssimo braço da Secretaria-Geral – está se renovando. Com inteligência, percepção do ambiente e planejamento, a Seae articulará, de forma transversal, a execução de uma Agenda Estratégica em resposta a grandes desafios que podem impactar nosso futuro.

O cenário configurado representa para o órgão a desafiadora missão de contribuir nas ações destinadas à modernização, eficiência, economicidade e simplificação do funcionamento da máquina pública do Estado Brasileiro.

Muitas urgências batem à nossa porta. Uma delas, igualmente defendida pelo Governo eleito em outubro passado, é o combate à corrupção. O governo federal reflete a sociedade brasileira, que vem demonstrando crescente intolerância a desvios, porque o Brasil que almejamos jamais será alcançado se o país não der uma guinada em direção a uma gestão mais ética, transparente e honesta.

Na Secretaria-Geral, existem dois órgãos cujas atribuições estão intimamente relacionadas a essa demanda social: a Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública - SECEP e a Secretaria de Controle Interno - Ciset. Com focos diferenciados, ambas atuam de

forma consultiva, preventiva e repressiva, ultrapassando o âmbito da Presidência da República para levar os valores defendidos a diversos outros componentes da Administração Pública.

A nova Secretaria-Geral não tem a pretensão de resolver todos os problemas que tangem a sua atuação nos próximos quatro anos, mas, certamente, irá demonstrar, com ações e resultados, que modernização, planejamento estratégico, ética e integridade são temas de Estado e devem ser tratados permanentemente.

O conceito de modernização ultrapassa as questões relacionadas ao uso de tecnologias e impõe aos integrantes dos órgãos que compõem a SG a missão de desenvolver, analisar e propor iniciativas de aperfeiçoamentos, com o objetivo de contribuir para a resolução dos principais problemas que afligem a sociedade.

Modernizar, simplificar, reduzir custos e otimizar processos são “palavras” de ordem no ambiente da Secretaria-Geral, que deverá pautar sua atuação de maneira transversal, colaborando com as demais pastas ministeriais na articulação dos projetos estabelecidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como prioritários.

Por fim, é importante destacar que o presente Relatório de Gestão da Secretaria-Geral da Presidência da República de 2018 traduz a estratégia de atuação da gestão no mencionado exercício, detalhando os programas e ações desenvolvidas.

**FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO**

## 2. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL

### 2.1 IDENTIFICAÇÃO DA UPC

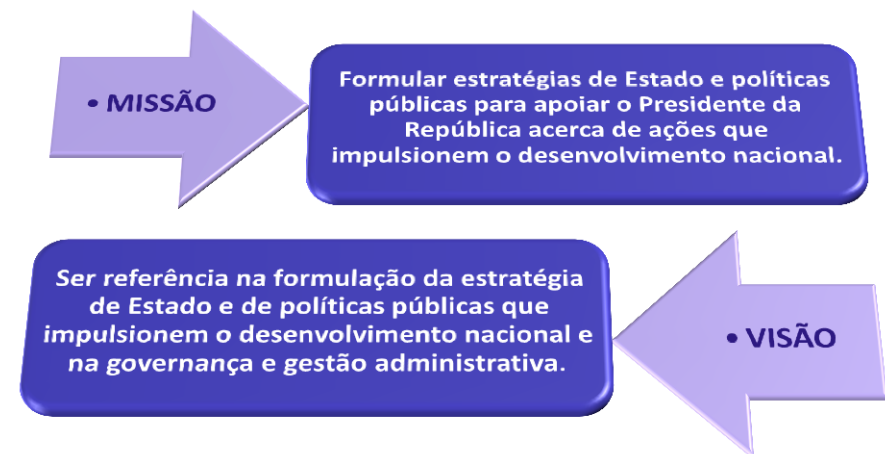
A Secretaria-Geral da Presidência da República foi criada na década de 1990 e reconfigurada diversas vezes nos últimos 29 anos, destaca-se as alterações promovidas por meio da Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, modificada pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

No âmbito das atribuições, compete à Secretaria-Geral, assistir, direta e imediatamente, o Presidente da República – na supervisão e na execução das atividades administrativas e no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos Órgãos integrantes da Presidência e Vice-Presidência da República, bem como, formular estratégias de Estado e Políticas Públicas Nacionais; promover maior inserção internacional do País. Além disso, exerce, por meio da Ciset/Presidência, atividades de ouvidoria e de seccional de correição, com atuação em toda a Presidência da República e Vice-Presidência da República, salvo exceções legais.

Compete, ainda, à Secretaria-Geral: formular e implementar a política de comunicação e de divulgação social do Governo Federal; organizar e desenvolver sistemas de informação e pesquisa de opinião pública; coordenar a comunicação interministerial e as ações de informação e de difusão das políticas de governo; coordenar, normatizar, supervisionar e realizar o controle da publicidade e dos patrocínios dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob o controle da União;

convocar as redes obrigatórias de rádio e televisão; coordenar a implementação e a consolidação do sistema brasileiro de televisão pública; e coordenar o credenciamento de profissionais de imprensa, o acesso e o fluxo aos locais, onde ocorram atividades das quais o Presidente da República participe.

Figura 1 - Missão e Visão





## 2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No exercício de 2018 integravam à estrutura da antiga Secretaria-Geral: a Secretaria-Executiva - SE, Secretaria de Administração – SA, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SAE, Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento – PPI, a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP e a Secretaria de Controle Interno, conforme demonstrado no organograma abaixo:

Figura 2 - Organograma da Secretaria-Geral em 2018



Cabe identificar as respectivas autoridades, da estrutura da Secretaria-Geral, no exercício de 2018, que estão também contempladas no Rol de Responsáveis, e foram responsáveis pelos atos, medidas e decisões de gestão constantes e registrados nesse Relatório.



### 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

#### 3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), para o período de 2018 a 2023, teve início no ano de 2017 e contou com a parceria da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, a fim de subsidiar a instituição na construção dos principais desafios para os próximos anos.

A primeira etapa do processo de elaboração do Planejamento Estratégico, realizado no exercício de 2017, teve como produto uma proposta de Mapa Estratégico. Nesta ocasião foram definidas a Missão e a Visão da Secretaria-Geral, bem como estabelecidos os valores que norteiam a sua administração.

Foram realizadas oficinas que envolveram atividades e planejamento dos eventos com a equipe da SG/PR, elaboração da Cadeia de Valor da instituição, elaboração de análise SWOT, além da construção e validação do Mapa Estratégico e do Painel de Indicadores e Metas e posterior relatoria dos resultados.

Como desafio, à construção do plano de ação contemplará as iniciativas a serem implementadas, visando o alcance das metas.

#### 3.1.1 MODELO DE NEGÓCIO

A Cadeia de Valor da Secretaria-Geral, desenhada a partir da oficina realizada com seus dirigentes e representantes da ENAP, é subdividida por 6 cadeias de Valor Finalístico e 8 cadeias de Valor de Suporte. A figura abaixo apresenta o detalhamento da cadeia de valor validado pela Secretaria-Geral.

Figura 3 - Cadeia de Valor



3.1.2 MAPA ESTRATÉGICO

No mapa estratégico, ilustrado abaixo, constam as informações da Missão, da Visão e dos Valores, bem como os resultados previstos e os processos internos relacionados a cada órgão integrante da Secretaria-Geral. Também, foram identificados os recursos humanos e a infraestrutura necessária para o desempenho das competências institucionais.

Figura 4 - Mapa Estratégico



### 3.1.3 ANÁLISE ESTRATÉGICA

Dando continuidade ao processo, foi realizada uma análise estratégica da instituição a fim de identificar os pontos fortes e fracos, bem como examinar as oportunidades e as ameaças (sob diversos aspectos) que poderão ser enfrentadas no ambiente de atuação, de forma a posicionar melhor a liderança sobre as ações a serem realizadas pela Secretaria-Geral. A tabela a seguir destaca os resultados alcançados.

Figura 5 - Análise Estratégica

Oportunidades	Fraquezas	Ameaças	Forças
Investimentos internacionais para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira	Comunicação interna (intra SG) deficitária	Reforma ministerial e impacto na SG/PR	Atuação sobre temas estratégicos para o Governo
Integração de ferramentas e sistemas informatizados na administração pública	Alta rotatividade do quadro de pessoal	Falta subsídios de informação de outros Ministérios para o direcionamento estratégico	Equipe qualificada
Atuação dos órgãos de controle estimulam avanços em gestão e governança	Cultura de trabalho por resultados incipiente	Falta de colaboração de órgãos/entidades que atuam em temas da SG/PR	Integra o centro ou núcleo do Poder
Intercâmbio com outros órgãos da administração pública e outros países para a gestão do conhecimento	Falta de visão integrada de identidade	Gestão e governança tratada de forma setorial, com perda de sinergia no alcance de resultados para a sociedade	Capacidade de resposta a demandas urgentes e estratégicas
Capacidade institucional instalada (no âmbito do Governo Federal)	Baixa governança corporativa	Alterar respostas aos pedidos de requisição de “negativa” para “dificuldade no atendimento”	Trabalho articulado entre as áreas
Estabilidade econômica que contribui para estabilidade institucional	Gestão da informação deficitária	Mudança da orientação política sobre o papel do Estado na Economia (desestatização/estatização)	Capacidade de inovar
Ampliação da interação/diálogo com o cidadão por meio de canais digitais (redes sociais e sites) da PR	Recursos tecnológicos insuficientes	Corte orçamentário	Senso de urgência e importância
A existência de políticas estratégicas nacionais articuladas à coordenação de políticas de investimento	Falta de padronização de procedimentos	Danos de imagem causados por possível parcialidade da mídia externa	
Participação do cidadão/sociedade na melhoria dos processos internos (LAI e ouvidoria)	Baixa maturidade em gestão de riscos	Negativas nos pedidos de requisição de pessoal	
Estratégia de governança digital única para o Poder Executivo Federal	Ausência de gestão do conhecimento	Ataque à segurança da informação	
Promoção de alinhamento e integração na comunicação governamental	Falta de incentivo ao desenvolvimento da inovação	Credibilidade como fonte de informação ainda não consolidada	
Sociedade mais receptiva à participação do setor privado na prestação de serviços públicos	Inexistência de quadro próprio		
	Um terço do quadro de pessoal apto a se aposentar		
	Ausência de uma identidade		
	Sistemas de informação com pouca integração		

3.1.4 PRINCIPAIS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Figura 6 - Principais Objetivos Estratégicos





### 3.1.5 PRIORIDADES DA GESTÃO

Conforme as competências regimentais estabelecidas na estrutura da Secretaria-Geral, buscou-se priorizar projetos, processos e entregas nas áreas de **GESTÃO DE COMUNICAÇÃO**, com destaque para a otimização dos Portais e Redes Sociais da Presidência da República, bem como campanhas de alta relevância para a sociedade, intensificação do relacionamento com a imprensa, além de aperfeiçoamento de normas e sistemas. Na **GESTÃO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICA** buscou-se o cumprimento do cronograma de projetos e eventos propostos, tendo como guia: as questões estratégicas nacionais; a articulação de políticas e estratégias com órgãos do governo, poderes públicos e instituições da sociedade civil; a coordenação e supervisão de projetos e programas estratégicos e; a preparação de subsídios sobre questões estratégicas encaminhadas pelo Presidente da República ou pelo Secretário-Geral da Presidência da República. Na **GESTÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO**, buscou-se incrementar o investimento na profissionalização administrativa e gestão estratégica, priorizando a modernização da gestão em suas diversas dimensões, mantendo foco no aprimoramento da maturidade dos processos, na qualidade dos gastos, nos mecanismos de governança e na adoção dos padrões de sustentabilidade (ambiental, social e econômica), ressaltando o constante desenvolvimento dos processos de planejamento orçamentário e financeiro, tornando mais eficiente e eficaz a alocação e redistribuição dos recursos públicos no âmbito dos Órgãos e Unidades Integrantes da estrutura da Presidência da República. No aspecto de **GESTÃO DO CONTROLE INTERNO** buscou-se aprimorar as atividades de auditoria interna governamental, por meio do desenvolvimento de ações de controle, incremento na atuação da corregedoria e a realização de atividades que promovem a mediação direta entre o cidadão e as unidades para a ouvidoria.

Cabe ressaltar que na área de **GESTÃO DE POLÍTICAS DE INVESTIMENTO** (UPC Individualizada) as informações constaram apartadas desse relatório, e na área de **GESTÃO DE POLÍTICAS DE AQUICULTURA E PESCA** as informações constaram como anexo desse relatório.

### 3.1.6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Diversos desafios se apresentam para a nova gestão, podendo-se destacar nos seguintes segmentos de atuação da Secretaria-Geral.

A **GESTÃO DE COMUNICAÇÃO**, alinhada às novas perspectivas de atuação do Governo, buscará a consolidação da democracia e a implementação e aprimoramento de políticas públicas, garantindo o direito de cada cidadão ser informado sobre ações do Governo e contribuir para qualificar a participação da população no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas.

Os principais desafios que se apresentam para a **GESTÃO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS** perpassam a necessidade permanente de desenvolvimento de proposta e estudos que atendam as perspectivas e proposta do governo e uma ampla aderência junto aos investidores nacionais e internacionais, agentes financeiros e demais participantes e integrantes de uma visão estratégica de desenvolvimento para o país.

Com a nova estruturação dos órgãos integrantes da Presidência da República, proveniente da edição do Decreto nº 9.670, de 02 de janeiro de 2019, coube à **GESTÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO**, de imediato, mitigar os potenciais riscos de descontinuidade administrativa provenientes do novo arranjo institucional, por meio de uma ampla disponibilização de apoio administrativo, logística, tecnologia da informação e gestão de pessoas para disponibilizar em um curto espaço de tempo às condições de trabalho que permitam o

desenvolvimento rotineiro e novas atribuições para toda a estrutura integrante da Presidência da República.

A **GESTÃO DO CONTROLE INTERNO** buscará a continuidade e aprimoramento dos serviços de consultoria, definidos como assessoramento e aconselhamento técnicos, com vistas a adicionar valor à gestão e aperfeiçoar os processos de governança e de gerenciamento de riscos, bem como o aprimoramento dos controles internos na organização.

Na **GESTÃO DE POLÍTICAS DE AQUICULTURA E PESCA** – as informações constarão com anexo, deste relatório.

## 3.2 GOVERNANÇA

### 3.2.1 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Sob o aspecto da governança no âmbito da Secretaria-Geral, destacam-se a Instância Interna de Governança e a Instância de Apoio de Governança.

A Instância Interna de Governança subdivide-se em: Alta Administração e Órgãos Colegiados

#### 3.2.1.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

##### I - ALTA ADMINISTRAÇÃO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

Secretário-Executivo da Secretaria-Geral

Secretário de Administração

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos

Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Secretário Especial de Comunicação Social

## II - ÓRGÃOS COLEGIADOS

**COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES (CGRC):** instituído por meio da Portaria SG nº 13, de 6 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, de 7 de junho de 2017, com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

**COMITÊ ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE PESSOAS (CEGP):** instituído por meio da Portaria nº 34, de 6 de novembro de 2014, com a finalidade de propor e assegurar a implantação da política de gestão de pessoas nos órgãos que compõem a Presidência da República. O CEGP/PR é uma instância de apoio ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral, que tem por objetivo fazer com que os órgãos da Presidência da República, que são impactados pela gestão interna coordenada pela Secretaria de Administração, participem do direcionamento, monitoramento e avaliação da atuação da gestão de pessoas, com vistas à condução de políticas de pessoal que otimizem resultados, reduzam riscos e agreguem valor aos órgãos presidenciais no atendimento às suas necessidades e expectativas.

**COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (CGD):** criado pela Portaria nº 15, de 4 de julho de 2017, tem como objetivo aprimorar os serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação desenvolvidos na Presidência da República, propondo planos, políticas, normas e diretrizes que assegurem o alinhamento destes serviços às necessidades institucionais, além de atuar na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos nessa portaria.



### 3.2.2 INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Podem-se identificar claramente os seguintes papéis de atuação, nessas Instâncias: Secretaria de Controle Interno – Ciset e Atividades de Apoio: detalhando-se a seguir:

#### I - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (CISSET):

A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é a instância de apoio à governança da Presidência da República responsável pelas atividades de auditoria interna governamental, corregedoria e ouvidoria. Administrativamente vinculada à Secretaria-Geral, a CISSET/PR é supervisionada pelo órgão central do Sistema de Controle Interno, a Controladoria-Geral da União.

#### II - ATIVIDADES DE APOIO:

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL:** desenvolve, no âmbito de toda a estrutura da Presidência da República e Vice-Presidência da República, ações de controle com o objetivo de avaliar a capacidade de resposta das estruturas e dos processos de gestão de integridade, de riscos e de controles internos, detectando tempestivamente fragilidades que possam obstruir o alcance eficiente dos objetivos estratégicos de governo. Nesse sentido, monitora, continuamente, os gastos públicos e verifica o alinhamento da gestão aos princípios da legalidade e da segregação de funções, fomentando a boa administração dos recursos públicos e a manutenção de ambientes organizacionais refratários à realização de atos de corrupção, notadamente com foco em ações de natureza preventiva – assessoria/consultoria e avaliações prévias de conformidade.

**CORREGEDORIA:** atua de forma preventiva e repressiva no combate a ilícitos administrativos, fraudes e corrupção. Dentre as atividades,

destacam-se a análise de apuração de irregularidades mediante a instauração, requisição, condução e julgamento de procedimentos disciplinares; e a supervisão das atividades de correição realizadas no âmbito de cada unidade organizacional, de acordo com as competências delineadas no Decreto nº 9.038, de 2017, e na Portaria SG nº 07, de 14 de março de 2018 – Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

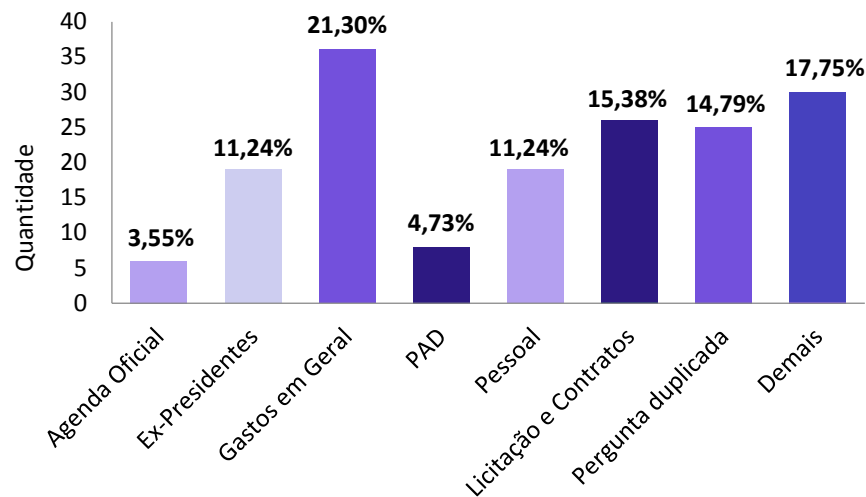
**OUVIDORIA:** são realizadas atividades que promovem a mediação direta entre o cidadão e as unidades da Presidência e Vice-Presidência da República. Com isso, compete à Ouvidoria receber, examinar e responder as manifestações da sociedade referentes a serviço público prestado pela Presidência da República; propor medidas para aprimorar a prestação de serviço público; monitorar o nível de satisfação do cidadão por meio de pesquisas; contribuir para o acompanhamento e a fiscalização de atos e serviços públicos; estabelecer canais de comunicação para facilitar o trâmite das manifestações apresentadas pelo cidadão; e orientar o cidadão para a participação e controle social.

### 3.2.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

**ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:** no site da SG/PR ([www.secretariageral.gov.br](http://www.secretariageral.gov.br)) são disponibilizadas informações institucionais e as agendas das autoridades, que seguem as recomendações da Resolução nº 11/2017 da Comissão de Ética Pública (CEP). Também é possível conhecer as unidades internas, nomes e contatos dos responsáveis por áreas da Secretaria, história da Secretaria, estrutura organizacional, além das principais legislações orientadoras da sua atuação, informações sobre programas e ações orçamentárias, auditorias, licitações e contratos.

**SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC):** no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), o Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto (SIC) encaminhou à SG/PR, em 2018, 235 solicitações de acesso à informação, incluídas 59 solicitações pertinentes à Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca e 07 solicitações referentes à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos. Os pedidos podem ser feitos online pelo site ou pessoalmente, por meio dos formulários disponibilizados no link: <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/servico-informacao-cidadao-sic>.

Figura 7 - Solicitações de Acesso à Informação da Secretaria-Geral



**PROGRAMA DE VISITAÇÃO DOS PALÁCIOS DO PLANALTO E ALVORADA:** A Secretaria-Geral, por meio da gestão de Relações Públicas da Secretaria de Administração, relaciona-se com a sociedade mediante os Programas de Visitação oferecidos aos cidadãos para que conheçam os Palácios do Planalto e Alvorada. A visita pública propicia aos visitantes nacionais e estrangeiros a oportunidade de conhecer a história, a arquitetura, a arte e os ritos cerimoniais que

fazem parte do dia-a-dia dos Palácios do Planalto e da Alvorada. Destaca-se a divulgação (de Valores e Símbolos Pátrios), de personalidades da história política nacional, e de (Momentos Históricos marcantes de nosso país).

Há a realizações de visitas em 5 formatos: pública e escolar, nos Palácios do Planalto e Palácios da Alvorada. As visitas públicas ocorrem por agendamento em sítio do Planalto<sup>1</sup> ou por correio eletrônico<sup>2</sup>. A visita escolar é destinada aos alunos do 4º e 5º ano, da rede pública e particular, de ensino fundamental do Distrito Federal e regiões próximas. No ano de 2018, foram recebidos no Palácio 5.330 alunos/professores, perfazendo um acréscimo de 11,15% em relação ao ano anterior. E na visita pública aos Palácios do Planalto e Alvorada um quantitativo de 16.988 pessoas, a partir de 12 anos de idade, representando um incremento na ordem de 16,15% em relação ao ano anterior.

**ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO:** O Espaço de Exposição está localizado, no anexo ao Palácio do Planalto, e é destinado a mostras de obras de arte. Em 2018 foram realizadas 14 exposições.

**FEIRA ORGÂNICA E FEIRA DE ARTESANATO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:** A feira orgânica ocorre todas as quintas-feiras, das 10h às 15h, no corredor do anexo. O projeto é realizado por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 31 de agosto de 2015, entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF/Emater- DF e a Presidência da República. A feira orgânica está inserida no Programa Agenda Ambiental da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral, e tem dentre os seus objetivos, fomentar a agricultura familiar e ofertar aos servidores, a oportunidade de comprar produtos frescos, orgânicos e agroecológicos. A feira de artesanato realizada no Espaço do Servidor

<sup>1</sup> <https://agenda.presidencia.gov.br/visitapr/principal>

<sup>2</sup> [corep@presidencia.gov.br](mailto:corep@presidencia.gov.br)

ocorre em datas comemorativas específicas: Dia das Mães, o Dia das Crianças/Professores e o Natal e visa promover o trabalho manual de artesãos.

**CINE PLANALTO:** É responsabilidade da área de relações públicas, o Cine Planalto, atividade integrante do Programa Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) da Secretaria de Administração (SA). Em 2018, foram exibidos 11 (onze) filmes nacionais para um público médio de 80 pessoas.

**COMUNICAÇÃO SOCIAL:** no endereço eletrônico, ([www.secom.gov.br](http://www.secom.gov.br)), estão disponíveis conteúdos, documentos e dados atualizados sobre os diferentes instrumentos de comunicação utilizados, nos seguintes segmentos:

- Comunicação Digital – Ações de comunicação digital, Manuais, Identidade Digital Padrão, Capacitação, Acompanhamento de licitações, Documentos para download, Fluxo para produtos digitais, Glossário de termos básicos;
- Canais – Voz do Brasil, Portal Brasil, Portal Planalto, Redes Sociais, TV NBR;
- Imprensa – Sobre a Imprensa, Credenciamento, Releases, Contatos da Secretaria de Imprensa, Contatos dos assessores de imprensa e Comunicação do governo;
- Internacional – Brasil no exterior e Documentos da área;
- Pesquisa – Ações, Relatórios de Pesquisas e Documentos da área;
- Eventos – Coordenação de eventos, Orientações para eventos, Comunicação visual de eventos, Eventos com o Presidente da República, Símbolos Oficiais e Marcas de governo;
- Patrocínio – Ações, Balanço das ações de patrocínio e Documentos da área;
- Mídia – Sobre a mídia, Ações programadas, Regionalização, Planejamento de mídia, Comitê de Negociação, Cadastro de Veículos de Comunicação; e

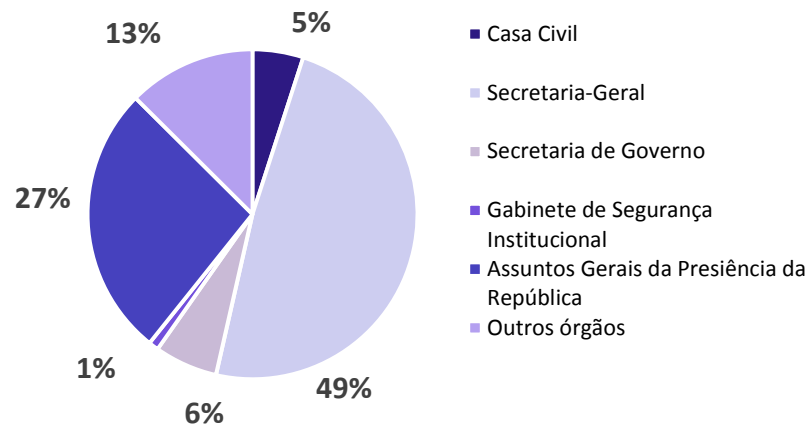
▪ Publicidade – Campanhas publicitárias, Marca de governo, Orientações e Modelo de Edital.

A área de comunicação possui ainda canal de comunicação direto com o cidadão, disponível no site, denominado "*Fale com a SECOM*".

A Presidência da República possui Portais, canais próprios e redes sociais, geridos pela área de comunicação que permitem a comunicação com a sociedade e partes interessadas conforme a seguir:

- Portais Palácio do Planalto, BrazilGovNews, Governo do Brasil e Site - ([www.secom.gov.br](http://www.secom.gov.br))
- TV NBR e programa de rádio "A Voz do Brasil"
- Facebook - Palácio do Planalto, BrazilGovNews e Governo do Brasil, TV NBR
- Twitter - Palácio do Planalto, BrazilGovNews, Governo do Brasil e TV NBR
- Instagram - Palácio do Planalto, BrazilGovNews, Governo do Brasil e TV NBR
- Google+ - Palácio do Planalto e Governo do Brasil
- Ouvidoria: instrumento de participação social e transparência.
- No ano de 2018, foram recebidas 2.237 manifestações pela Ouvidoria/PR, das quais 691 foram reencaminhadas a outros órgãos/entidades. As outras 1.546 manifestações foram tratadas pela Ouvidoria/PR, sendo 77 sob responsabilidade da Casa Civil, 751 relativas à Secretaria-Geral – sendo 685 referentes à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, 96 à Secretaria de Governo, 15 ao Gabinete de Segurança Institucional, 413 sobre assuntos gerais da Presidência da República ou do Governo Federal e 194 referentes a outros órgãos, cujas respostas foram fornecidas pela própria Ouvidoria/PR, distribuídas pelos tipos existentes, conforme figura a seguir.

Figura 8 - Manifestações por Órgão

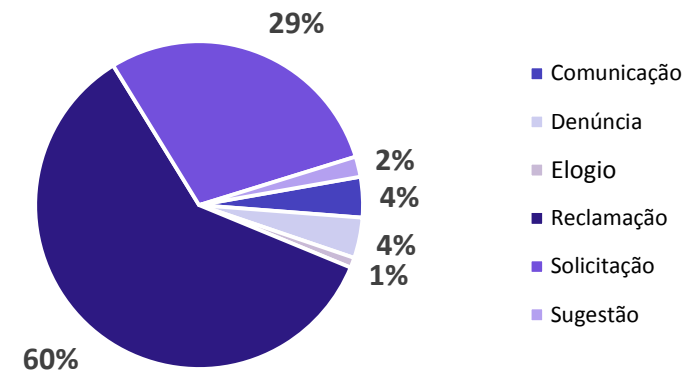


Grande parte das reclamações recebidas no exercício de 2018 – 434 manifestações – está relacionada à atuação da SEAP, que passou a fazer parte da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República em abril. O maior descontentamento registrado pelos usuários foi relacionado à impressão da Licença Definitiva para Pesca Amadora - Embarcada, cujo sistema ficou inoperante, por um período, devido às mudanças de órgãos pelos quais a SEAP passou (primeiro pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, depois pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, até vir a pertencer à Secretaria-Geral da Presidência da República).

Registra-se que a SEAP envidou esforços para solucionar o problema, regularizando a impressão da Licença Definitiva para Pesca Amadora - Embarcada que foram solicitadas após 29 de março de 2018. Entretanto, cumpre ressaltar que até o final do exercício ainda não era possível obter a Licença Definitiva para Pesca Amadora – Desembarcada.

Isso posto, a figura abaixo apresenta os tipos de manifestações recebidas sob competência da Secretaria-Geral.

Figura 9 - Manifestações por Tipo



Como resultado da atuação, menciona-se o afastamento de servidores por iniciativa dos próprios gestores em função de denúncias bem fundamentadas que evidenciaram por condutas inadequadas, a retirada de registros de inadimplência equivocados, em órgão de Secretaria Estadual, correções de informações disponibilizadas no Portal de Dados Abertos; retirada de nomes de cidadãos em recursos interpostos na Comissão Mista de Revalidação de Informação (CMRI), cujos resultados estão disponíveis na internet; alterações e ajustes nos normativos do site do Planalto, bem como no próprio site do Planalto; colocação de faixas antiderrapantes na área externa dos anexos da Presidência da República, bem como colocação de placas “proibido fumar”; melhoria da limpeza do estacionamento e da Residência Oficial da Granja do Torto, entre outros.

Cumprem registrar ainda as 22 manifestações que foram encaminhadas à Corregedoria da Presidência da República para apuração de condutas.

**PESQUISA DE SATISFAÇÃO:** Implementada pela CGU em junho de 2018, a Pesquisa de Satisfação é encaminhada automaticamente ao



cidadão no momento em que a resposta à manifestação é registrada no e-OUV. Por meio da pesquisa, é possível aferir o grau de satisfação do usuário em relação à resolução de sua demanda e à qualidade da resposta prestada. O “Painel Resolveu” - <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>, criado pela CGU, contém informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) que a administração pública recebe diariamente pelo sistema e-OUV, além de trazer dados a respeito da pesquisa de satisfação realizada pelos órgãos.

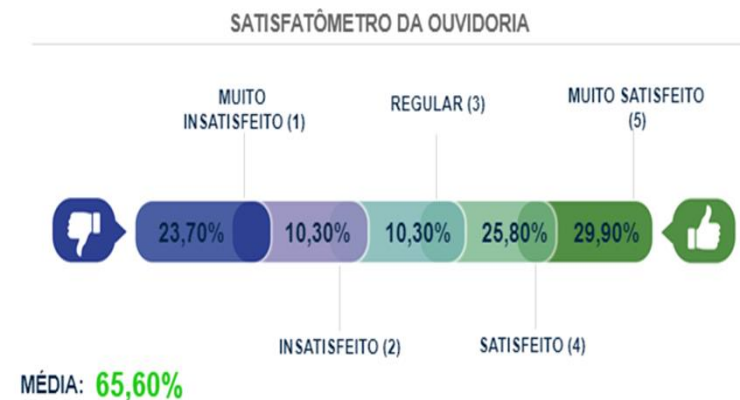
As figuras abaixo mostram os dados da pesquisa de satisfação realizada pela Ouvidoria/PR, em 2018, segundo dados do “Painel Resolveu”, em relação as 97 respostas enviadas.

Nota-se que ainda são poucos manifestantes que dão retorno em relação à sua satisfação quanto aos serviços prestados pela Ouvidoria/PR. Por não ser obrigatório o cidadão faz a sua avaliação de forma espontânea, o que torna os valores obtidos ainda pouco representativos. Em 2019, é necessário ampliar a divulgação da Ouvidoria/PR e da Pesquisa de Satisfação nos sites dos órgãos integrantes da Presidência da República.

Figura 10 - Painel Resolveu - Resultado da Pesquisa



Figura 11 - Painel Resolveu - Satisfação da Resposta



## 4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE E CONTROLES INTERNOS

### 4.1 PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A implementação de práticas de gestão de riscos no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República foi instituída por meio da Portaria nº 59, de 11 de outubro de 2017, a Política de Gestão de Riscos – PGR da Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR, estabelece a seguinte estrutura de funcionamento: I – Comitê de Governança, Riscos e Controles da Secretaria-Geral da Presidência da República; II – Comitê de Gestão de Riscos – CGR; e III – Gestores de riscos.

Sendo assim, as citadas estruturas subsidiarão as unidades da Secretaria-Geral, na identificação e avaliação dos riscos que possam comprometer a eficiência dos objetivos estratégicos.

Quanto à contratação de Serviços de Comunicação, a Instrução Normativa nº 5, de 25.05.2017, do Ministério do Planejamento, é a utilizada pela Secretaria-Geral.

### 4.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS

A Política de Gestão de Riscos – PGR, prevê que o processo de gestão de riscos na Secretaria-Geral da Presidência da República deve ser sistematizado e suportado por modelo teórico de aplicação reconhecida; considerar parâmetros internos e externos à Secretaria-Geral da Presidência da República; pautar-se em objetivos que sejam estratégicos para os processos, e considerar as políticas setoriais ou específicas da Secretaria-Geral da Presidência da República; e estar atualizado, o que requer que anualmente os processos sejam

hierarquizados e priorizados e os respectivos riscos sejam identificados, analisados, avaliados, hierarquizados, priorizados, tratados e monitorados.

Importante mencionar que, para a gestão de riscos da SGPR, a Ciset/PR atua de forma independente e objetiva, por meio de avaliações e consultorias, com o objetivo de adicionar valor e melhorar o desempenho da Presidência e Vice-Presidência da República, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Dessa forma, atua na mitigação dos riscos do negócio e na avaliação dos controles internos implantados para assegurar o alcance de objetivos dos órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República.

Dentre as ações da Ciset/Presidência, de caráter preventivo, importa mencionar o Projeto Auditoria Online, desenvolvido para a realização de testes e avaliações em tempo real, utilizando informações disponíveis em sistemas informatizados para acompanhar processos de modo a auxiliar a gestão das unidades da Presidência da República na identificação de situações de risco e no incremento de seus controles internos. Desde 2017 o projeto monitora, diariamente os atos de gestão com impacto orçamentário, financeiro e patrimonial, a exemplo de emissões de empenhos, publicações de editais, dispensas/inexigibilidades, ordens bancárias, baixas e movimentação de bens. Em 2018, foi incorporado o módulo para monitoramento das Adesões às Atas de Registros de Preço, assim como trilhas para acompanhamento das Transferências Voluntárias em execução ou pendentes de prestação de contas.



## 5. RESULTADOS DA GESTÃO

Conforme mencionado no item de Principais Resultados da Gestão, e devido aos resultados alcançados pelas respectivas unidades integrantes da Secretaria-Geral, os resultados foram subdivididos, para maior clareza, nos seguintes tópicos:

### 5.1 GESTÃO DE COMUNICAÇÃO

**Resultados frente aos objetivos estratégicos:** No exercício de 2018, os esforços de publicidade ficaram concentrados no primeiro semestre e nos dois últimos meses do ano, em função das restrições impostas pela legislação eleitoral. Dentre as 37 campanhas publicitárias desenvolvidas, a Publicidade Institucional objetivou dar visibilidade aos atos e decisões do Governo Federal, prestar contas à sociedade e divulgar temas de interesse social em observância ao princípio da publicidade de atos públicos. Para isso, foram utilizadas diferentes ferramentas e canais de comunicação, no intuito de alcançar o maior número de cidadãos em todo o território nacional.

Na publicidade institucional, destacam-se as seguintes campanhas: Prestação de Contas – 2 anos de governo; Agenda Positiva 2018; Projeto São Francisco; Segurança Pública; Intervenção Federal no Rio de Janeiro e Greve dos Caminhoneiros.

No universo das ações que envolvem atendimento aos órgãos do SICOM, foram objeto de análise técnica 10 *briefings* de comunicação para fins de processo licitatório de empresa prestadora de serviço de publicidade.

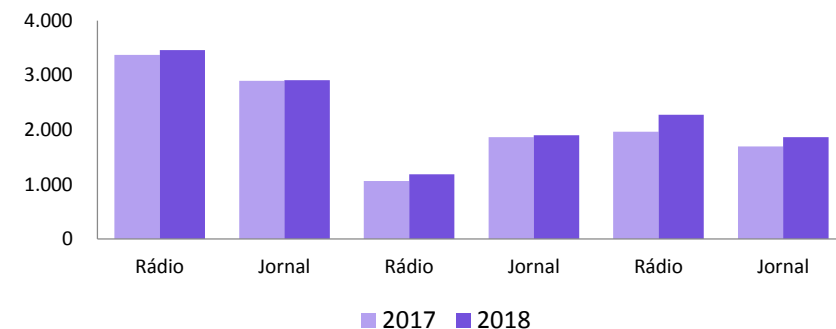
**Publicidade de Utilidade Pública:** Dentre as 37 campanhas publicitárias desenvolvidas em 2018, a Publicidade de Utilidade Pública teve como objetivo divulgar temas de interesse social, para informar, educar, orientar, mobilizar ou alertar a população, destacando-se as seguintes campanhas: Reforma da Previdência; Meu

INSS; Imposto de Renda 2018; Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; Rede Brasil Mulher; Segurança nas rodovias federais; Queimadas e Taxa Patrimonial. As ações de comunicação desenvolvidas, especialmente para o meio Internet, buscaram, também, aprimorar a atuação em portais regionais e segmentados, aumentar o volume de acessos aos portais do Governo e elevar o número de seguidores dos perfis dos portais Brasil e Planalto nas mídias sociais.

#### **Cadastramento de Veículos de Comunicação: Qualificação e Controle:**

Por meio das agências de propaganda contratadas e do Núcleo de Mídia, foi promovido, regularmente, a elaboração de estudos técnicos a fim de subsidiar o cadastramento de veículos e as negociações, além de proporcionar melhor compreensão das técnicas de mídia, das formas de compras e das negociações de mídia, buscando, essencialmente, a racionalização da aplicação dos recursos orçamentários, qualificação do quadro técnico e eficiência operacional. Com relação à quantidade de veículos cadastrados, no ano de 2018 verificou-se um aumento de 5,30% quando comparado ao volume do ano anterior, conforme figura a seguir:

Figura 12 - Veículos Cadastrados



**Comitê de Negociação de Mídia do Governo Federal:** Composto por representantes dos principais anunciantes do Poder Executivo federal (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Petrobras Distribuidora S/A, Petróleo Brasileiro S/A e Ministério da Saúde), o Comitê, que é coordenado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), negociou com os maiores grupos de comunicação do País dos meios de comunicação de TV, Revista, Rádio, Jornal, Redes Sociais e Mídia Exterior, totalizando 189 veículos de comunicação e divulgação com negociação fechada como patamar mínimo do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM).

**Eventos institucionais:** Durante o exercício de 2018, a Secretaria de Comunicação Social acompanhou um total de 170 eventos, sendo 74 deles realizados no Palácio do Planalto ou no Palácio da Alvorada e 96 eventos externos. Cabem destacar: Posse Presidencial 2018, o Fórum Brasil de Investimento (FIB 2018) e o Desfile Cívico, de 07 de Setembro de 2018.

**Comunicação Digital:** Em 2018, foram continuados os canais de comunicação digital Portal Planalto: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br); Portal Governo do Brasil: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br); e o Portal para divulgação de conteúdos de promoção do Brasil no exterior: [www.brazil.gov.br](http://www.brazil.gov.br).

Todos esses ambientes seguem a estrutura do portal institucional padrão, elemento que compõe a Identidade Digital de Governo (IDG) do Poder Executivo Federal. Os manuais orientadores para a identidade padrão estão disponíveis em <http://www.portalpadrao.gov.br/>.

Foram criadas as seguintes páginas especiais:

**Portal Brasil:**

- Páginas Jovem Eleitor: [www.brasil.gov.br/jovemeleitor](http://www.brasil.gov.br/jovemeleitor)
- Saiba Seu Futuro <http://www.brasil.gov.br/saibaseufuturo/>

- Trabalhista: [www.brasil.gov.br/trabalhista](http://www.brasil.gov.br/trabalhista)
- 2 anos de Governo: [www.brasil.gov.br/avancamos](http://www.brasil.gov.br/avancamos)
- Brasil Eficiente: <http://www.brasil.gov.br/obrasilmelhorou/>
- Rio São Francisco: <http://www.brasil.gov.br/rio-sao-francisco>
- Consciência Negra – <http://www.brasil.gov.br/consciencianegra>
- 30 Anos - Governo do Brasil – <http://www.brasil.gov.br/30anosdeconstituicao/>
- 7 de Setembro – <http://www.brasil.gov.br/7-de-setembro-1>
- CIF – Provisória – <http://www.brasil.gov.br/recuperacao-da-bacia-do-rio-doce>
- Combate à violência contra as mulheres – <http://www.brasil.gov.br/mulheres>
- Dezembro Vermelho - <http://www.brasil.gov.br/dezembro-vermelho>
- ENEM 2018 - <http://www.brasil.gov.br/enem>
- Vem pra Posse - <http://www.brasil.gov.br/vempraposse>
- Participação Social - <http://www.brasil.gov.br/participacao-social>
- Valeu Brasil - <http://www.brasil.gov.br/valeubrasil>
- Perda e Desperdício de Alimentos - <http://www.brasil.gov.br/semdesperdicio>
- Intervenção Federal em Roraima - <http://www.brasil.gov.br/intervencao-federal-roraima>
- Segurança – [Brasil.gov.br/seguranca](http://www.brasil.gov.br/seguranca)
- Reforma da Previdência – [Brasil.gov.br/reformadaprevidencia](http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia)
- Semana Nacional do Trânsito - <http://www.brasil.gov.br/semana-nacional-do-transito>

**Portal Planalto:**

- Viva Voluntário – [www.planalto.gov.br/vivavoluntario](http://www.planalto.gov.br/vivavoluntario)
- 30 Anos – Institucional: <http://www2.planalto.gov.br/30anosdeconstituicao>
- Fake News – Vacinação - <http://www2.planalto.gov.br/fake-news-matam>
- Prevenção de Incêndio – Queimadas -

<http://www.brasil.gov.br/queimadas>

- Brasil no Mercosul - <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/relacoes-internacionais/brasilnouruguai>
- Comissão de Ética Pública - <http://etica.planalto.gov.br/>
- Página especial para compilar informações a respeito da Intervenção no Rio de Janeiro. <http://www.intervencaofederalrj.gov.br/>

## Desenvolvimento de estratégias de comunicação para redes e portais:

- Início de operação de WhatsApp para entes federativos e parlamentares.
- Lançamento do Portal do Brasil Eficiente e da nova Identidade Padrão de Governo.
- Lançamento campanha 2 anos de Governo.
- Criação do Portal Padrão: <http://www.portalpadrao.gov.br/>.
- Adequação do Portal do Ministério dos Direitos Humanos: <http://www.mdh.gov.br/>.
- Criação de página e de plataforma de Participação Social.
- Criação da Plataforma Governar.

**Patrocínio:** Em 2018, a Comunicação Social, avaliou os projetos de patrocínio submetidos para análise de conformidade pelos integrantes do SICOM, de acordo com as competências descritas no Decreto n.º 8.889/2016 e Instrução Normativa n.º 09/2014, correspondendo a 1.873 propostas de patrocínio com o investimento de R\$ 1,2 bilhão. No Gráfico a seguir estão segmentados os projetos de patrocínio realizados pelo Sicom.

Do total investido, 53,95% correspondeu à área de Esporte e 26,75% de Cultura, com destaque para os patrocínios aos projetos da PETROBRAS “Patrocínio Parceria Petrobras McLaren” e “Equipamento cultural Minas Tênis Clube, da CAIXA”.

Figura 13 - Propostas de Patrocínio

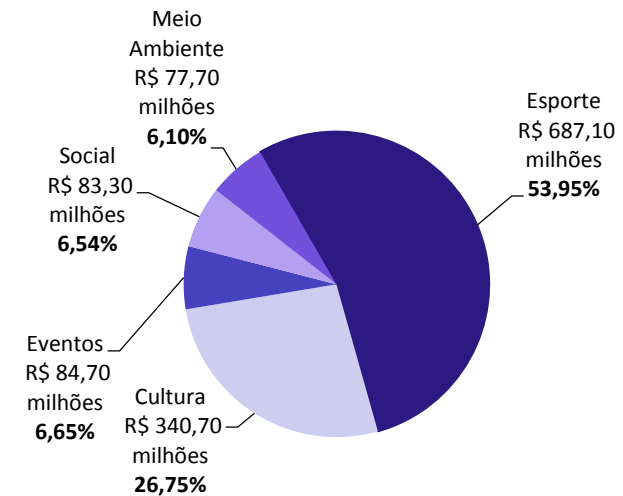
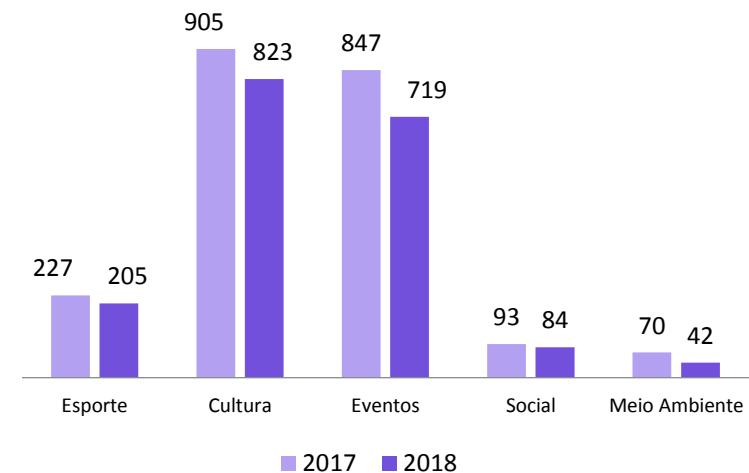


Figura 14 - Proposta de Patrocínio por Valor



**Relações Públicas no Exterior:** Em geral, foram concedidas informações à veículos estrangeiros, de amplo alcance de público, no contexto de visitas bilaterais ou de eventos multilaterais no exterior. No intuito de manter a mídia internacional bem informada sobre decisões e iniciativas do Governo Federal em suas diversas áreas de atuação, destacando-se a área econômica, repassou a cerca de 126 correspondentes estrangeiros, por lista de transmissão, 171 mensagens, entre Decretos, Leis, releases, notas oficiais ou técnicas, vídeos e mensagens informativas. Prestou via telefone, WhatsApps, e-mails ou pessoalmente, cerca de 2.368 atendimentos. Enviou 956 notas à imprensa e 72 avisos de pauta. Preparou e ofereceu a veículos estrangeiros 59 pautas sobre os mais diversos assuntos.

**Pesquisa de Opinião Pública:** A Comunicação Social organiza e desenvolve sistemas de informação e pesquisas de opinião pública, com o objetivo de monitorar as demandas e avaliações da sociedade em relação a políticas e serviços públicos; orientar o planejamento da comunicação do Poder Executivo federal; contribuir com a articulação das ações de comunicação e de dar suporte à tomada de decisão.

Em 2018, foram realizadas 43 pesquisas qualitativas e quantitativas de opinião pública, que buscaram verificar a percepção popular sobre políticas públicas, programas federais, atuação do governo nas suas diferentes áreas, avaliação da conjuntura econômica e social, campanhas de comunicação governamentais, hábitos de uso da internet, bem como identificar novas necessidades da sociedade. Resultados dos estudos foram disponibilizados no site - [www.secom.gov.br](http://www.secom.gov.br).

**Ações de Articulação:** A Subsecretaria de Articulação e Pesquisa de Opinião Pública mantém relacionamento e acompanhamento sistemático e proativo com as Assessorias de Comunicação Social (Ascom) do Sicom, buscando maximizar a divulgação das realizações

do Governo Federal por meio da integração da comunicação entre os órgãos participantes.

Para a efetividade do alinhamento, são adotadas duas grandes frentes de trabalho:

- Factual – levantamento diário das agendas de governo e alinhamento de demandas de imprensa.
- Estratégico – unificação de ações de comunicação, mapeamento de pautas, identificação de projetos especiais de comunicação referentes a temas transversais e elaboração do balanço com as ações estratégicas de governo e os resultados alcançados.

Em 2018, esse trabalho resultou no levantamento e consolidação dos principais destaques e oportunidades das agendas e ações do Governo Federal para compartilhamento interno e diário:

- Agenda semanal de governo - Foram produzidas e encaminhadas 50 agendas semanais de governo e documentos de pauta com os principais eventos do Governo Federal.
- Diário de governo – Informativo diário com a agenda dos ministérios. Foram produzidos e encaminhados 199 diários.
- Compartilhamento de conteúdos específicos – Foram compartilhados 5.391 releases e avisos de pauta, entre outros.
- Radar de Imprensa – Foram produzidos e encaminhados 88 radares com demandas de imprensa mais importantes recebidas/atendidas pelos Ministérios.

Na frente de trabalho estratégico, são apurados os temas e políticas prioritárias de cada Ministério, identificadas oportunidades de ações de comunicação, estruturado o calendário anual com as principais datas de governo, efemérides, eventos internacionais e perspectivas para os próximos 12 meses. Também são elaborados e executados os planos integrados de comunicação.



Em 2018, a Subsecretaria de Articulação e Pesquisa de Opinião Pública realizou 38 projetos especiais, dos quais destacamos: Fórum Mundial da Água; Objetivos de Desenvolvimento Social; Fórum de Investimento Brasil; Intervenção Federal do Rio de Janeiro; Vacinação; Semana Nacional do Trânsito; Brasil Eficiente e Balanço de governo.

Como resultado, foi possível ampliar a visibilidade e a efetividade das ações; elaborar planos de comunicação e estratégias

específicas; minimizar ruídos gerados pela falta de alinhamento entre as ações e os órgãos; responder à imprensa com maior agilidade e abrir espaços para que porta-vozes qualificados do governo apresentassem trabalhos e/ou resultados da atuação do Governo Federal.

Figura 15 - Projetos Prioritários em Comunicação

NOME DO PROJETO/AÇÃO	STATUS	NOME DO PROJETO/AÇÃO	STATUS
SGC - Mapeamento de Competências e desenvolvimento de Trilhas de Capacitação - Secom/UFPA	CONCLUÍDO	SGC - Melhorias em sistemas operacionais de Publicidade, Patrocínios e Referência de Preços	EM ANDAMENTO
SAP - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Consulta Pública.	CONCLUÍDO	SGC - Metodologia de Análise de Preços de Produção Publicitária e de Comunicação Digital	CONCLUÍDO
SAP - Imigrantes Venezuelanos – Ações de acolhimento	CONCLUÍDO	SGC - Revisão da Instrução Normativa de Patrocínios	EM ANDAMENTO
SAP - Licitação de Institutos de pesquisa qualitativa e quantitativa de opinião pública	CONCLUÍDO	SIP - Projetar ações positivas do Governo nos vários campos de ação governamental	CONCLUÍDO
SAP - Pesquisa Avaliação da plataforma Midiacad	CONCLUÍDO	SPP - 70 Anos da Declaração dos Direitos Humanos	CONCLUÍDO
SAP - Pesquisa de Opinião Pública	CONCLUÍDO	SPP - Ação Publicitária - Não violência contra a Mulher	CONCLUÍDO
SAP - Proposta preliminar de IN de pesquisa de opinião pública	CONCLUÍDO	SPP - Ação Publicitária - Serviço Militar - 2018	CONCLUÍDO
SCD - Canal “Tira Treta” – Mitos e verdades sobre o governo	CONCLUÍDO	SPP - Ações publicitárias de divulgação de resultados	CONCLUÍDO
SCD - 30 Anos de Constituição	CONCLUÍDO	SPP - Campanha publicitária - Prestação de Contas	CONCLUÍDO
SCD - Disponibilização de soluções de Business Intelligence	CONCLUÍDO	SPP - Campanha publicitária - PRF	CONCLUÍDO
SCD - Identidade Digital do Governo do portal “BrazilGovNews”	CONCLUÍDO	SPP - Campanha Segurança Pública	CONCLUÍDO
SCD - Identidade Digital Governamental para Serviços.	CONCLUÍDO	SPP - Evento 1 ano do Programa Viva Voluntário	CONCLUÍDO
SCD - Portal Padrão de Governo – Instrução Normativa e manuais	CONCLUÍDO	SPP - Evento de comemoração de 80 anos do GSI	CONCLUÍDO
SCD - Sistema de Coleta de Informações de Governo “Governa”	CONCLUÍDO	SPP - Evento de lançamento da camp. Não Violência contra a mulher	CONCLUÍDO
SGC - 2º Evento de orientação ao Sicom - Comunicação no per. eleitoral	CONCLUÍDO	SPP - Mapeamento dos processos de patrocínios	CONCLUÍDO
SGC - Estruturação da Intranet da Secom	CONCLUÍDO	SPP - Mensagem ao Congresso	CONCLUÍDO
SGC - Instrução Normativa para contratação de serviços de Promoção	CONCLUÍDO	SPP - Meu INSS	CONCLUÍDO
SAP - Brasil Eficiente – Ações de desburocratização	EM ANDAMENTO	SPP - Posse Novo Presidente da República	CONCLUÍDO
SGC - Materiais audiovisuais de orientação/capacitação do Sicom -Projeto Unesco	CONCLUÍDO	SPP - Publicação Balanço de Governo	CONCLUÍDO
		SPP - Semana da Pátria	CONCLUÍDO

## AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS E DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS

De janeiro a dezembro de 2018, realizou-se o monitoramento dos 26 indicadores. Foram definidas metas para todos os indicadores conforme a seguir:

Figura 16 - Resultados 2018

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META 2018	RESULTADO 2018
<b>Assegurar unicidade na comunicação do Governo Federal</b>	Índice de unificação de estratégia e procedimentos - patrocínio	63%	79%
	Índice de unificação de estratégia e procedimentos - mídia	42%	25%
	Taxa de integração das ações de publicidade c/ demais instrumentos de comunicação	65%	77%
	Índice de ações com estratégia unificada - imprensa	10.000 ações	29.264 ações
<b>Divulgar informações de forma transparente</b>	Número de informações veiculadas e publicadas - imprensa	7.000 informações	4.963 informações
	Conteúdos difundidos	146.309 minutos	162.634 minutos
	Índice de conhecimento das políticas públicas pela sociedade	50%	70%
<b>Ampliar a efetividade das ações de comunicação do Governo Federal</b>	Número de visitas aos sites vinculados à Secom	Portal Planalto: 5 milhões de visitas Portal Brasil: 50 milhões de visitas	Portal Planalto: 2.742.465 visitas; Portal Brasil/Governo do Brasil: 35.616.132 visitas
	Número de seguidores nas redes sociais vinculadas à Secom	Twitter: 1.426.488 seguidores Facebook: 2.772;650 seguidores You tube: 59.018 seguidores Instagram: 109.957 seguidores Google+: 1.020.845 seguidores	1.467.216 de seguidores no TWITTER; 4.365.225 seguidores no Facebook; 203.190 seguidores no You Tube; 171.970 seguidores no Instagram; 1.013.422 seguidores no Google Plus. Dados da TVNBR e da Voz do Brasil no Twitter e Facebook não foram coletados pela EBC.
	Taxa de alcance e engajamento das ações de comunicação digital	40%	53%
	Índice de aderência às diretrizes de patrocínio	33 pontos	34 pontos
	Alcance e frequência de mídia	91%	93% de alcance e frequência até novembro de 2018.
	Ações publicitárias: pesquisa de pré e pós-teste	85% pré-teste e 75% do pós-teste	69% dos quesitos apropriados de ação publicitária com realização de pesquisas pré-teste, e 79% dos quesitos apropriados de ação publicitária na pesquisa de pós-teste.



OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META 2018	RESULTADO 2018
Otimizar e sistematizar processos operacionais de gestão	Índice de mapeamento de processos	2 processos mapeados	2 processos mapeados
	Índice de otimização de processos	2 processos otimizados	2 processos mapeados
Aprimorar o uso de soluções efetivas de comunicação com o cidadão	Índice de relacionamento institucional com o cidadão	50 pontos	78 pontos
	Número de novas soluções implantadas	5 novas soluções implantadas	25 novas soluções implantadas
Aperfeiçoar o relacionamento com os veículos de comunicação	Número de ações direcionadas à imprensa	8.000 ações	599 ações direcionadas à imprensa no ano de 2018. A diminuição de ações deve-se a exclusão do critério "Atendimento à imprensa".
Aperfeiçoar a articulação entre os órgãos do Sicom	Projetos temáticos de integração de comunicação com o Sicom	80 projetos por ano	110 projetos
	Produção e distribuição de conteúdos informativos para o Sicom	3.000 produções	5.503 produções
Desenvolver Competências	Índice de capacitação de pessoas da Secom (por hora)	25%	16,70%
	Índice de capacitação de pessoas da Secom (pessoas)	40%	55%
	Número de pessoas capacitadas do Sicom	203 pessoas. Meta revisitada para 60 pessoas	113 pessoas.
Desenvolver cultura de gestão e atuação integrada	Cultura de gestão	Nota 2, de 3 possíveis	Nota 2, de 3 possíveis
Integrar sistemas de informação e de comunicação	Número de projetos de ti concluídos (sistemas da Secom)	25 projetos	50 projetos
Otimizar a gestão de recursos orçamentários	Índice de execução orçamentária	97%	99%

**Monitoramento de metas não alcançadas:** Dos 26 indicadores, sete não atingiram a meta anual. São eles: Índice de unificação de estratégia e procedimentos de mídia; Número de informações veiculadas e publicadas – imprensa; Número de visitas aos sites vinculados à área de comunicação; Número de seguidores nas redes sociais vinculadas à área de comunicação; Ações publicitárias: pesquisa de pré e pós-teste; Número de ações direcionadas à imprensa e Índice de capacitação de pessoas da área de comunicação (por hora).

Alguns projetos do ano de 2018 não foram concluídos, conforme a seguir: Revisão da Instrução Normativa de Patrocínios; Mapeamento de Competências e desenvolvimento de Trilhas de Capacitação – área de comunicação; Melhorias em sistemas operacionais de Publicidade, Patrocínios e Referência de Preços.

**Justificativas para o resultado:** O resultado alcançado em 2018 foi positivo, tendo em vista que todas as metas do PPA foram atingidas e 88% dos projetos foram concluídos e 73% dos indicadores atingiram as metas. Em 2019, o conjunto de projetos, indicadores, metas atualizados continuarão a ser monitorados e avaliados com vistas à composição de um portfólio de balizadores que reflitam, de maneira consistente, a realidade da Secretaria. A partir desse amadurecimento, será possível estabelecer série histórica sobre a qual poderão ser propostas metas mais adequadas em períodos subsequentes.

**Perspectivas para os próximos exercícios: desafios e incertezas que a UPC provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico:** Nesse aspecto, cabe à área de comunicação o esforço de unificação do discurso de comunicação e a coordenação das ações de comunicação das Assessorias de Comunicação – Ascom do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo federal – Sicom, bem como, internamente, a integração das diversas ferramentas utilizadas na comunicação governamental, como a Comunicação Digital, a

Publicidade e a Imprensa. Outro ponto a ser destacado será a necessidade do uso intensivo dos canais próprios e das redes sociais do Governo Federal para divulgação das políticas públicas, programas, ações e iniciativas numa linguagem clara e acessível à sociedade, num cenário de maior escassez de recursos para aplicação em ações de comunicação.

**Análise de performance no ano de 2018 dos principais indicadores:**

O indicador TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE COM DEMAIS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO teve 77% das ações de publicidade que envolveram três ou mais ferramentas no ano de 2018. Em comparação ao ano de 2017 houve um aumento de 24% de ações de publicidade que envolveram três ou mais ferramentas.

No indicador NÚMERO DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS VINCULADAS A ÁREA DE COMUNICAÇÃO, Em comparação com o mesmo período de 2017, houve aumento de 40.728 seguidores no Twitter (PortalBrasil/Governo do Brasil, Brazilgovnews, TVNBR, Voz do Brasil, #agoraplanalto, #agoracidadania, #agoraeconomia e #agoranapolitica) no ano de 2018. Houve aumento de 3% em relação ao mesmo período de 2017, totalizando 1.467.216 seguidores de TWITTER. Em comparação ao mesmo período de 2017, houve acréscimo de 1.592.575 de seguidores no Facebook (Portal Planalto, PortalBrasil/Governo do Brasil, Brazilgovnews e TVNBR) no ano de 2018. Houve aumento aproximado de 57% de número de seguidores no Facebook em relação ao ano de 2017, totalizando 4.365.225 no ano de 2018. Em comparação ao mesmo período de 2017, houve acréscimo de 144.172 de seguidores no Youtube (Agora no Planalto, PortalBrasil/Governo do Brasil e TVNBR) no ano de 2018. Houve aumento de 244% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando 203.190 seguidores no Youtube. Em comparação ao ano de 2017, houve acréscimo de 62.013 de seguidores no Instagram (Agora no Planalto e PortalBrasil/Governo do Brasil) no ano de 2018. Houve aumento aproximado de 40% de número de seguidores no

Instagram (Agora no Planalto e PortalBrasil/Governo do Brasil) em relação ano de 2017, totalizando 171.970 seguidores no Instagram. Em comparação ao ano de 2017 houve redução de 7.423 de seguidores no Google+ (Agora no Planalto e PortalBrasil) no ano de 2018. Indicador prejudicado devido aos dados não coletados da TV NBR e Voz do Brasil no Twitter e no Facebook, não informados pela EBC.

O indicador ÍNDICE DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL COM O CIDADÃO, no ano de 2018, teve a média de pontos de relacionamento institucional com o cidadão foi de 78, numa escala de 0-100, o que caracteriza um aumento de 13 pontos em comparação ao mesmo período do ano de 2017. O mês de julho teve o melhor índice de atendimento aos pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) e pelo canal "Fale com a Secom", com 94 pontos. No ano de 2018, a área de comunicação respondeu a 325 pedidos de informação referentes à LAI e seus recursos, e 575 mensagens, via "Fale com a Secom". No mesmo período de 2017, foram 355 pedidos de informação e 623 mensagens. Destaque-se que a diminuição no número de solicitações reflete a melhoria na qualidade da transparência ativa, por meio da disponibilização de informações nos portais da Internet administrados pela área de comunicação.

No indicador NÚMERO DE NOVAS SOLUÇÕES IMPLANTADAS, foram implementadas 25 novas soluções no ano de 2018: Comunicação de redes em formato de campanha; Operação integrada de redes e WhatsApp numa "sala de crise"; entrega de banco de imagens; Início de operação de WhatsApp para entes federativos e parlamentares; novo perfil artístico para o Instagram; Lançamento de novo canal no youtube "Coisas que merecem like"; Lançamento de novo canal no youtube "Tira Treta"; Lançamento da nova IDG com os portais Planalto e Governo do Brasil; Lançamento de operação de WhatsApp para imprensa; Publicação da pesquisa "PanoramaGov"; Lançamento do Portal Governo do Brasil; Lançamento Portal Brasil Eficiente; Lançamento do Portal Planalto; Workshop com Sicom para

explicar sobre as restrições do período eleitoral; Lançamento Portal do Ministério dos Direitos Humanos; Lançamento do Portal Padrão; Lançamento do Portal Brasil (versão internacional); -Atualização do sistema de Credenciamento de Imprensa;-Entrega fase MVP da Plataforma de Participação Social;-Entrega de Manual para a IDG de Serviços;-Entrega da plataforma Governa;-Lançamento da ação de 30 anos de Constituição (canal no YouTube, Páginas especiais e game Só Pra Constar).

No indicador ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, no ano de 2018, 99% do total de execução orçamentária foi autorizada. Neste período, a maior parte do orçamento autorizado foi para "Comunicação Digital", "Publicidade de Utilidade Pública"; seguido por "Relações Públicas no Exterior", "Pesquisa de Opinião Pública" e "Publicidade Institucional".

Nos indicadores ÍNDICE DE OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS e ÍNDICE DE MAPEAMENTO DE PROCESSOS, no ano de 2018, foram mapeados e otimizados os processos de patrocínio e do núcleo de mídia.

Nos indicadores de CAPACITAÇÃO SERVIDORES DA À ÁREA DE COMUNICAÇÃO (PESSOAS), 122 servidores participaram de cursos em 2018. Em 2017 foram capacitados também 122 servidores.

No indicador CAPACITAÇÃO SERVIDORES DO SICOM 113 pessoas do Sicom foram capacitadas no ano de 2018. Enquanto que no mesmo período do ano anterior, foram capacitadas 168 pessoas

### **Resultado das metas e iniciativas do PPA**

As informações dos resultados das metas e iniciativas constarão no Relatório de monitoramento do PPA 2016-2019.

## 5.2 GESTÃO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Desenvolveram-se 9 (nove) projetos ao longo de 2018, e apresentados a seguir nos seguintes temas:

### 5.2.1 GOVERNANÇA MIGRATÓRIA

Teve como principal objetivo a promoção do debate em torno dos efeitos da imigração para a economia brasileira e propor diretrizes para uma boa governança migratória no país, levando em consideração a necessidade de regulamentação do Art. 120 da nova Lei Migratória (Lei nº 13.445/2017) e as experiências internacionais bem-sucedidas.

O projeto incluiu: promover o caráter sinérgico do debate entre imigrantes, o Estado Brasileiro e as instituições internacionais que atuam com temas migratórios; fundamentar analiticamente e proceder ao levantamento de propostas para a regulamentação da Lei de Migração; e elaborar estudo sobre impactos demográficos e econômicos da migração internacional no Brasil.

### 5.2.2 DIÁLOGOS BILATERAIS ESTRATÉGICOS - OS PAÍSES PRECISAM DEBATER ASSUNTOS ESTRATÉGICOS?

Debate com unidades congêneres internacionais da área de assuntos estratégicos sobre o tratamento de assuntos estratégicos na formulação de políticas públicas, com sugestão de medidas que busquem implementar as boas práticas identificadas.

O projeto objetivou: identificar órgãos congêneres à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, com o intuito de sistematizar práticas e modelos bem-sucedidos; desenvolver laços com as congêneres a fim de replicar boas práticas e de manter diálogo permanente ao utilizar canais de comunicação, como o intercâmbio de informações e de visitas; e buscar o aperfeiçoamento de estratégias

nacionais de longo prazo, por meio de articulação política, com órgãos do governo, ao viabilizar a troca permanente de conteúdo relacionado ao desenvolvimento do pensamento estratégico.

### 5.2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - ACOMPANHAMENTO E DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA ONU

Divulgar, acompanhar e relatar os avanços relativos à implementação, no Brasil, da estratégia intitulada Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciada em 2015, após o término dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODS focam não apenas na evolução das políticas sociais, mas, também, nas de cunho econômico e ambiental.

Objetivos específicos: contribuir nos processos de elaboração dos relatórios nacionais de acompanhamento dos ODS e na formulação do Prêmio Brasil ODS; e promover estudo que contemple a aplicação dos ODS nos projetos realizados pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

### 5.2.4 PROANTAR – APOIO AO PROJETO ANTÁRTICO BRASILEIRO

Fornecer subsídios ao processo decisório, no âmbito da Presidência da República, sobre aporte orçamentário à Marinha do Brasil e ao Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR), para a aquisição do Navio Quebra-Gelo.

### 5.2.5 SISFRON - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS

Diagnosticar os problemas relacionados à proteção e ao desenvolvimento das fronteiras, propor soluções para a sua mitigação e apontar medidas para o aperfeiçoamento das ações nacionais para a proteção integral (áreas terrestres, águas jurisdicionais e espaço aéreo



correspondente que servem de limites entre dois ou mais Estados) das fronteiras brasileiras.

Objetivos específicos: identificar, em conjunto com o Exército brasileiro, o problema da proteção das fronteiras; e auxiliar o Exército brasileiro no avanço do sistema de proteção de fronteiras (SISFRON).

### **5.2.6 PROJETO NACIONAL AMAZÔNICO**

Reafirmar a soberania brasileira na Amazônia tendo como foco diretrizes de política pública centradas em três eixos: desenvolvimento socioeconômico, segurança pública e mapeamento de ameaças.

Objetivos específicos: formular a Política Nacional Amazônica (PNA); e formular a Estratégia Nacional Amazônica (ENA).

### **5.2.7 BASE CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE DEFESA**

Estimular a indústria brasileira de defesa e segurança e identificar problemas que afetam o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do País. Além disso, pretendia realizar diagnóstico da situação atual da Base Científica, Tecnológica e Industrial de Defesa (BCTID) brasileira.

Objetivos específicos: apresentar o setor produtivo de Defesa e Segurança brasileiro, particularmente no que concerne às relações entre indústria, governo e academia; identificar os problemas e as dificuldades nas fases da cadeia produtiva de defesa; e assinalar as oportunidades, as melhorias e os investimentos necessários para a projeção da BCTID nacional no Brasil e no exterior.

### **5.2.8 DESAFIOS AO AUMENTO DO INVESTIMENTO PRIVADO EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL**

Elaboração de estudo com levantamento sobre desafios ao aumento do investimento privado em infraestrutura no Brasil.

O projeto incluiu: entrevistar agentes, sobretudo privados, com atuação destacada no setor de infraestrutura, nacionais e estrangeiros, a fim de detectar sua visão sobre os principais problemas que dificultam a expansão do investimento privado em infraestrutura no Brasil (instituições financeiras, operadores, consultorias, gestores de recursos e escritórios de advocacia); abrir e aprofundar um canal de diálogo entre o setor público e o setor privado, proporcionando oportunidade de manifestação para diversos agentes privados que já atuam no setor de infraestrutura do País ou que pretendem atuar futuramente, especialmente em transportes e logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos); e dialogar com órgãos públicos envolvidos direta ou indiretamente na elaboração e na execução de políticas públicas para os diversos setores de infraestrutura, em especial a Secretaria do Programa Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), apresentando os resultados do estudo como subsídio à atuação governamental.

### **5.2.9 MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA FOCADA NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE BRASILEIRA**

Desenvolver uma estratégia de atualização política e racionalização normativa para aumentar o grau de integração comercial do Brasil frente à economia internacional, alavancando a produtividade das empresas e melhorando o bem-estar dos brasileiros por meio da geração de um círculo virtuoso baseado no aumento da concorrência, geração de empregos, aumento de renda e consumo e combate à inflação.

Objetivos específicos: identificar os principais obstáculos regulatórios a uma maior abertura econômico-comercial; sensibilizar os órgãos responsáveis pelas políticas públicas, na área econômico-comercial, sobre a importância de reformas voltadas a um ambiente mais conducente à integração da economia brasileira e às cadeias globais de valor de forma sustentável e socialmente inclusiva; e



propor, de forma coordenada com esses órgãos, um conjunto de políticas públicas focadas na alavancagem das condições para uma maior inserção brasileira no comércio internacional, com ganhos de produtividade e bem-estar para as empresas e trabalhadores brasileiros.

### **Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos.**

De acordo com a versão construída no Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral, o indicador utilizado é “taxa de evolução dos programas finalísticos”, no que se refere às estratégias de políticas públicas, “quantidade de estudos, publicações e eventos relacionados à inserção internacional”, no item inserção internacional e “quantidade de políticas e estratégias nacionais apoiadas pela área de assuntos estratégicos”, no quesito fortalecer processos de elaboração de políticas e estratégias nacionais.

Em 2018, foram definidos 9 projetos norteadores das ações da Secretaria. Cada um desses projetos resultou em uma série de produtos, entre publicações, estudos, notas técnicas, notas conceituais, planos nacionais, breves notas, artigos, banco de dados, relatórios, revistas e seminários. No total, a área de assuntos estratégicos apresentou 37 produtos concluídos.

### **Avaliação Equilibrada dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação às metas.**

Ao se levar em consideração as atividades desenvolvidas ao longo de 2018, pode-se concluir que os objetivos traçados no Planejamento Estratégico da Secretaria Geral foram alcançados e até superados pela Secretaria.

Os 9 projetos elencados tiveram grau de evolução distintos entre si, isso se deu por conta dos diferentes níveis de complexidade

de cada programa. Apesar de a meta ter sido alcançada, não se pode dizer que todos os projetos tiveram o mesmo nível de desenvolvimento.

No que se refere aos produtos (publicações, estudos, notas técnicas, notas conceituais, planos nacionais, breves notas, artigos, banco de dados, relatórios, revistas e seminários), foi feita apenas a contabilização numérica. Neste caso, foi considerado “produto” as entregas feitas e concluídas de cada projeto.

Com relação às políticas e estratégias nacionais, pode-se afirmar que a meta também foi ultrapassada, pois a Secretaria teve papel fundamental na formulação de políticas sobre migração, objetivos de desenvolvimento sustentável, Antártica, fronteiras, Amazônia, defesa nacional e no apoio da candidatura brasileira ao ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### **Monitoramento de Metas não Alcançadas.**

Não há previsão de monitoramento de metas não alcançadas na área de assuntos estratégicos.

### **Justificativas para o Resultado**

O resultado alcançado superou as expectativas constantes no Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral. Isso se deu graças à forma como os trabalhos foram desenvolvidos tanto pela Secretaria de Ações Estratégicas e pela Secretaria de Planejamento Estratégico. Os projetos prioritários foram escolhidos e traçaram-se os objetivos e as metas (produtos) a serem atingidos por cada um. Com esse balizador, a equipe trabalhou no sentido de cumprir os propósitos estipulados e logrou ultrapassar o número previsto de entregas.

### 5.3 GESTÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO

As informações referentes aos resultados da gestão do Apoio Administrativo subdividem-se em:

#### 5.3.1 RECURSOS HUMANOS

- Realização de mais um curso “Do Planejamento à Gestão do Contrato”, em abril de 2018, dando continuidade à trilha de capacitação iniciada no ano de 2017, um projeto de capacitação de servidores que atuam nos processos de contratação de serviços no âmbito da Presidência da República para a implantação de um novo modelo de instrução processual na PR, impulsionada pela publicação da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, que teve sua vigência iniciada em 25/09/2017.
- Realização do primeiro processo seletivo, de forma meritocrática, transparente e impessoal, para a ocupação de 56 vagas, dando a oportunidade à participação de todos os servidores públicos federais do Regime Jurídico Único.
- Reformulação do Programa de Ambientação, incluindo o ensino à distância, o que possibilitará aos servidores que ingressarem nos órgãos da Presidência da República terem conhecimento sobre a estrutura e os assuntos que constituem as áreas de competência das unidades, onde irão atuar.
- Realização de treinamento em liderança para gestores que atuam nos órgãos da PR, com certificação internacional.
- Realização de oficinas de desenvolvimento de equipes, com a participação de líderes e subordinados, para tratar de questões chaves, visando maximizar os resultados organizacionais; e de debates sobre os desafios da liderança protagonizada pelas mulheres na PR.
- Revisão do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, com a contribuição de cerca de 600 servidores, inserindo as variáveis que interferem, de fato, na qualidade de vida do trabalho, tais como: comunicação interna, condições de trabalho adequadas, melhoria da organização e dos processos de trabalho, oportunidades de desenvolvimento, crescimento e reconhecimento profissional, relações interpessoais, diversidade e equidade e desenvolvimento dos líderes.
- Uniformização e transparência nos procedimentos para reembolso remuneratório aos órgãos cedentes de servidores para a PR.
- Realização das Jornadas de Disseminação do Conhecimento, possibilitando aos servidores compartilharem experiências e conhecimentos adquiridos em ações de capacitação de alto valor público.
- Implementação do novo Sistema de Saúde da PR, desenvolvido em módulos, que permitirá realizar toda a gestão dos atendimentos em saúde, inclusive prontuários eletrônicos e insumos, fornecendo dados, em tempo real, sobre a saúde clínica dos servidores da PR, de forma a contribuir com as iniciativas de qualidade de vida no trabalho.
- Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento das Capacitações – GECAP, nascido de uma recomendação da Secretaria de Controle Interno - Ciset/SG, no qual se registra o planejamento orçamentário da capacitação e o Plano Anual de Capacitação, possibilitando monitorar em tempo real a execução física e financeira.
- Desenvolvimento de Painel de Gestão de Pessoas, ferramenta de Business Intelligence, disponível para todos os órgãos da PR, permitindo a consulta, em tempo real, de dados e informações sobre a força de trabalho da PR e despesas de pessoal, bem como a produção de relatórios customizados a cada necessidade a partir de inúmeras possibilidades de cruzamentos e filtros de dados. No futuro, pretende-

se que todos os relatórios sobre temas de gestão de pessoas sejam gerados a partir deste Painel.

### 5.3.2 ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTABILIDADE

- Mapeamento dos principais processos de trabalho relacionados à transferência de recursos orçamentários e financeiros, mediante descentralização de crédito no âmbito da Presidência da República; aos cronogramas de pagamentos; à mensuração de custos; e aos procedimentos de trabalho dos servidores que atuam como agentes supridos em viagens presidenciais no âmbito nacional, denominados de Ecônomos.
- Instituição do Comitê de Gestão da Mensuração de Custos da Presidência da República (CGMC/PR), com a edição da Portaria nº 70, de 13 de junho de 2018, com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da República.

### 5.3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Publicação de resolução que estabeleceu novas diretrizes de governança no processo de desenvolvimento de software, obtidas por consenso em debate ocorrido no âmbito do Comitê de Governança Digital, e do estabelecimento de critérios de priorização para determinar quais projetos de desenvolvimento serão implantados.
- Implementação de novas funcionalidades no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como o início da integração com o sistema INCOM da Imprensa Nacional, denominado SEI-INCOM e com o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, denominado SEIDOF; início do desenvolvimento do peticionamento eletrônico; inclusão no SEI de novos órgãos que foram integrados à estrutura da Presidência da República e continuidade nas

ações relacionadas à criação de novos tipos de processos e tipos de documentos no SEI.

- Aquisição de 800 novos computadores e ferramentas de escritório para atender especificidades de trabalho dos usuários da PR.
- Implantação de novos sistemas de projeção das principais salas de reunião da PR, com a aquisição de televisores em substituição aos projetores.
- Disponibilização de infraestrutura para hospedar os portais planalto.gov e brasil.gov, que apresentarão a nova Identidade de Governo (IDG), desenvolvido pela área de comunicação, a ser utilizada como padrão de comunicação digital por todos os órgãos da Administração Pública Federal.
- Oferecimento de suporte logístico e tecnológico aos órgãos em processo de transição organizacional, mais especificamente Secretaria Especial de Pesca - SEAP e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, de forma a não haver solução de continuidade dos seus serviços.
- Implementação das ações necessárias para a adequação tecnológica e de comunicação nos ambientes destinados para a equipe de transição de governo e para a Vice-Presidência da República.
- Disponibilização de celulares com software de criptografia, desenvolvido pela Abin, para comunicação segura entre os servidores do GSI, em consonância com o que recomenda o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) e utilização no projeto "Athena".
- Implantação de painéis gerenciais que permitiram melhor acompanhamentos dos indicadores das diretorias da Secretaria de Administração com vistas a melhor fundamentar tomadas de decisão

- Desenvolvimento da primeira fase do sistema de consolidação de atos normativos do Governo Federal, com a finalidade de criar um ambiente de colaboração para ser utilizado pelos ministérios com o intuito de aprimorar sua base legal, buscando melhorias para a gestão pública.
- Criação de área voltada a análise de dados e inteligência da informação, proporcionando melhoria da gestão com a possibilidade de tomada de decisões baseadas na aplicação de algoritmos e técnicas de mineração de dados, como, por exemplo, o trabalho realizado para a Casa Civil de análise textual de legislações para o cálculo de similaridade entre os Atos Normativos, Decretos, Resoluções e Acórdãos.
- Publicação do Cronograma de Pagamentos por meio do desenvolvimento dos documentos e mecanismos de consulta nos sistemas GERCONT e SEI para automatizar a criação de uma ordem na qual são realizados os pagamentos.
- Participação ativa, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na modelagem dos procedimentos operacionais de gestão de pessoas para serviços digitais relativos aos registros da vida funcional dos servidores, visando a redução do uso de papel.
- Implantação de modernos sistemas tecnológicos de comunicação visual (TVs – mural digital) e de tecnologia corporativa (Intranet/PR, Geral PR e Pop-Ups), como forma de aperfeiçoar o processo de disseminação de informações relevantes ao público usuário dos serviços dos órgãos da Presidência da República.
- Remodelagem de conteúdo e da forma de apresentação da página da INTRANET/PR, que passou a atuar como canal único na integração de sistemas, informação e portais da Presidência da República,

propiciando um meio permanente de disseminação de conhecimentos no ambiente corporativo.

#### 5.3.4 RECURSOS DE LOGÍSTICA

- Revisão do modelo de gestão dos bens permanentes móveis e intangíveis destinados à Presidência da República (PR), incorporando nova forma de acompanhamento gerencial das atividades por meio de indicadores; e alteração da Norma VII-103 - Gestão Patrimonial de Bens Móveis, cuja edição datava de 1998.
- Realização das atividades de inventário descritivo e levantamento de obras de arte, tapeçarias e móveis antigos no Palácio do Planalto e Anexos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
- Reconstituição da Comissão Permanente de Valoração de Bens Móveis – CPVBM, que foi designada especificamente para realizar os procedimentos de valoração, depreciação, reclassificação, reavaliação e/ou ajustes a valor presente/impairment dos bens que apresentem assimetrias entre os valores históricos de aquisição, conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.
- Revisão dos procedimentos de contratação para ressurgimento do Almoxarifado (Ata/Contrato) com o objetivo de aprimorar a qualidade na gestão dos contratos e atas geridos pela SA.
- Revisão/atualização do processo de aquisições e contratações, de forma a adequar as minutas de Termos de Referência e Projetos Básicos aos modelos padronizados da AGU, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.
- Revisão de contratos para aquisição de bens e prestação de serviços, sem a incidência de reajustes, em face das disposições estabelecidas no Decreto nº 8.540/2015.



- Implementação da segunda fase do novo modelo de transporte no âmbito da Presidência da República, com a adesão ao sistema de gerenciamento de táxis – TáxiGov, atendendo aos servidores da PR que necessitam se deslocar, em função de atividades administrativas, na região do Distrito Federal e no Entorno.

### 5.3.5 RELAÇÕES PÚBLICAS

- Desenvolvimento (criação e editoração) de campanhas institucionais de sensibilização, com a elaboração de conteúdos e peças publicitárias com foco na sustentabilidade de longo prazo e na economia de recursos públicos, tomando como parâmetros a questão social, energética, ambiental e de segurança da informação da instituição e de seus usuários.

## 5.4 GESTÃO DO CONTROLE INTERNO

A Secretaria-Geral tem como visão “ser referência (...) na governança e gestão administrativa”. Ressalta-se que essa atuação acompanha a evolução na forma como os gestores enxergam o controle interno, qual seja, um ativo interno capaz de mitigar riscos por meio da construção integrada de soluções que de fato agregam valor a sua gestão.

Também referenciando o mapa estratégico da Secretaria-Geral, há o processo “aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança”. A Ciset está diretamente vinculada a esse processo, tendo como missão assegurar a adequabilidade e a qualidade dos mecanismos de governança postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

Nesse sentido, listamos a seguir alguns resultados da área de controle interno:

Na prestação de serviços de consultoria o controle interno prestou assessoramento, aconselhamento, treinamento e facilitação,

buscando solucionar problemas específicos identificados pelas unidades gestoras da Presidência da República; com destaque para a prestação de informações técnica ao Gabinete da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (GIRF/RJ) para as compras públicas necessárias à recuperação da capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Durante o trabalho a Ciset/Presidência verificou a adequação das aquisições com o Planejamento Estratégico do GIRF; a consistência da justificativa da requisição da compra ou serviço; bem como a definição da especificação e a adequação do orçamento e preço estimado.

Importa mencionar a orientação técnica prestada pela Ciset/Presidência às unidades da Presidência da República no atendimento à Portaria nº 1.089/2018 da Controladoria-Geral da União (CGU), que estabeleceu procedimentos para estruturação, execução e monitoramento de programas de integridade em órgãos e entidades do Governo Federal (ministérios, autarquias e fundações públicas). A atuação tempestiva contribuiu para a publicação dos Planos de Integridade da Casa Civil, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional em atendimento ao prazo estabelecido pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal.

A partir das análises realizadas no projeto Auditoria Online, mencionado no capítulo de gestão de riscos e controles internos, identificou-se que a principal dificuldade encontrada pelos gestores é estabelecer a definição adequada do preço de referência na contratação de serviços que envolvam terceirização de mão de obra. Nesse sentido, a Ciset publicou uma nota técnica com orientações de como mitigar riscos nas contratações de serviços terceirizados nas unidades vinculadas à Presidência da República.

Como unidade de auditoria interna governamental, a Ciset/Presidência também atuou na certificação da prestação de



contas dos gestores integrantes ou vinculados à Presidência da República, por meio da realização de 23 auditorias anuais de contas em apoio ao Tribunal de Contas da União; na certificação dos processos instaurados para Tomadas de Contas Especiais, em 2018, foram encaminhados à Ciset 128 processos de TCE no âmbito da Presidência da República, com valores de ressarcimento potencial na ordem de R\$ 148 milhões; e na avaliação das concessões e alterações dos atos de aposentadorias, pensões e admissões, no total de 333 atos de aposentadorias e pensões e 250 atos de admissões avaliados no exercício.

No âmbito da Corregedoria, a atuação consiste na análise de juízo de admissibilidade; instauração direta de procedimentos administrativos disciplinares; supervisão de processos correccionais conduzidos pelas unidades, bem como na capacitação e orientação em matéria disciplinar; contribuindo para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção.

Nesse sentido, norteadas pelas metas estabelecidas para o exercício e com fulcro na legislação, a Corregedoria atuou em 37 demandas de apuração/análise/juízo de admissibilidade de representações e denúncias, entre as quais vinte foram finalizadas em 2018; realizou 10 inspeções correccionais no bojo da Auditoria Anual de Contas relativa à gestão de 2017, entre as quais 9 geraram sugestão de regularidade com ressalvas e uma de irregularidade; e realizou a supervisão gerencial das atividades de correição desempenhadas pelos órgãos e entidades da Presidência da República, cujo quantitativo de procedimentos administrativos instaurados somam 369 demandas

Exercendo a competência para a instauração de procedimentos administrativos disciplinares (PAD) e composição de Comissões de PAD, ao final de 2018, foram 22 processos.

Figura 17 - Números de PAD

### Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD)

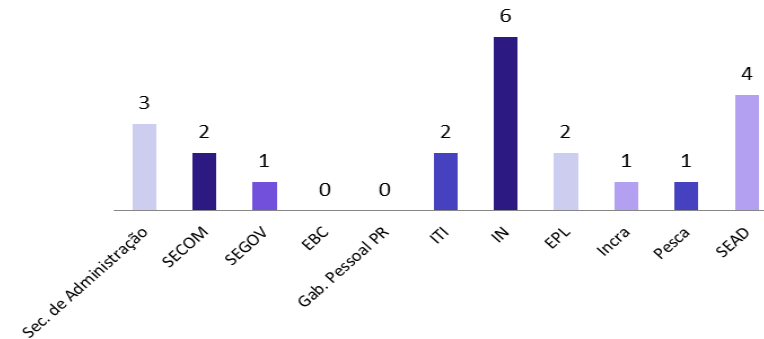
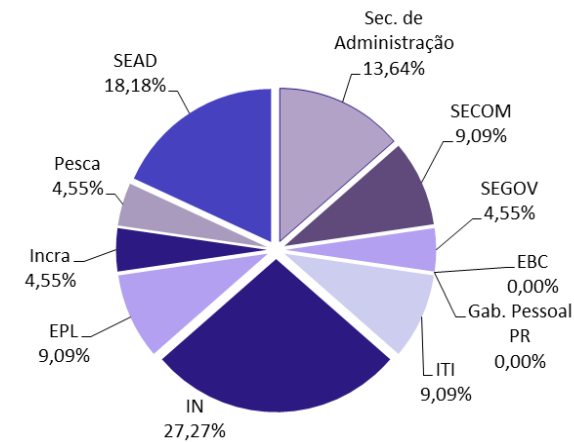


Figura 18 - Percentual de PAD



## 5.5 GESTÃO DE POLÍTICAS DE AQUICULTURA E PESCA

As informações referentes aos resultados da gestão constarão como anexo deste relatório.

## 6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### 6.1 ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UPC

A Secretaria de Administração da Secretaria-Geral, unidade setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal (SIOP), de Contabilidade e de Custos, de Administração Financeira Federal (SIAFI), de Organização e Inovação Institucional (SIORG) e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), tem como atuação, também, o planejamento e a coordenação de atividades relacionadas à segurança da informação no âmbito de sua atuação; a coordenação, avaliação, direcionamento e monitoramento das ações relacionadas à gestão; o relacionamento com o público interno e externo.

Configura-se como objetivo estratégico da Gestão do Apoio Administrativo o suporte técnico-administrativo necessário ao alcance dos objetivos da Presidência de República, com qualidade e tempestividade.

A Secretaria de Administração desempenha diversas competências e atribuições, destacando-se a Gestão da Programação Orçamentária, Financeira e Contábil, Execução de ordenação de despesas da Unidade Gestora 110001/0001, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação, gestão de logística e relações públicas das unidades da Presidência da República.

#### 6.1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

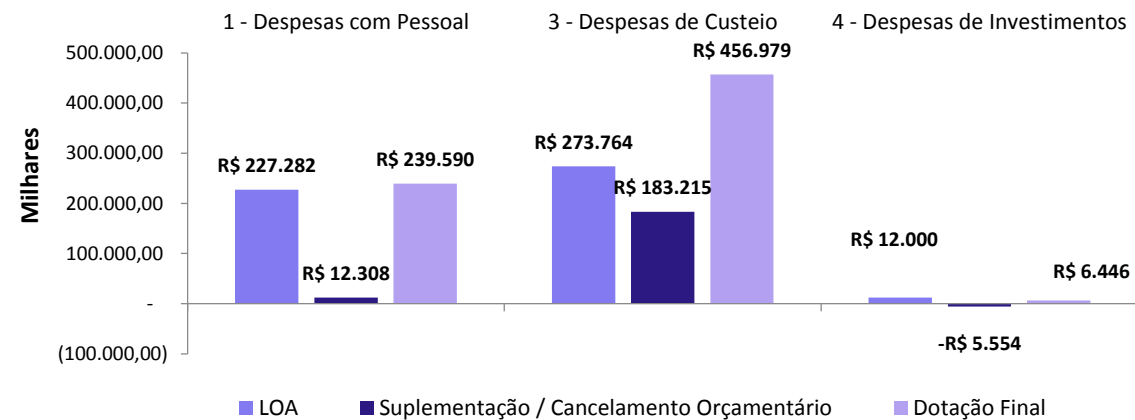
A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018) consignou à Secretaria-Geral dotação orçamentária no total de R\$ 513.046.679. Contudo, suplementações de dotações no montante de R\$ 189.968.829, redimensionaram o orçamento/2018, para a cifra de R\$ 703.015.508.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em 2018, a Secretaria-Geral recebeu dotação orçamentária no montante de R\$ 703.015.508. Desse total foram empenhadas 681.948.015, liquidadas R\$ 482.342.035 e pagas 464.884.193.

Figura 19 - Variações Orçamentárias

Pode-se

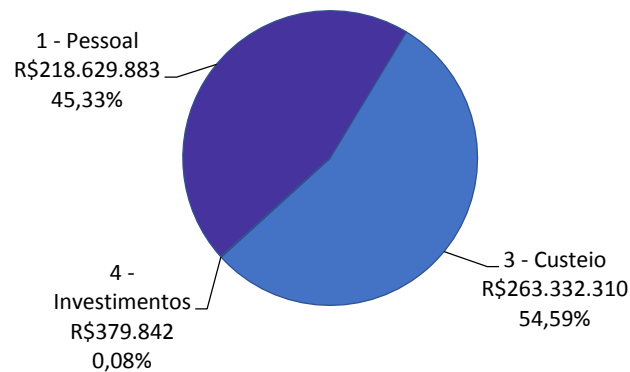


observar que os gastos da Secretaria-Geral foram predominantes em custeio e despesas com pessoal.

As despesas de Custeio são aquelas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional, por exemplo: água, luz, limpeza e segurança.

Os investimentos prendem-se a dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras e instalações.

Figura 20 - Despesas Liquidadas



Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

- Finalísticas: ações que promovam a comunicação do Governo Federal com a sociedade e ampliem o acesso às informações de interesse público de comunicação do Governo Federal, que auxiliem a Presidência da República no planejamento de estratégias que possam gerar políticas públicas efetivas de longo prazo, dentre outras.
- Administrativas: serviços de apoio às atividades finalísticas;
- Obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente.

Destacam-se, ainda, os gastos com comunicação institucional que em 2018 recebeu dotação orçamentária no montante de R\$ 139.863.597. Contudo, suplementações de dotações no montante de R\$ 183.569.053 redimensionaram o orçamento/2018 para a cifra de R\$ 323.432.650. Desse total foram empenhadas 314.689.941,75, liquidadas R\$ 158.965.745 e pagas R\$ 158.965.743.

A execução de R\$ 158.965.745 verificou-se integralmente em custeio, em particular para “Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica” R\$ 147.813.912, 92,98% da execução, e “Serviços de Consultoria, R\$ 10.617.881, 6,68%.

Em “Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica” foram relevantes os gastos com serviços de publicidade institucional, R\$ 61.704.918, serviços de publicidade de utilidade pública, R\$ 34.988.587, e com serviços de comunicação em geral, R\$ 32.236.565.

Figura 21 - Gastos Comunicação Institucional

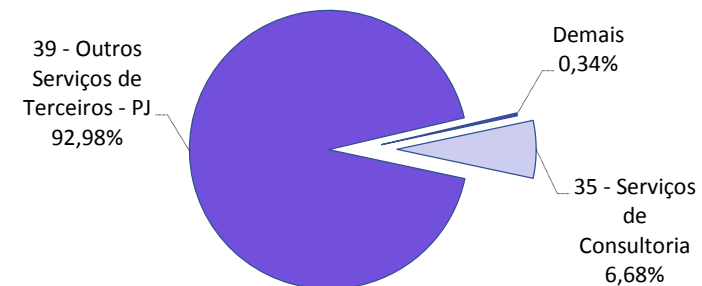


Figura 22 - Distribuição das Despesas da Secretaria-Geral em 2018

UPC / PROGRAMA / AÇÃO / GRUPO / ELEMENTO	2018			
	DOTACAO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>0089 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</b>	<b>112.337,00</b>			
<b>0181 - APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO</b>	<b>112.337,00</b>			
<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>112.337,00</b>			
DEMAIS	112.337,00			
<b>2038 - DEMOCRACIA E APERFEICOAMENTO DA GESTAO PUBLICA</b>	<b>323.432.650,00</b>	<b>314.689.941,75</b>	<b>158.965.745,40</b>	<b>158.965.743,20</b>
<b>2017 - COMUNICACAO INSTITUCIONAL</b>	<b>263.914.807,00</b>	<b>257.544.944,56</b>	<b>127.377.772,03</b>	<b>127.377.772,03</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>263.914.807,00</b>	<b>257.544.944,56</b>	<b>127.377.772,03</b>	<b>127.377.772,03</b>
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	243.951.412,36	243.951.412,36	116.759.890,16	116.759.890,16
DEMAIS	6.369.862,44			
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	13.593.532,20	13.593.532,20	10.617.881,87	10.617.881,87
<b>20CT - CAPACITACAO DE AGENTES PARA O SISTEMA DE COMUNICACAO DE GOV.</b>	<b>442.630,00</b>	<b>258.202,00</b>	<b>69.573,79</b>	<b>69.571,59</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>442.630,00</b>	<b>258.202,00</b>	<b>69.573,79</b>	<b>69.571,59</b>
DEMAIS	442.630,00	258.202,00	69.573,79	69.571,59
<b>2675 - COMUNICACAO E TRANSMISSAO DE ATOS E FATOS DO GOVERNO FEDERAL</b>	<b>35.003.045,00</b>	<b>33.511.134,60</b>	<b>15.368.398,07</b>	<b>15.368.398,07</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>35.003.045,00</b>	<b>33.511.134,60</b>	<b>15.368.398,07</b>	<b>15.368.398,07</b>
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	33.046.757,05	33.046.757,05	14.904.020,52	14.904.020,52
DEMAIS	1.956.287,95	464.377,55	464.377,55	464.377,55
<b>4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA</b>	<b>24.072.168,00</b>	<b>23.375.660,59</b>	<b>16.150.001,51</b>	<b>16.150.001,51</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.072.168,00</b>	<b>23.375.660,59</b>	<b>16.150.001,51</b>	<b>16.150.001,51</b>
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	23.375.660,59	23.375.660,59	16.150.001,51	16.150.001,51
DEMAIS	696.507,41			
<b>2101 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA</b>	<b>379.470.521,00</b>	<b>367.258.073,53</b>	<b>323.376.290,24</b>	<b>305.918.449,96</b>
<b>09HB - CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES</b>	<b>718.773,00</b>	<b>301.324,04</b>	<b>301.324,04</b>	<b>301.324,04</b>
<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>718.773,00</b>	<b>301.324,04</b>	<b>301.324,04</b>	<b>301.324,04</b>
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	708.773,00	301.324,04	301.324,04	301.324,04
DEMAIS	10.000,00			
<b>2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE</b>	<b>117.805.956,00</b>	<b>116.233.644,58</b>	<b>87.518.613,22</b>	<b>87.381.555,37</b>

UPC / PROGRAMA / AÇÃO / GRUPO / ELEMENTO	2018			
	DOTACAO FINAL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>111.359.718,00</b>	<b>110.406.287,88</b>	<b>87.138.771,21</b>	<b>87.002.625,87</b>
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	28.466.211,31	28.466.211,31	23.474.184,17	23.474.184,17
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	49.771.983,97	49.532.899,67	37.917.188,47	37.916.693,47
DEMAIS	33.121.522,72	32.407.176,90	25.747.398,57	25.611.748,23
<b>4 - INVESTIMENTOS</b>	<b>6.446.238,00</b>	<b>5.827.356,70</b>	<b>379.842,01</b>	<b>378.929,50</b>
40 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	994.050,45	994.050,45	97.560,80	97.560,80
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.833.306,25	4.833.306,25	282.281,21	281.368,70
DEMAIS	618.881,30			
<b>2004 - ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS</b>	<b>3.423.378,00</b>	<b>3.423.378,00</b>	<b>2.957.564,95</b>	<b>2.644.608,07</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.423.378,00</b>	<b>3.423.378,00</b>	<b>2.957.564,95</b>	<b>2.644.608,07</b>
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	70.000,00	70.000,00	19.334,47	19.334,47
DEMAIS	3.353.378,00	3.353.378,00	2.938.230,48	2.625.273,60
<b>20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIAO</b>	<b>238.759.247,00</b>	<b>231.224.948,07</b>	<b>218.328.559,51</b>	<b>202.441.349,66</b>
<b>1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>238.759.247,00</b>	<b>231.224.948,07</b>	<b>218.328.559,51</b>	<b>202.441.349,66</b>
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.370.776,55	103.088.996,75	103.088.996,75	95.440.684,86
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	13.816.722,03	13.816.722,03	13.816.722,03	13.808.180,94
96 - RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	101.228.748,42	101.228.748,42	88.332.359,86	81.187.942,46
DEMAIS	14.343.000,00	13.090.480,87	13.090.480,87	12.004.541,40
<b>212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS E EMPREGADOS</b>	<b>14.545.951,00</b>	<b>12.944.033,20</b>	<b>11.270.563,01</b>	<b>10.337.671,41</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.545.951,00</b>	<b>12.944.033,20</b>	<b>11.270.563,01</b>	<b>10.337.671,41</b>
DEMAIS	14.545.951,00	12.944.033,20	11.270.563,01	10.337.671,41
<b>216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB</b>	<b>2.461.419,00</b>	<b>2.460.442,51</b>	<b>2.360.824,64</b>	<b>2.173.100,54</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.461.419,00</b>	<b>2.460.442,51</b>	<b>2.360.824,64</b>	<b>2.173.100,54</b>
DEMAIS	2.461.419,00	2.460.442,51	2.360.824,64	2.173.100,54
<b>6662 - FORMULACAO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS E ESTRATEGIAS</b>	<b>1.755.797,00</b>	<b>670.303,13</b>	<b>638.840,87</b>	<b>638.840,87</b>
<b>3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.755.797,00</b>	<b>670.303,13</b>	<b>638.840,87</b>	<b>638.840,87</b>
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	62.314,49	62.314,49	61.532,82	61.532,82
DEMAIS	1.693.482,51	607.988,64	577.308,05	577.308,05
<b>Total Geral</b>	<b>703.015.508,00</b>	<b>681.948.015,28</b>	<b>482.342.035,64</b>	<b>464.884.193,16</b>



## CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS

O contingenciamento consiste no retardamento ou impedimento da execução de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na Lei Orçamentária Anual em função da insuficiência de receitas. As figuras a seguir explicitam os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho estabelecidos para a Secretaria-Geral no ano de 2018, bem como o percentual do contingenciamento. Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada e os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho.

Figura 23 - Limite de Movimentação de Empenho da Secretaria-Geral

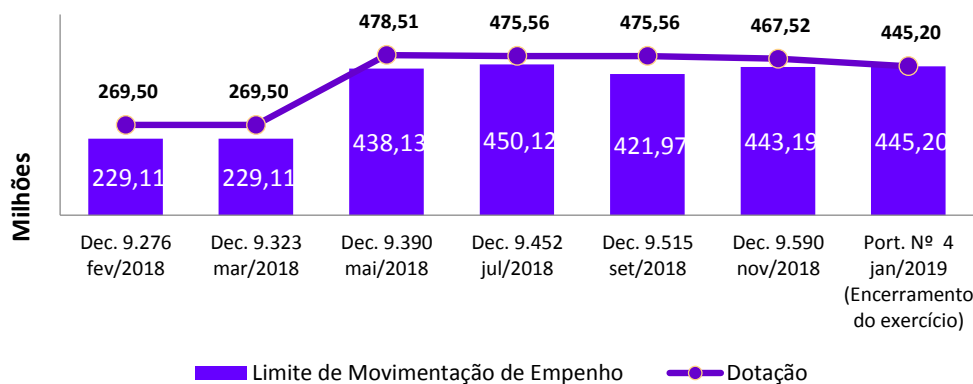


Figura 24 - Percentual das Dotações Contingenciadas em 2018

	Dec. 9.276 fev/2018	Dec. 9.323 mar/2018	Dec. 9.390 mai/2018	Dec. 9.452 jul/2018	Dec. 9.515 set/2018	Dec. 9.590 nov/2018	Port. 4 jan/2019
%	14,98%	14,98%	8,44%	5,35%	11,27%	5,21%	0,00%

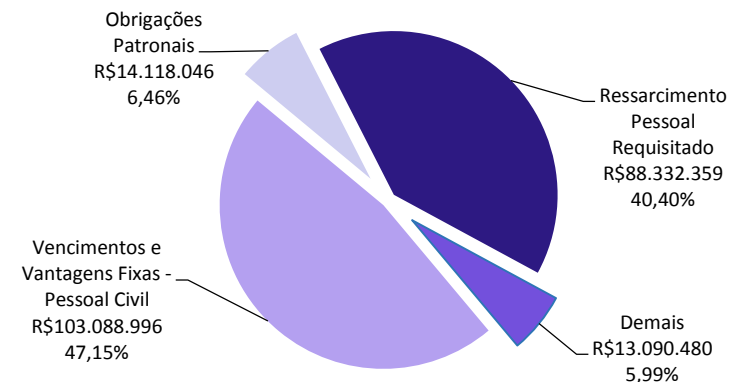
## EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

A figura, mencionada acima, apresenta o desempenho orçamentário da Secretaria-Geral por Programa, Ação, Grupo de Despesa e Grupo de natureza de despesa. Grupo de natureza de despesa refere-se à classe de gasto em que foi realizada a despesa. Elemento de Despesa é a classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

### GRUPO 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 218.629.883. Deste montante, três gastos se destacam e representam mais de 90% da despesa: vencimentos e vantagens fixas, 47,15% da despesa, Ressarcimento de Pessoal requisitado, 40,4% e obrigações patronais, 6,46%.

Figura 25 - Gastos com Pessoal



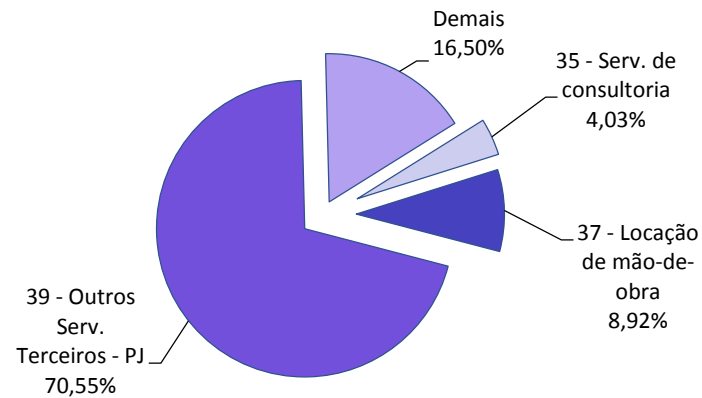
## GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em 2018, a execução das despesas de custeio totalizou R\$ 263.332.310,08, que inclui despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Os dispêndios mais relevantes foram “Outros Serviços de Terceiros” (R\$ 185.665.338), 74,57% desta despesa, “Locação de Mão de Obra” (R\$ 23.474.184) 9,43% e “Serviços de Consultoria” (R\$10.617.881) 4,26%.

Em outros serviços de terceiros destacam-se os gastos efetuados com Comunicação Institucional: serviços de comunicação em geral e serviços de publicidade.

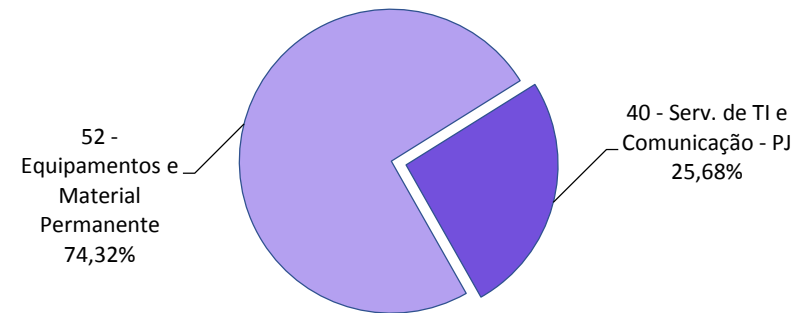
Figura 26 - Outras Despesas Correntes



## GRUPO 4 – INVESTIMENTOS

Os investimentos somaram R\$ 379.842, aplicados em equipamentos e materiais permanentes, R\$ 282.281, e serviços de tecnologia da informação R\$ 97.560,80.

Figura 27 - Investimentos



### 6.1.2 GESTÃO DE PESSOAS

Diferentemente de outros órgãos públicos, a Secretaria-Geral não dispõe de quadro próprio de pessoal. Sua força de trabalho é composta por servidores com vínculo com a administração pública (requisitados ou cedidos de outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e federais), além de servidores sem vínculo com a administração pública (nomeados em cargo em comissão).

Somado a isso a sua unidade de gestão de pessoas é responsável por gerenciar toda a força de trabalho da Secretaria-Geral e demais órgãos da PR, o que enseja mais complexidade na proposição, revisão, execução e avaliação das políticas de pessoal.

## CONFORMIDADE LEGAL

A área de gestão de pessoas da Secretaria-Geral é a unidade setorial que representa todos os órgãos da PR (SG, CC, SEGOV, GSI, GP, SAE) no diálogo permanente junto ao órgão central – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – devendo fazer seguir os normativos e orientações emanados. Dentre esta incumbência, atua no papel de orientar e de esclarecer dúvidas concernentes à aplicação da legislação de recursos humanos para todos os órgãos e entidades vinculadas da PR.

### Legislação em 2018

**9 Consultas da PR ao órgão central do Sipec sobre aplicação da legislação**, cujas principais dúvidas foram relativas ao pagamento de reembolso remuneratório, reposição ao erário e aplicação do abate teto, ajuda de custo e quarentena e o caráter legal do cargo especial de transição governamental.

**6 Consultas recebidas pelo órgãos seccionais da PR ao órgão setorial PR**, cujas principais dúvidas tratavam de pagamento de adicional noturno, acumulação de cargo e remoção temporária de servidor.

**8 proposições de revisões e novos normativos internos em gestão de pessoas**, visando a melhoria da governança (clareza de responsabilidades) e dos processos de trabalho (ingresso e desligamento da PR, capacitação, estágio).

## Atendimentos às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle:

**100% das  
Recomendações  
atendidas**

Impacto na melhoria do controle administrativo do fluxo de reposição ao erário

Impacto na melhoria do controle administrativo das capacitações (planejamento e execução)

## Demandas da sociedade e dos servidores


A área de gestão de pessoas, atendeu diversas solicitações advindas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e da Ouvidoria da PR. Em 2018, foram:

**41 pedidos de temas de pessoal recebidos e atendidos via SIC**, sendo os principais relativos a: quantidade de pessoal e gasto com as equipes de ex-Presidentes da República; quantidade de pessoal e valores de cargos e gratificações na PR; quantidade de servidores que trabalham no Palácio da Alvorada e informações sobre cargos específicos.

**6 registros de temas de pessoal recebidos e atendidos via Ouvidoria PR**, sendo a maioria de agradecimentos e elogios por serviços prestados pelas unidades da área de gestão de pessoas da SG e uma solicitação de impugnação do edital do processo seletivo para preenchimento de vagas em postos de trabalho.

## Conformidade em processos de pagamento de gestão de pessoa

A unidade pagadora de gestão de pessoas da SG, que atua para toda PR, observa as normas e cumpre o regramento estabelecido pelo órgão central do SIPEC nos processos de trabalho relativos à gestão de pessoas. Destaques abaixo para:

<b>Controle e acompanhamento da Entrega das Declarações de Bens e Renda</b>	3.132 servidores da PR autorizam o acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física e 3 servidores entregaram o formulário de Declaração de Bens e Renda estabelecido pela IN-TCU nº 67/2011.
<b>Acumulação indevida de cargos</b>	Não há registro de acumulação indevida de cargos nos órgãos integrantes da PR.
<b>Atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no SISAC</b>	Em 2018, não houve registro de concessão de admissão, pensão civil ou aposentadoria no SISAC realizado pela unidade pagadora 14.
<b>Reposição ao Erário</b>	 <pre> graph LR     A["Total de processos abertos: 161 R\$ 120.553,73"] --&gt; B["Processos em andamento: 33 R\$ 43.902,03"]     B --&gt; C["Processos finalizados pagos: 122 RS 75.966,09"]     C --&gt; D["Processos finalizados não pagos: 6 R\$ 685,64"]     D --&gt; E["Processos abertos em anos anteriores e pagos em 2018: 20 R\$ 17.779,68"]             </pre>

## AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal da Secretaria-Geral, em razão da ausência de quadro próprio de pessoal, e, conseqüentemente um plano de carreira, é bastante diversificado. Formado por servidores requisitados, cedidos e ocupantes em cargo em comissão e tem se mantido estável ao longo dos anos. Há militares, estatutários e celetistas, das esferas provenientes de mais de 170 órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Figura 29 - Força de Trabalho por Situação de Vínculo/Funcional

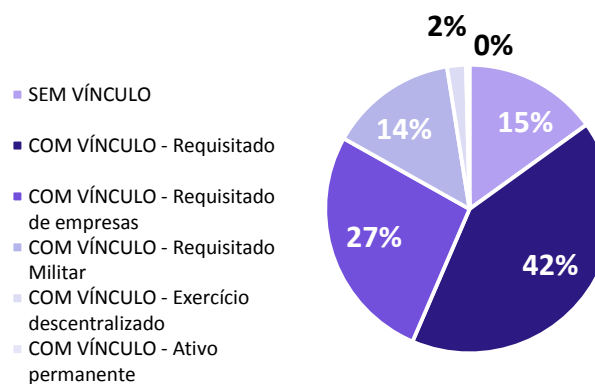
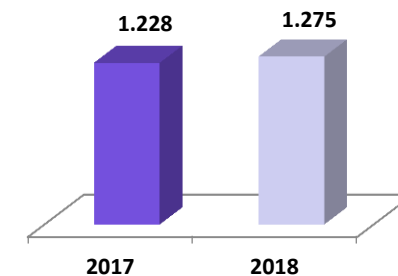


Figura 28 - Evolução da Força de Trabalho



Por ter a competência transversal de prover as atividades administrativas além desta UPC, abarcando o Presidente da República, as residências oficiais e demais órgãos da PR e a VPR, a Secretaria-Geral apresenta uma força de trabalho bastante concentrada na área meio, o que impacta no perfil profissional e remuneratório do quadro de pessoal.

Figura 31 - Distribuição dos Servidores por faixa Salarial (R\$)

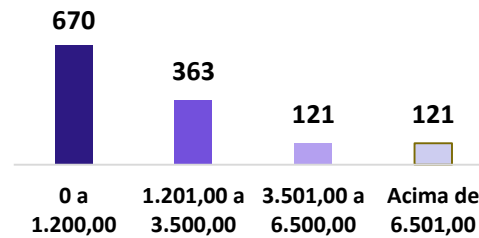
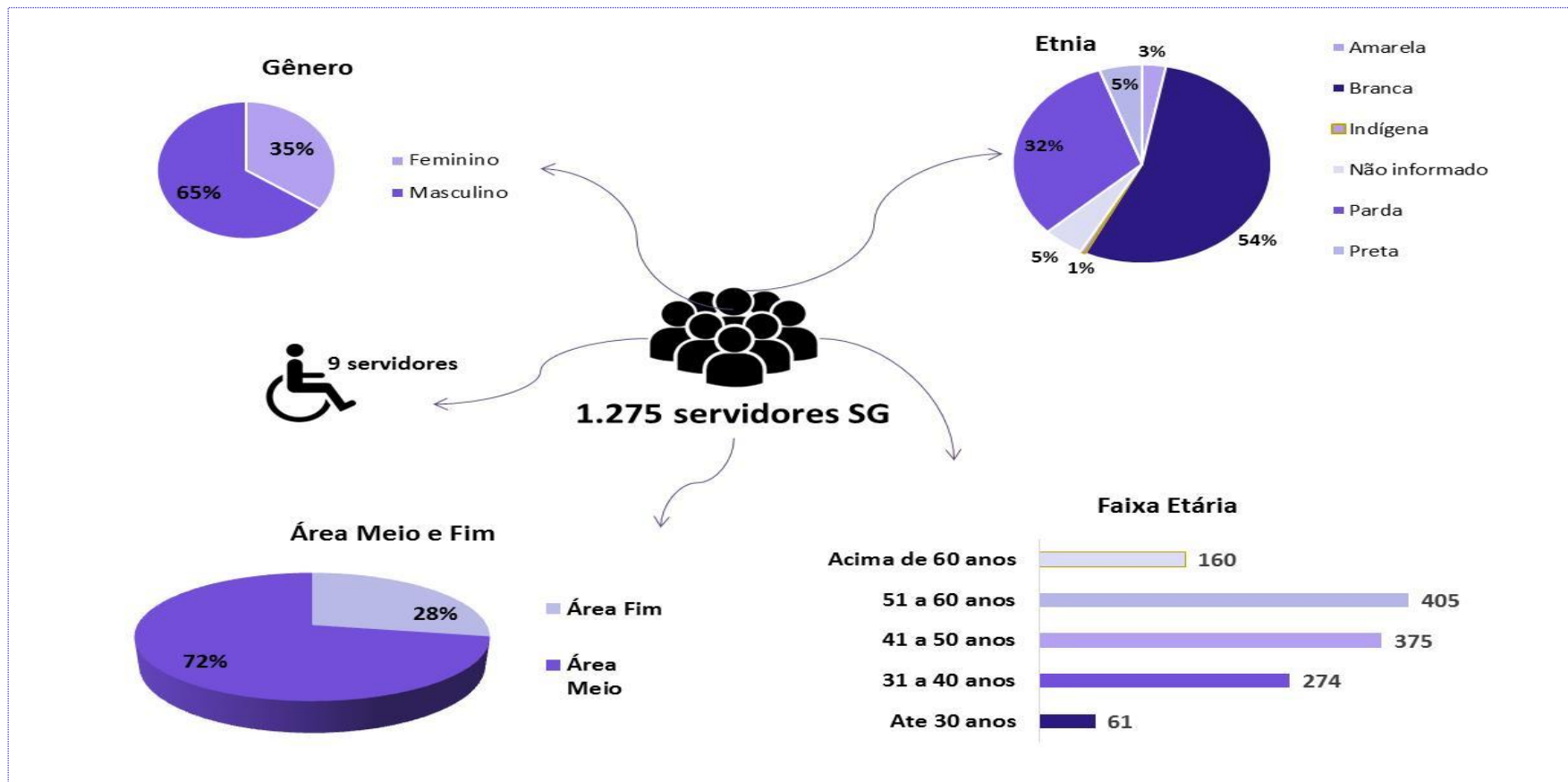
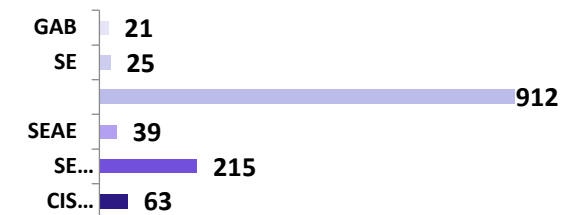


Figura 30 - Distribuição de Servidores por Unidade do Exercício





## ESTRATÉGICA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A constituição da força de trabalho da Secretaria-Geral baseia-se no provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, além da requisição de servidores públicos federais e da cessão de empregados públicos federais e de servidores e empregados estaduais e municipais, de acordo com a Lei nº 9.007/1995 e o Decreto nº 9.144/2017.

Para o recrutamento e seleção predomina-se o critério da confiança. Mas, no fim de 2017 e começo de 2018, iniciou-se a realização de processos seletivos, de forma meritocrática, transparente e impessoal, para a ocupação de vagas disponíveis em postos de trabalho, visando contribuir para a profissionalização da instituição e alcançar o objetivo estratégico de “prover recursos humanos qualificados para o desempenho das competências institucionais da PR”. A finalidade é alocar as pessoas certas nos lugares certos, por meio do recrutamento externo ou da movimentação interna de servidores.

O primeiro processo seletivo realizado ofertou 56 vagas na SG, CC e SEGOV, dando a oportunidade de participação de todos os servidores públicos federais do Regime Jurídico Único. Ao todo foram 995 acessos na plataforma digital para inscrição nesta

seleção. Destes, houve 200 inscrições finalizadas. 24 postos de trabalho tiveram candidatos com inscrição válida. Os demais postos, basicamente os destinados às áreas de tecnologia da informação, não tiveram concorrentes. Após análise curricular e de atendimento aos requisitos obrigatórios, foram convocados 63 candidatos para as entrevistas. Ao fim, das 56 vagas abertas, 30 candidatos foram aprovados, após realizarem as três etapas do certame com êxito, ou seja, houve o preenchimento de 54% das vagas inicialmente divulgadas, atendendo todos os requisitos presentes do edital. Destaca-se que, destes aprovados, três são servidores com deficiência.

Este macroprocesso de gestão de pessoas é de suma relevância para a Secretaria-Geral e demais órgãos da PR, por ser uma instituição onde o seu quadro de pessoal é 80% formado por servidores requisitados e cedidos de outros órgãos e entidades. Somado a isso, com a publicação do Decreto nº 9.144/2017 que limitou a cessão de servidores e empregados públicos de estatais, dos estados e municípios para a PR, foi dado mais um desafio à gestão de pessoas: como compor e recompor a sua força de trabalho?

A inovação no processo de recrutamento e seleção na Presidência da República consiste em ampliar a publicização das ofertas de

vagas de postos de trabalho disponíveis na instituição com base em competências profissionais previamente mapeadas, de forma a atrair e reter profissionais cada vez mais qualificados para os desafios institucionais.

TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	TOTAL DE VAGAS DISPONÍVEIS
37	56
POSTOS DE TRABALHO COM INSCRIÇÕES VÁLIDAS	TOTAL DE VAGAS COM INSCRITOS VÁLIDOS
24	40
	APROVADOS NO CERTAME
	30

## DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Por não ter quadro próprio de pessoal, os dados de despesa de pessoal, aqui apresentados, referem-se exclusivamente aos servidores ativos da Secretaria-Geral. A despesa de pessoal é constituída pela remuneração e retribuição do cargo comissionado, função de confiança ou gratificação, além dos benefícios, e foram extraídas do sistema SIAPE.

Figura 32 - Custo Direto com Despesas de Pessoal em 2018

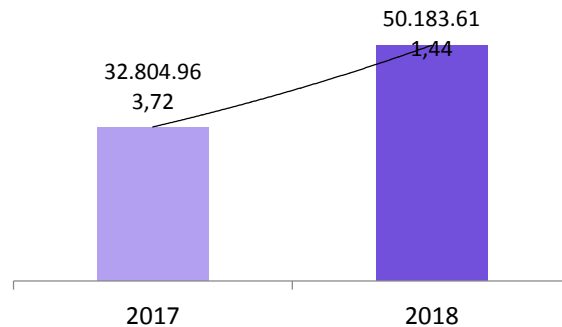
GRATIFICAÇÕES	RETRIBUIÇÕES	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS	VENCIMENTO E VANTAGENS FIXAS	DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	INDENIZAÇÕES	ADICIONAIS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
R\$16.514.134,17	R\$11.906.708,23	R\$ 7.368,38	R\$16.646.664,26	R\$ 29.710,34	R\$ 2.811.861,64	R\$ 1.843.989,14	R\$ 423.175,28
33%	24%	0,01%	33%	0,01%	5%	4%	1%

Em 2018, houve um incremento na despesa de pessoal em razão do ingresso da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca na estrutura da Secretaria-Geral.

dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os servidores em exercício na Secretaria-Geral são periodicamente avaliados com base nos critérios, normas, padrões e instrumentos utilizados no seu órgão de origem.

Por não ter carreira, o ciclo de gestão de desempenho na Secretaria-Geral é prejudicado. Avaliação de estágio probatório, progressão/promoção funcional, concessão de gratificação de desempenho não são práticas adotadas internamente.

Figura 33 - Evolução de Despesas de Pessoal

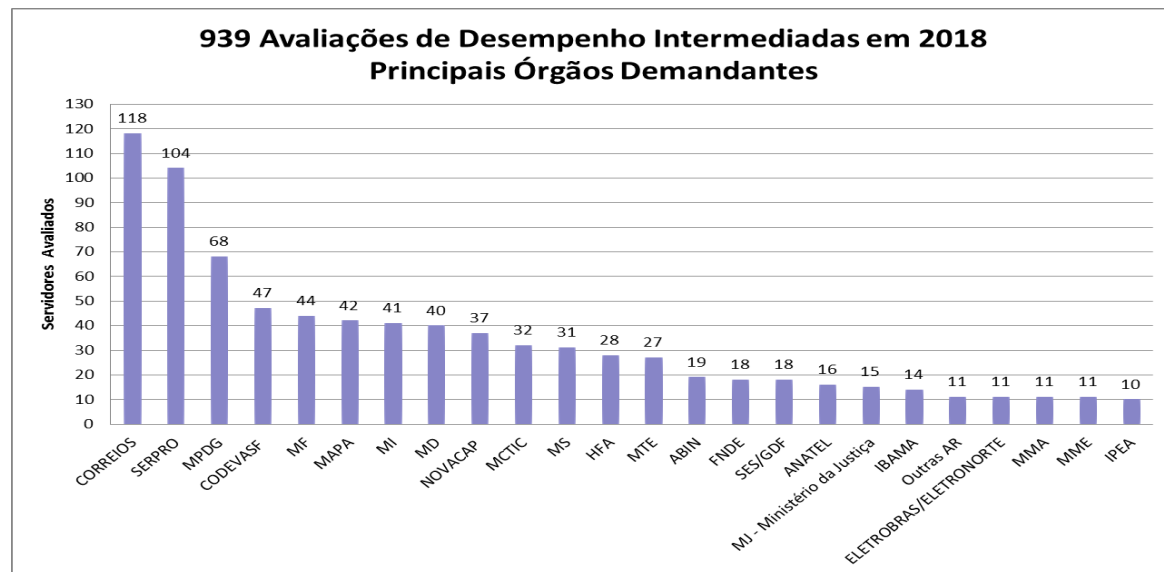


## AValiação DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

### AValiação DE DESEMPENHO

Em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei nº 11.784/2008 que versa sobre a sistemática de avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e

Figura 34 - Avaliações de Desempenho Intermediadas em 2018



## REMUNERAÇÃO

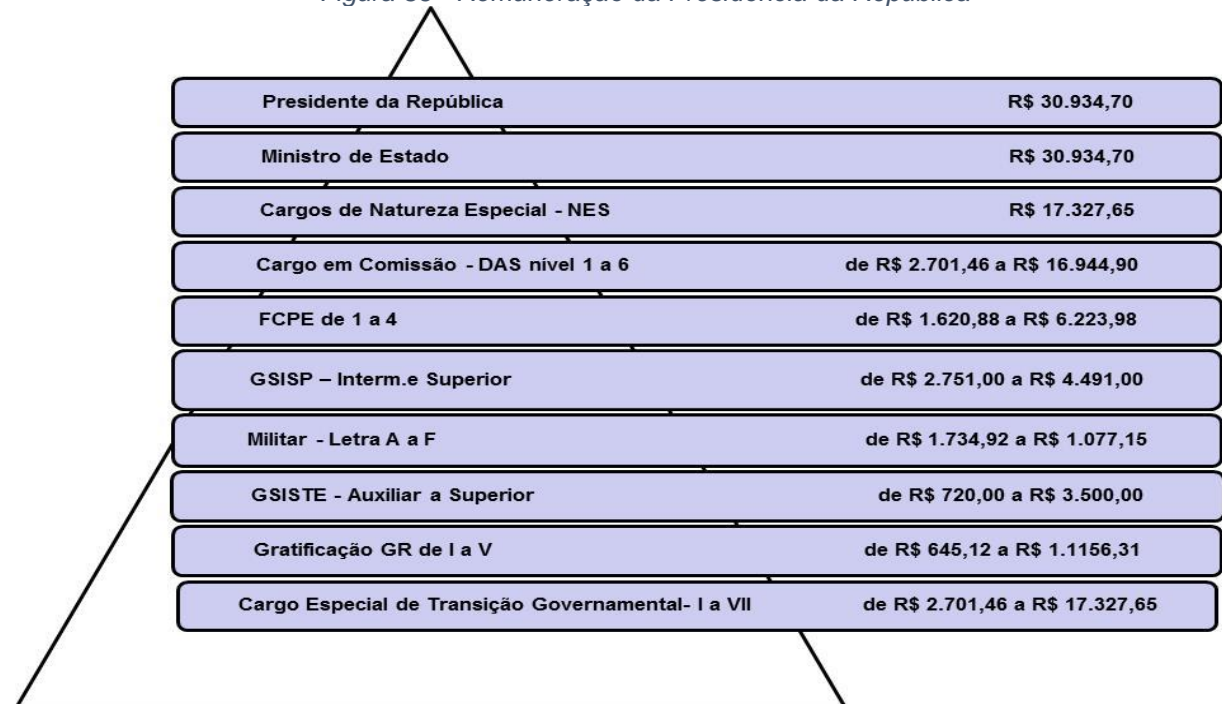
A remuneração dos servidores da Secretaria-Geral baseia-se na tabela de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações do Poder Executivo Federal.

Em relação aos cargos gerenciais da Secretaria-Geral, 65% são preenchidos por servidores. Estes ocupam postos mais técnico-operacionais e tático-estratégicas, enquanto os cargos de direção máxima são ocupados por servidores sem vínculo.

### Igualdade de oportunidades

O Programa Qualidade de Vida no Trabalho da PR tem como competência promover a igualdade de oportunidades para servidores. Para tanto, juntamente como Programa de Desenvolvimento da Liderança, busca sensibilizar os dirigentes e gestores sobre o papel do tomador de decisão na distribuição de oportunidades e recursos de forma equânime. Na PR, destaca-se que todos os servidores têm oportunidades iguais para se capacitar e desenvolver.

Figura 36 - Remuneração da Presidência da República



Fonte: Ministério da Economia

Figura 35 - Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores

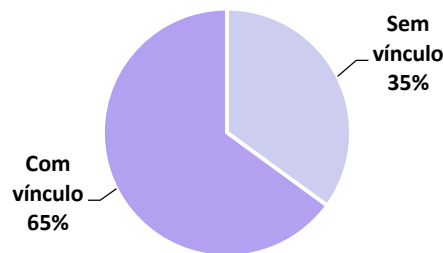
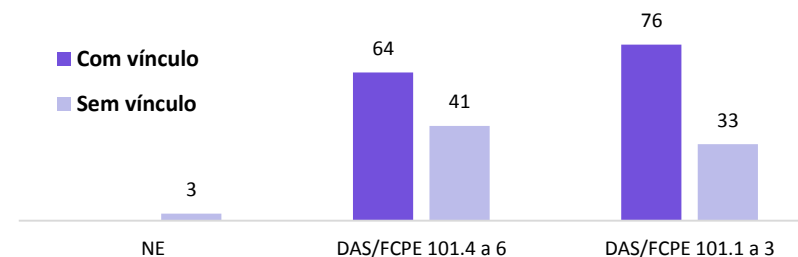


Figura 37 - Níveis de Ocupação de Cargos Gerenciais por Servidores



## CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação e o desenvolvimento – C&D dos servidores da PR visam contribuir para o aprimoramento profissional e o alcance dos objetivos institucionais. É gerida pela Secretaria de Administração da Secretaria-Geral, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas na qualidade de unidade setorial do SIPEC. Anualmente, há a construção coletiva do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PACD, onde são descritas as ações previstas para o ano subsequente.

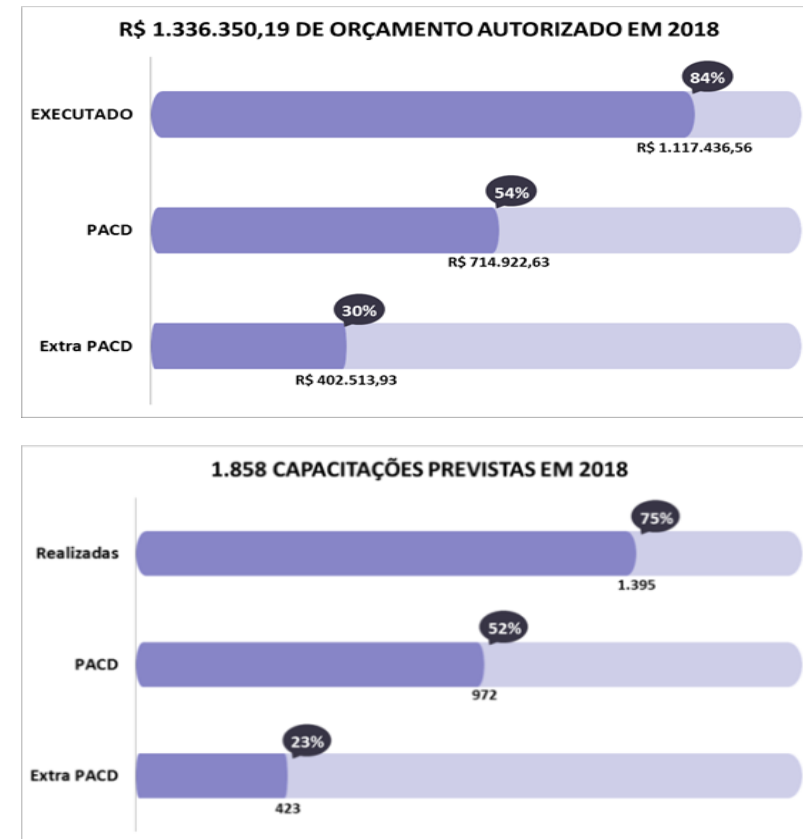
No fim de 2017, representantes estratégicos das unidades da PR compartilharam as iniciativas prioritárias e demandas necessárias ao desenvolvimento dos servidores, visando à parceria entre as unidades da PR, a melhor aplicação dos recursos destinados à C&D e o consequente aprimoramento dos serviços prestados.

Em 2018, foram executados 84% dos recursos orçamentários destinados à capacitação dos servidores da PR, ocasionando 1.395 participações em ações de formação, treinamento e desenvolvimento profissional. Incluem vagas disponibilizadas por instituições parceiras, eventos realizados com instrutoria interna (ocorridos de forma voluntária ou remunerados com Gratificação de Encargo de Curso ou Concurso – GECC) e as Jornadas de Disseminação do Conhecimento, projeto iniciado em 2018 com o objetivo de socializar conhecimentos adquiridos por meio de capacitações de alto nível custeadas pela PR ou produções de relatórios e pesquisas de relevância.

A execução da totalidade ou do maior número de ações previstas no PACD ainda é um desafio de gestão. Embora o processo de planejamento da C&D seja elaborado com a participação de representantes das unidades da PR, as constantes modificações de estrutura organizacional da instituição, ao passo que surgem novos anseios não identificados e apresentados momento do planejamento anual, o que eleva o quantitativo de ações de capacitação extraPACD

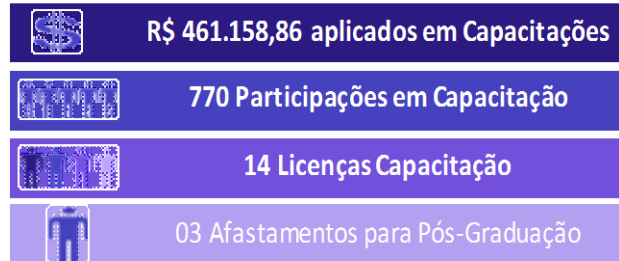
realizadas. Somado a isso, a dinamicidade das agendas dos servidores concorrem com os eventos presenciais de capacitação, razão pela qual está se privilegiando cada vez mais a modalidade de ensino a distancia.

Figura 38 - Capacitações





Em 2018, das 1.395 participações de servidores em ações de capacitação, 770 foram por servidores da SG.



#### DESTAQUES:

- 1) Desenho instrucional do curso de **Agentes Patrimoniais** visando capacitá-los de acordo com os normativos vigentes : 60% dos Agentes Patrimoniais da PR foram treinados em 2018;
- 2) Realização de 02 turmas do curso **Do Planejamento da Contratação à Gestão do Contrato**, desenhado internamente em 2017 e destinado a orientar os gestores e fiscais de contrato sobre as exigências da IN05/2017;
- 3) **Treinamento de Liderança para Gestores - Dale Carnegie**;
- 4) Participação no **Programa Executivo de Competências para a Liderança - ENAP/HARVARD**;
- 5) Cursos de **Mediação e Resolução de Conflitos** ;
- 6) **Projeto Prevenir** – palestras informativas sobre prevenção de conflitos de interesses e desvios éticos - apresentadas pela Ciset/PR;
- 7) **Jornadas de Disseminação do Conhecimento**, proferidas por servidores que compartilham o conhecimento e a experiência vivenciada em ações de capacitação de vulto;
- 8) **Trilha de Aprendizagem “Desenvolvimento de Pessoas e Mentalidade de Inovação”**

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Ações	Desafios
Racionalização de processos críticos de trabalho em gestão de pessoas (ingresso, desligamento, frequência, estágio, capacitação, entre outros a partir da adesão aos novos módulos do SIGEPE)	Aperfeiçoar e inovar os processos de trabalho em gestão de pessoas com o uso intensivo de sistemas informatizados, de forma a facilitar a uniformização de procedimentos, automatizar rotinas manuais, produzir informações gerenciais em tempo real e garantir a segurança da informação.
Desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de informação em gestão de pessoas	Aprimorar a prestação de informações gerenciais em gestão de pessoas com o desenvolvimento do novo Sistema de Pessoal da PR (PES) e do Sistema de Saúde da PR (SISAU), bem como aperfeiçoar o Painel de Informações de Gestão de Pessoas e o Sistema de Gestão da Capacitação.
Fortalecimento das ações de Gestão por Competências e de Gestão do Conhecimento nos órgãos da Presidência da República	Expandir a gestão por competências e do conhecimento na Presidência da República com a implantação do Banco de Talentos na PR; o mapeamento das competências profissionais técnicas-específicas; o dimensionamento da força de trabalho; a construção e publicação da política de reconhecimento profissional dos servidores da PR e a disponibilização do Repositório do Conhecimento.
Fortalecimento das ações de desenvolvimento institucional e profissional	Promover ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento institucional e ao bem-estar com o fortalecimento da governança em Gestão de Pessoas, da qualidade de vida no trabalho e o desenvolvimento contínuo da Liderança e dos servidores.



### 6.1.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

#### CONFORMIDADE LEGAL

A conformidade legal dos processos de contratação relativos à gestão de licitação e contrato é realizada pela assessoria jurídica, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e LC nº 123/2006, os Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/2013 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (STI/MP), 05/2014 (SLTI/MP) e 05/2017 (SEGES/MP).

#### CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES.

A gestão de licitação e contratos da Unidade Gestora da Secretaria de Administração (110001) que, no ano de 2018, possuía aproximadamente 260 instrumentos contratuais vigentes, realizou em torno de 211 contratações, sendo 48 por processos licitatórios, todos na modalidade de pregão eletrônico, e 163 por contratações diretas, incluídas as adesões a atas de registro de preços.

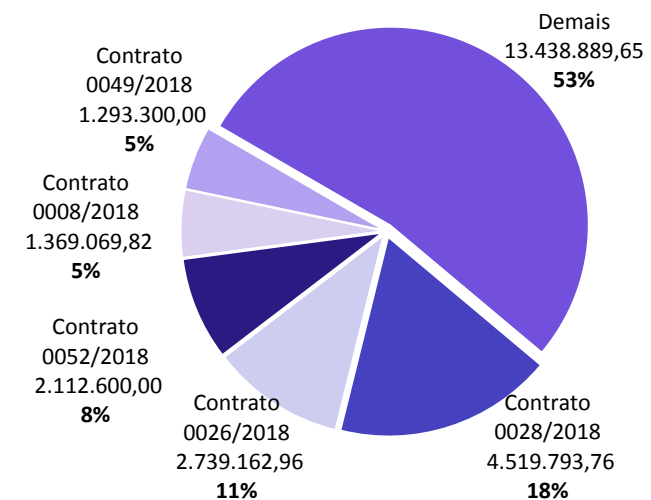
As contratações mais relevantes realizadas no âmbito da Secretaria de Administração estão, em sua maioria, ligadas ao funcionamento administrativo das instalações da Presidência da República, que se dividem entre os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, e os de fornecimento de energia elétrica e de água e esgoto, serviços de alimentação, de organização de eventos, de locação de veículos, de agenciamento de viagens, além das soluções de tecnologia da informação.

Dentre as contratações mais relevantes no ano de 2018, em sua maioria voltada para a ação de continuidade, destacam-se a prestação de serviços de jardinagem para áreas verdes; a prestação de

serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz, dados e fac-símile, através do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS) INMARSAT; o fornecimento de combustível; e o fornecimento de soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional.

Para a classificação das contratações mais relevantes foi adotado o critério de maior valor, considerando as contratações realizadas acima de um milhão de reais. A lista com as contratações mais relevantes realizadas no exercício de 2018 consta na tabela a seguir, juntamente com as principais informações, inclusive as justificativas elaboradas pelas áreas demandantes disponíveis nos termos de referências/projetos básico, que constam dos autos dos respectivos processos.

Figura 39 – Cinco Maiores Contratações em 2018



Fonte: Gerenciamento de Contratos - GERCONT

Figura 40 - Principais Contratações em 2018

INSTRUMENTO	EMPRESA	OBJETO	JUSTIFICATIVA/OBJETIVO	PROCESSO	VIGÊNCIA	VALOR CONTRATADO (R\$)
PR/SA-CONTRATO-0028/2018  PREGÃO ELETRÔNICO 017/2018	EBF INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA	Prestação de serviços de jardinagem em áreas verdes pavimentadas, com fornecimento de material.	As dependências da PR são locais de representação do Governo Brasileiro, além de possuir relevância histórico-cultural para o País. Essas dependências possuem 808.145 m <sup>2</sup> de área a ser tratada, entre área pavimentada (164.109m <sup>2</sup> ) e área verde (644.036m <sup>2</sup> ). O serviço de jardinagem se faz necessário, entre vários motivos, por: - Garantir à segurança das instalações, uma vez que a manutenção das áreas verdes é vital para proporcionar ampla visibilidade das equipes de segurança da PR; - Assegurar a adoção de medidas de preservação, conservação e manutenção dos projetos paisagísticos em todas as dependências da PR; - Garantir a administração, a conservação e manutenção das áreas verdes ou com vegetação e das áreas pavimentadas, o que inclui podas, controle de pragas, tratamento de doenças, manutenção dos elementos florísticos alinhados a forma natural da paisagem ou aqueles resultantes de projetos paisagísticos, entre outros listados neste instrumento; - Serem os Palácios e Residências Oficiais pontos turísticos de Brasília, sendo que a maioria com tombamento individual (Palácio da Alvorada, Palácio do Jaburu e Palácio do Planalto); - Possuir jardim tombado (Palácio do Jaburu), que deve ser preservado conforme o projeto original, mantendo sua autenticidade, de modo que permaneça seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, paisagísticos, entre outros; e Resguardar a salubridade e a higiene das áreas externas (áreas verdes ou com vegetação e áreas pavimentadas) nas dependências da PR.	00088.000242 /2018-18	25/09/2018 a 25/09/2019	4.519.793,76
PR/SA-CONTRATO-0026/2018  PREGÃO ELETRÔNICO 013/2018	TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATELITE EIRELI	Prestação de serviços de comunicação via satélite para transmissão de voz, dados e fac-símile, através do Serviço Móvel Global por Satélites (SMGS) INMARSAT, durante os deslocamentos aéreos nacionais e internacionais nas aeronaves Embraer-190PR e Airbus A319CJ que apoiam a Presidência da República.	O serviço permite que o Exmo. Sr. Presidente da República se mantenha conectado ao centro de governo mesmo quando em voo, a bordo das aeronaves presidenciais, durante os deslocamentos nacionais ou internacionais.	00094.000229 /2018-80	20/06/2018 a 20/06/2019	2.739.162,96
PR/SA-CONTRATO-0052/2018  Adesão à Ata de Registro de Preços – Pregão Eletrônico SRP 05/2017 do Ministério do Planejamento.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	Aquisição de 420 microcomputadores do tipo Desktop com monitor.	Atualização do parque computacional da Presidência da República que dispõe de 3251 estações de trabalho em produção. Desse quantitativo, remanescem 2.251, consideradas em estado de obsolescência técnica e sem contrato de manutenção e, 62% desse montante têm mais de 5 anos de uso. Diante a ausência de atualização do parque ao longo nos últimos anos, vários desses ativos apresentam problemas técnicos regulares, consumindo substancialmente o tempo dos profissionais responsáveis pelas manutenções e exigindo custos adicionais com a aquisição de componentes e peças para manutenção. Como impacto desse cenário, a produtividade do usuário final fica comprometida, na medida em que se avolumam os problemas, gerando maior indisponibilidade dos recursos em função de suas recorrências e também pelas limitações funcionais provocadas pelo ambiente tecnicamente defasado.	00094.000587 /2018-92	24/12/2018 a 23/04/2019	2.112.600,00

INSTRUMENTO	EMPRESA	OBJETO	JUSTIFICATIVA/OBJETIVO	PROCESSO	VIGÊNCIA	VALOR CONTRATADO (R\$)
PR/SA-CONTRATO-0008/2018  PREGÃO ELETRÔNICO 048/2017	REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA SA	Fornecimento de combustível, sob demanda, do tipo etanol, gasolina comum, óleo diesel tipo S-10, com fornecimento, instalação e manutenção de bombas industriais novas com filtros externos e um tanque aéreo com bacia de contenção de 15.000 mil litros, para abastecimento dos veículos automotores integrantes da frota da Presidência da República e motores navais.	O fornecimento de combustível deve-se a necessidade de abastecimento dos veículos e equipamentos de propriedade da Presidência da República, com a finalidade de promover a otimização e homogeneização do abastecimento contínuo e ininterrupto, garantindo, desta forma, o atendimento dos serviços de transporte terrestre e naval e dos geradores do Palácio do Planalto e Palácio da Alvorada.	00087.000421 /2017-84	12/01/2018 a 31/12/2018	1.369.069,82
PR/SA-CONTRATO-0049/2018  Adesão à Ata de Registro de Preços – Pregão Eletrônico SRP 05/2017 do Ministério do Planejamento.	NCT INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de soluções de segurança de redes compostas de firewall corporativo e multifuncional para prover segurança e proteção da rede de computadores.	A aquisição de soluções de firewall de rede e IPS integradas facilitam sob o ponto de vista de gerência da solução, aumenta a eficiência com a facilidade na implementação da inspeção SSL de todo tráfego entrando ou saindo da rede PR em um único ativo na rede, diminui a sobrecarga de processamento e atraso na entrega de pacotes devido à inspeção SSL não serem realizadas por duas soluções, além de possuir valor de aquisição menor do que no caso de soluções separadas. Com o sistema autônomo-SA a PR terá blocos de endereçamento IP próprio e poderá ser responsável pela publicação das rotas relacionadas ao seu endereçamento IP por meio do BGP (Border Gateway Protocol). O BGP é o responsável pela comunicação entre sistemas autônomos - SA na Internet. A solução de firewall que se pretende adquirir será utilizada para fazer o roteamento BGP, exercendo o papel de roteador. A PR possui atualmente dois links de internet, sendo que um dos links é fornecido pelo SERPRO e o outro link é fornecido pela TELEBRÁS. Devido à existência de dois links, é necessário realizar o balanceamento de carga entre os links tanto na entrada quanto na saída da rede de acordo com políticas elou utilização de cada link. A nova solução de firewall será utilizada para realizar o balanceamento supracitado, exercendo o papel de balanceador de links.	00094.001179 /2016-96	07/12/2018 a 07/12/2019	1.293.300,00
<b>TOTAL</b>						<b>12.033,926,54</b>

Já os cinco contratos vigentes com maior valor estão descritos na tabela a seguir:

Figura 41 - Contratos Vigentes der Maior Valor

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	JUSTIFICATIVA/OBJETIVO	PROCESSO	VIGENCIA	VALOR CONTRATADO (R\$)
PR/SA-CONTRATO-0221/2014	APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA	Prestação de serviços de asseio, conservação, serviços gerais, almoxarifados e carregadores nas dependências da Presidência da República e de seus Órgãos Essenciais.	Viabilizar o atendimento das necessidades de asseio, conservação e serviços gerais da Presidência da República.	00088.002052 /2014-10	20/12/18 a 19/12/19	12.675.287,04
PR/SA-CONTRATO-0043/2016	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	Prestação de serviços continuados de organização de eventos para atender os órgãos da Presidência da República, em todo o território nacional.	Planejar e organizar reuniões, seminários, conferências e eventos em geral são atividades essenciais para a implementação das prioridades e para o contínuo fortalecimento das atividades dos órgãos presidenciais, bem como para a integração entre os diversos atores governamentais e da sociedade civil.	00140.000502 /2015-21	06/06/18 a 06/06/19	11.825.305,80
PR/SA-CONTRATO-0099/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica de baixa tensão.	Fornecedor energia para o funcionamento das instalações e equipamentos garantindo a plena ocupação do Palácio do Planalto.	00059.000077 /2015-07	09/04/15 a 09/04/20	8.143.800,00
PR/SA-CONTRATO-0193/2015	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL - SESI	Prestação de serviço de preparo e fornecimento de refeições do tipo autosserviço, serviço e transportadas, lanches e <i>coffee breaks</i> .	Atender os servidores da Presidência da República e Vice-Presidência em expediente normal de serviço, e também aqueles que desempenham suas funções em escala de plantão, em dias úteis, não úteis e em horários diversos, além dos convidados quando da realização de reuniões ou eventos extraordinários, respeitando-se as quantidades estimadas e o custo dos serviços a serem praticados.	00088.002039 /2015-33	05/12/18 a 04/12/19	10.089.108,42
PR/SA-CONTRATO-0046/2016	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de copeiragem.	Atender as necessidades de serviços de copa, no âmbito da Presidência da República e dos órgãos a ela vinculados, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pela Presidência da República.	00088.000516 /2016-15	31/05/18 a 31/05/19	9.423.751,80
<b>Total</b>						<b>44.013.453,06</b>

Fonte: Gerenciamento de Contratos - GERCONT

Não há contratos de publicidade e propaganda na UG da Secretaria de Administração, sendo esse tipo de contratação realizado no âmbito da Unidade Gestora da Secretaria Especial de Comunicação Social.

**CONTRATAÇÕES DIRETAS**

No exercício de 2018, foram realizadas 163 contratações diretas pela Unidade Gestora da Secretaria de Administração (110001), incluindo as adesões às atas de registro de preços.

Do total de 97 dispensas de licitação fundamentadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, 21 delas, que se destinaram à aquisição de bens de pequeno valor, foram realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, nos termos da Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dentre 130 contratações diretas, compreendidas entre 97 dispensas e 33 inexigibilidades de licitação, 64 foram destinadas à capacitação de servidores, o que representa aproximadamente 50% das contratações nessas modalidades.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo das contratações diretas realizadas no ano de 2018 para aquisição de bens e prestação de serviços por dispensa, inexigibilidade de licitação e adesões a atas de registro de preços.

*Figura 42 - Contratações Diretas em 2018*

Modalidade	Quantidade	Valor Contratado R\$
Dispensa de Licitação (incisos I e II do art. 24)	97	430.456,74
Dispensa de Licitação (demais incisos)	5	1.493.723,12*
Inexigibilidade (UG 110001-S.A)	33	566.929,15
Adesão à Ata de Registro de Preços	28	4.240.026,33**
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>6.731.135,34</b>

\* Destaque para duas contratações com SERPRO: 1) Processo n.º 00094.000449/2018-11 - prestação de serviços especializados de gerenciamento de conexões à INFOVIA Brasília e fornecimento de Link Direto de Internet - Valor R\$ 999.219,36; 2) Processo n.º 00088.000960/2018-94 - prestação de serviços continuados do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, abrangendo a hospedagem dos dados, o suporte e a disponibilização do acesso por meio de sistema de senha confiável – Valor R\$ 322.800,00.

\*\* Destaque para duas contratações por adesão à ata de registro de preços: 1) Processo n.º 00094.001179/2016-96 – fornecimento de soluções de segurança de redes Firewall - Valor de R\$ 1.293.300,00; 2) Processo n.º 00094.000587/2018-92 – aquisição de desktops - Valor de R\$ 2.112.600,00.



## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS NA ÁREA DE LOGÍSTICA

- Melhorias nos processos de contratação, considerando inclusive os normativos editados pelo órgão setorial, em especial a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, pretende-se dar continuidade ao projeto de capacitação de servidores com objetivo de orientar as áreas demandantes na instrução processual especialmente na fase de planejamento da contratação.
- Manutenção da página “Licitações e Contratos” do Portal da Intranet/PR, que contém orientações para a elaboração de Termos de Referência/Projeto Básico, roteiros para instrução processual e para a gestão de contratos, além de diversos materiais de apoio, como listas de verificação, legislação, normativos e orientações relacionados aos procedimentos necessários à instrução processual na fase de planejamento da contratação e de gestão do contrato, aperfeiçoando às diretrizes de eventuais normativos editados e aos modelos de Termos de Referência/Projeto Básico padronizados da Advocacia-Geral da União, com o objetivo de funcionar como um manual eletrônico para licitações e contratos.
- Desenvolvimento de dois novos módulos no Sistema de Gerenciamento de Contratos – GERCONT: Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores, para a concepção de um banco de dados confiável, contendo a memória técnica e quantitativa das aquisições realizadas pela Presidência da República - PR.
- Integração do GERCONT aos dados contidos no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG, sistema estruturante do Governo Federal, mediante parceria com o Ministério da Economia, então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

### 6.1.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A Constituição Federal (CF/88), em especial o art. 37 da CF/88, norteou todo o trabalho de Gestão Patrimonial e Infraestrutura.

Também foram observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993; o Decreto nº 9.373/ 2018; a Instrução Normativa nº 205/1988. Destacam-se as seguintes Portarias: Portaria nº 59, de 08/11/2018; Portaria nº 60, de 13/09/2018; Portaria MP nº 295, de 26/09/2018; Portaria MP nº 385, de 28 de novembro de 2018; Portaria STN/MF nº 448, de 13/09/2002; Portaria STN/MF nº 448, de 13/09/2002.

Ainda, observou-se o MCASP - MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - Partes II - Estabelece Procedimentos Contábeis Patrimoniais Aplicáveis ao Setor Público e as Normas da Presidência da República: Norma Administrativa V-101; Norma Administrativa V-401; Norma Administrativa VI-101; Norma Administrativa X-402 (Rev01); Norma Administrativa VII-103 - Patrimônio (Rev01).

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Em 2018, praticamente não houve investimento de capital para melhoria da infraestrutura da Presidência da República. Entretanto, podemos citar uma importante ação e inovação no âmbito interno com impacto nos objetivos de sustentabilidade ambiental e modernização da infraestrutura que foi a substituição do sistema de iluminação externa do Palácio do Planalto a partir da substituição das lâmpadas antigas por LED e do painel de controle.

## GESTÃO DE BENS MÓVEIS E ACERVO PATRIMONIAL

Estruturalmente, os provimentos da PR são prestados pela Secretaria de Administração - SA. Área administrativa como a de gestão do Patrimônio atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais, que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes. A SA age supletivamente, auxiliando-os na execução de seus encargos, notadamente em atividades de

apuração, controle e informação, para subsidiar os registros administrativos, patrimoniais, financeiros e contábeis pertinentes, além de acompanhar permanentemente a situação patrimonial da Presidência da República - PR.

Em meados de 2017 foi iniciado um modelo gerencial de acompanhamento das atividades da Coordenação de Material e Patrimônio voltados para a melhoria contínua, com acompanhamento por indicadores, metas e objetivos. No ano de 2018 este modelo de gestão se consolidou e vem trazendo bons resultados para a Diretoria de Recursos Logísticos, através dos acompanhamentos de atividades sensíveis à Coordenação.

Sobre os materiais de consumo, passou-se a adotar método de planejamento de ressurgimento anual e melhoria nos procedimentos de contratação para dar mais qualidade na gestão dos contratos e atas geridos pelo setor, gerando grande redução no risco de desabastecimento do estoque, além de economia aos gastos realizados.

Foram iniciados os estudos para implantação do Almoxarifado Virtual, desenvolvido pelo Ministério da Economia, onde a realização dos pedidos e as entregas de material de expediente administrativo e itens de informática passem a ser realizados pelo modelo *just-in-time*, diretamente por cada Unidade Administrativa.

No âmbito da gestão de material permanente, este tem sido objeto de atenção especial da Secretaria de Administração, para que estejam devidamente registrados e representem a integridade e unicidade do acervo patrimonial da Presidência da República. A COMAP deu início a ações específicas e implantou melhorias nos processos, fluxos, procedimentos e rotinas da Administração Patrimonial, especialmente visando aperfeiçoar a guarda e controle

patrimonial, com resultados que demonstram a busca contínua desse objetivo.

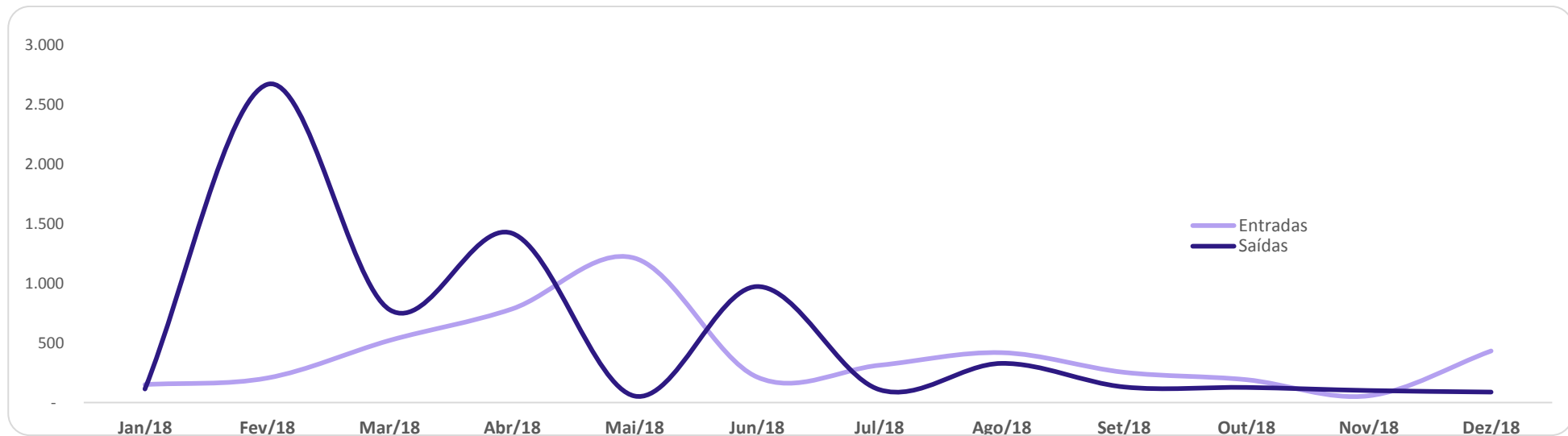
Foi iniciada a migração do sistema de patrimônio Asi/LinkData para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, enfrentando o desafio de preparar a migração de toda a base de bens permanentes, compreendendo mais de 120 mil itens, em atendimento à Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018.

O processo de inventário anual sofreu alterações em 2016, conforme orientação do Tribunal de Contas da União - TCU e da Ciset/PR. Após o segundo ano da alteração da metodologia empregada para o Inventário Anual, o atual modelo se mostra cada vez mais sólido e transparente.

Há que se registrar que as características atuais e a composição dos itens patrimoniais da Presidência da República, ainda registrados em valores históricos de compras realizadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90 (e anteriores), em parte significativa do Patrimônio PR. Assim, a SA instituiu comissão específica para a reavaliação dos itens que apresentem assimetrias entre os valores históricos de aquisição, em cada ocasião, e os preços de mercado.

Em 2018, 4 contas contábeis foram totalmente reavaliadas, quais sejam: Máquinas e Equipamentos Gráficos, Acessórios para Automóveis, Veículos de Tração Mecânica e Embarcações. Essa atividade permite ajustar os procedimentos pertinentes à reclassificação de itens, ajustando-os às condições e critérios atualmente estabelecidos pela legislação vigente, possibilitando assim maior transparência e fidedignidade das informações registradas no sistema de patrimônio e o balanço contábil da PR.

Figura 43 - Movimentação Mensal do Depósito de Patrimônio



Destaca-se, ainda, a reorganização dos depósitos e o saneamento de bens inservíveis que gerou uma redução de mais de 50% no quantitativo de itens inservíveis armazenados dos depósitos da PR.

A SA tem adotado medidas para preservar, conservar e assegurar condições adequadas ao uso e administração das obras de arte, mobiliário e tapeçaria diariamente expostos nos palácios e residências presidenciais. O Acervo Cultural da PR possui obras reconhecidas internacionalmente como específicas e singulares, dotadas de alto valor histórico, artístico e cultural. Por isso, deu-se continuidade às ações de inventário e verificação, pelo Grupo de Trabalho (GT) formado por servidores da Presidência da República (PR), Vice-Presidência da República (VPR) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), dos itens do Acervo Presidencial, inclusive o levantamento da situação atual, elaboração de plano de ação e

protocolo de atividades, materiais e periodicidades com que devem ser executados.

Por fim, foram adquiridos diversos equipamentos e bens permanentes para substituição de bens em estado de obsolescência ou inservíveis, tais como cadeiras, mesas e fragmentadoras. No que tange ao Palácio da Alvorada, que esteve desocupado nos últimos anos, foram empreendidos esforços específicos no segundo semestre de 2018 para aquisição, manutenção e reforma de diversos materiais para reposição dos bens permanentes, a fim de melhor atender a família do Presidente.

#### MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

O Palácio do Planalto, patrimônio tombado pelo IPHAN, ocupa uma área de 42,7 mil m<sup>2</sup>, incluindo seus anexos e adjacências, possui 107 mil m<sup>2</sup> área construída.

Em 2018, ocorreram mudanças internas (alterações de ambientes) em diversas áreas de Unidades Administrativas da Presidência da República, perfazendo-se um total de 9.146 m<sup>2</sup>.

As mudanças mais significativas em termos de área e deslocamentos de Unidades Administrativas, com impacto em deslocamento de servidores por ambiente são apresentadas na tabela a seguir:

Figura 44 - Mudanças Internas ocorridas em 2018

UNIDADE	Antes da Mudança (LOCAL)	Área (m <sup>2</sup> )	Servidores (Qtde)	Depois da Mudança (Local)	Área (m <sup>2</sup> )	Servidores (Qtde)
VPR	ANXEO II – Ala B - Térreo	76,54	9	ANEXO II – AlaB - Térreo	1070,46	91
SNAS	ANXEO II – Ala A - Térreo	626,1	66	Edifício no Setor Bancário Sul 10 e 11 andar	800	57
GSI	ANXEO II - ALA B - Térreo	178,25	42	ANEXO II - ALA B - Térreo	178,25	45
SAJ	ANXEO II ALA B - Térreo	1096	83	ANEXO II ALA A - Térreo	604,15	83
COGIF	ANXEO III ALA A - Superior	421,2	37	ANXEO III ALA A - Superior	421,2	37
Pesca	INCRA SBN	Externa a PR		Pavilhão de Metas	161,46	38
<b>TOTAL</b>		<b>2.398,09</b>	<b>237</b>		<b>3.235,52</b>	<b>351</b>

## DESAFIOS PARA 2019

Ante as ações relatadas, permanecem ainda como desafios para o exercício de 2019 as seguintes iniciativas voltadas a excelência e ao aperfeiçoamento contínuo das atividades de gestão de bens móveis e bens patrimoniais:

- Implantação do Almoxarifado Virtual para aquisições de materiais de expediente e suprimentos de informática, segundo determinações do MP;
- Migração do Sistema de Patrimônio (Asi/Linkdata - SIADS/Serpro), contemplando a substituição de todas as plaquetas patrimoniais por TAGs com tecnologia RFID, bem como realização do Inventário Anual 2019 com a utilização do novo sistema.

- Regularização das inconsistências identificadas nos inventários de 2016, 2017 e 2018, mediante Plano de Trabalho aprovado pelo Secretário de Administração.
- Continuidade das ações do Grupo de Trabalho (GT/IBRAM/PR/VPR) - Inventário/Levantamentos das Obras de Arte e Mobiliário Histórico de toda a PR e VPR.
- Regularização de bens extraviados e/ou não localizados. Atualmente existem aproximadamente trinta processos pendentes de tratamento para regularização de bens não localizados; e
- Baixa presença de recursos tecnológicos e logísticos avançados e direcionados à gestão de serviços de engenharia e manutenção.



## 6.1.5 GESTÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

### CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TIC

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), atende à legislação, aos normativos e diretrizes governamentais vigentes, assim como às recomendações dos órgãos de controle, às orientações e boas práticas do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), bem como dos padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC.

Um importante instrumento norteador para a gestão e governança de TIC na PR, no ano de 2018, foi a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Presidência da República – PGTIC/PR, que estabelece objetivos, princípios e diretrizes relacionadas à governança e gestão de TIC na Presidência da República.

Destaca-se, ainda, o cumprimento da Instrução Normativa nº 4/2014 no planejamento das contratações e na fiscalização dos contratos, bem como o acompanhamento dos aspectos evolutivos deste normativo.

### MACROPROCESSOS DE TIC

A gestão de TIC orienta-se em 6 (seis) macroprocessos, conforme figura a seguir:

Figura 45 - Macroprocesso da Área de TIC

#### 1 - INFRAESTRUTURA DE TIC

*(abrange os temas relacionados ao ambiente computacional, softwares básicos, computadores pessoais, serviços e servidores de rede, bem como à infraestrutura física)*

#### 2 - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

*(são tratados os temas vinculados a metodologias, ferramentas e processos de desenvolvimento de sistemas de informação, portais e painéis)*

#### 3 - ATENDIMENTO AO USUÁRIO

*(trata os temas relacionados ao atendimento de tecnologia da informação e de telecomunicações aos usuários da PR)*

#### 4 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM MEIOS TECNOLÓGICOS

*(trata das questões vinculadas ao apoio tecnológico nos deslocamentos presidenciais no Brasil e no exterior, à Certificação Digital, ao atendimento da Central de Informações Personalizadas e dos PABX dos Palácios e Residência Oficial – Granja do Torto)*

#### 5 - SOLUÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA DA INFORMAÇÃO

*(aplicação de algoritmos e técnicas de Mineração de Dados (estruturados, semiestruturados e não estruturados) em documentos, mídias sociais e páginas da web, bem como Inteligência Artificial - aprendizado de máquina e predição)*

#### 6 - GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC

*(são abordadas as ações que envolvem a elevação do nível de maturidade dos seus processos de governança e gestão de serviços de TIC)*



## MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A Presidência da República possui um Comitê de Governança Digital (CGD/PR), instituído pela Portaria nº 15, de 04 de julho de 2017, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que é um fórum que se destina ao aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Estrutura-se em um colegiado, de caráter deliberativo, composto por 11 (onze) membros representantes dos Órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República.

A atuação do Comitê se expressa por meio da proposição e acompanhamento de políticas e diretrizes de governança e gestão, instrumentos e controles necessários para promover o uso eficaz e eficiente dos recursos de TIC, que devem estar alinhados aos objetivos estratégicos dos órgãos integrantes da PR. O CGD/PR tem fomentado o debate de ideias e propostas, contribuindo para melhor qualificar o processo de tomada de decisão, provendo transparência na aplicação dos recursos públicos, bem como no desempenho e nos resultados das iniciativas de TIC.

Os efeitos de suas deliberações alcançam um universo de aproximadamente 3.500 (três mil e quinhentos) usuários, integrantes de diversas unidades da Presidência e Vice-Presidência da República (VPR), que apresentam objetivos e negócios distintos e fazem uso cotidiano da tecnologia como ferramenta estratégica no cumprimento de suas missões.

Nesse sentido, o CGD/PR é um Comitê de atuação fundamental para o aprimoramento da Governança e Gestão de TIC, promovendo melhora no desempenho e na entrega de soluções de tecnologia com maior qualidade e tempestividade.

No ano de 2018, o CGD/PR realizou 4 (quatro) reuniões ordinárias e 3 (três) reuniões extraordinárias, onde foram tratados assuntos relativos à priorização de investimentos de TIC, melhorias no

processo de desenvolvimento de sistemas de informação, racionalização dos sistemas, integração de recursos e demandas, padronização de tecnologias utilizadas, bem como a ampliação da capacidade de entrega de recursos e serviços de TIC. Na figura a seguir, apresentam-se as principais entregas do Comitê, em 2018 (publicados no sítio: [www.planalto.gov.br/cgd/](http://www.planalto.gov.br/cgd/)):

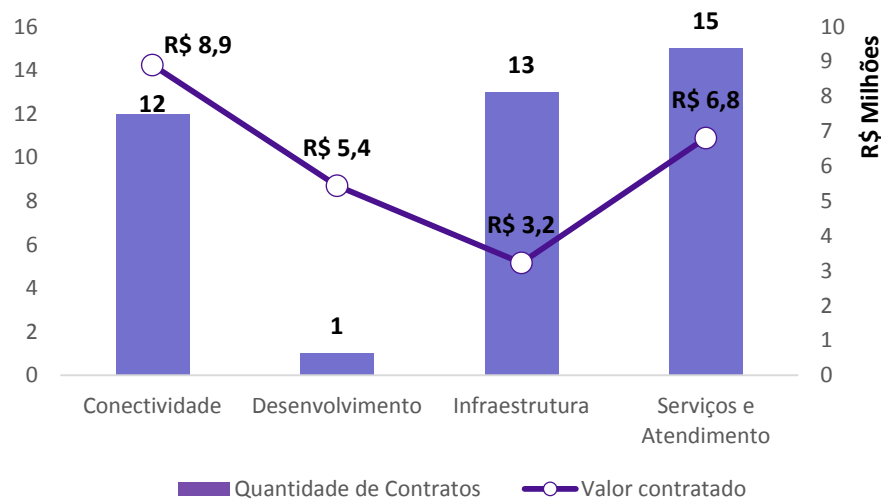
Figura 46 - Principais entregas do CGD/PR em 2018



## MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

O montante de recursos aplicados em TIC, até dezembro de 2018, foi distribuído entre os 41 (quarenta e um) contratos com empresas de mercado e de governo, para suporte à prestação de serviços de atendimento ao usuário final, infraestrutura, conectividade e desenvolvimento/fornecimento de software, perfazendo o valor de R\$ 24.364.190,76 (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e noventa reais e setenta e seis centavos), distribuídos conforme figura abaixo.

Figura 47 - Quantitativo e Valores dos Contratos por Tipo de Objeto em 2018



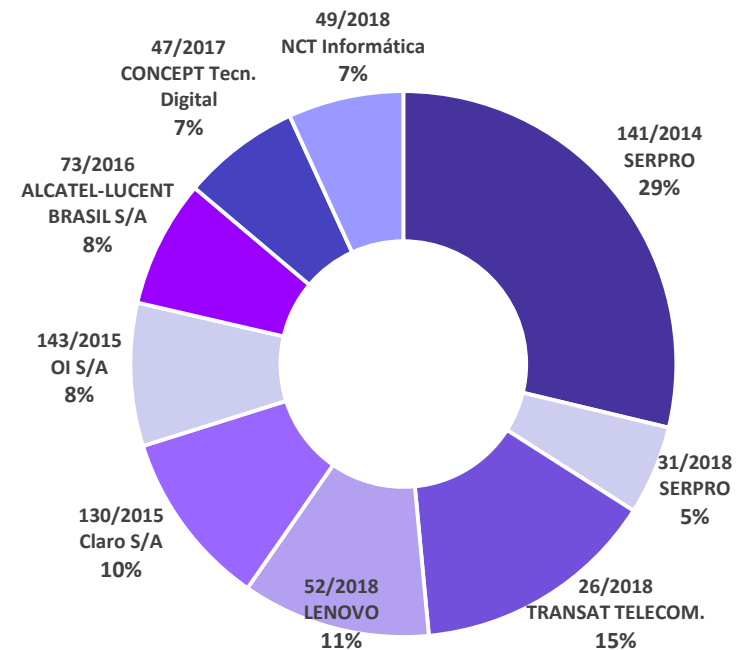
Nota-se que, dos valores apresentados, o montante dos recursos empenhados em 2018 foi de R\$ 18.526.763,76 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), representado uma variação de 13,4% (treze vírgulas quatro por cento) superior em relação ao valor empenhado em 2017.

Figura 48 - Montante dos Recursos Aplicados em TIC - 2017/2018

	Montante de recursos aplicados em TIC – 2017 (R\$ mil)			Montante de recursos aplicados em TIC – 2018 (R\$ mil)		
	Despesas Empenhadas	Desp. Pagas	Valor Pago de RP em 2017	Despesas Empenhadas	Desp. Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	1,83	0,17	0,63	4,61	0,090	1,59
Custeio	14,50	8,73	5,93	13,91	8,18	5,30
<b>TOTAL</b>	<b>16,33</b>	<b>8,90</b>	<b>6,56</b>	<b>18,52</b>	<b>8,27</b>	<b>6,90</b>

Importante destacar, que 83% (oitenta e três por cento) destes recursos destinam-se aos 9 (nove) contratos mais relevantes de tecnologia e 17% (dezessete por cento) representam os demais contratos vigentes.

Figura 49 – Contratações mais Relevantes de Recursos em TIC - 2018



## PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)

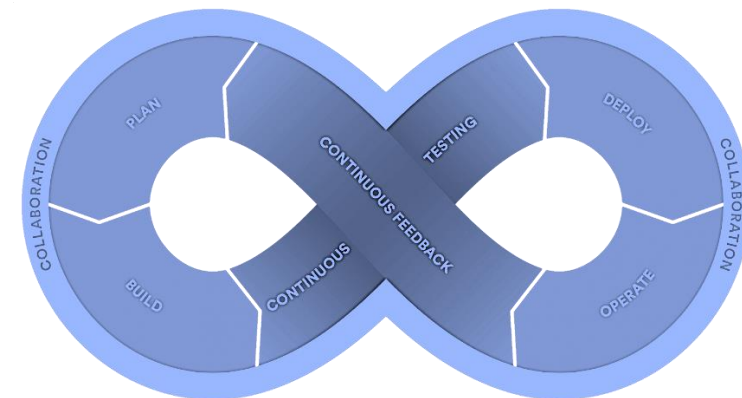
No sentido de aprimorar sua atuação junto às áreas de negócio da Presidência da República, em 2018, foram definidas 4 (quatro) diretrizes para as iniciativas de desenvolvimento de sistemas de informação:

- Atendimento rápido – recebida a solicitação da área de negócio, deve-se, o mais rápido possível, abrir espaço em suas atividades cotidianas para contatar o cliente, buscar entender sua demanda e estimar o esforço necessário para atendê-la e, isto feito, indicar a previsão de atendimento;
- Introdução gradual – qualquer inovação de tecnologia, padrão e processos será feita de forma gradual e coordenada, evitando decisões precipitadas e buscando a adequação à equipe;
- Sistema é informação – os sistemas produzidos devem trabalhar com o tratamento da informação e não apenas registro de dados, de modo a potencializar a capacidade de trabalho da área de negócio, seja por meio da facilidade de uso do sistema, seja pelo tratamento adequado de dados;
- Documentação útil – documentar e registrar o processo de desenvolvimento de software é fundamental para garantir a manutenibilidade dos sistemas, no entanto, a documentação necessária é aquela que poderá ser efetivamente utilizada no futuro, portanto, buscou-se na definição da metodologia uma documentação de fácil elaboração e significativa para o trabalho.

Neste sentido, foi introduzida uma nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas, centrada na definição de processos e padrões tecnológicos visando à economicidade e eficiência dos recursos. Optou-se, portanto, pela adoção do framework SCRUM que permite entregas contínuas, funcionais e em curto prazo e induz à maior participação das áreas de negócio durante todas as fases de desenvolvimento.

Outra relevante iniciativa foi a implementação de ferramenta ALM (*Application Lyfecicle Management*) que permite a integração das diversas fases do ciclo de vida das aplicações, relacionando o negócio e o gerenciamento do projeto com a engenharia de software de uma forma contínua, promovendo melhoria no controle da gestão dos projetos e demandas e a efetiva participação das áreas de negócio.

Figura 50 - Integração ALM



Ainda, foram implementadas diversas ações com o objetivo de ampliar, aperfeiçoar e modernizar os recursos e serviços de TIC, a fim de proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas dos órgãos integrantes da PR e auxiliá-los no atingimento de suas metas estratégicas. Estas iniciativas priorizaram a inovação e a atualização contínua das soluções tecnológicas as quais proporcionaram racionalização de gastos, aumento no desempenho operacional e maior segurança dos serviços de TIC.

A seguir estão listados os principais projetos desenvolvidos no âmbito da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):

- Publicação de resolução que estabeleceu novas diretrizes de governança no processo de desenvolvimento de software, obtidas por consenso em debate ocorrido no âmbito do CGD/PR, e do estabelecimento de critérios de priorização para determinar quais projetos de desenvolvimento serão implantados.
- Implantação, no sistema de gestão da Central de Serviços, de três processos de gestão de serviços de TIC, baseados na biblioteca ITIL: Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço, Gerenciamento de Mudança e Gerenciamento de Incidentes; buscando melhorar o nível de maturidade de TIC na PR.
- Internalização dos processos de operação do serviço de telefonia (Centrais Telefônicas) gerando autonomia na operação e gestão dos serviços de telefonia fixa e redução nos contratos deste serviço, e readequação do contrato de telefonia móvel, com melhoria no desempenho e conectividade dos serviços de comunicação de dados no Brasil e Exterior e atualização dos equipamentos (smartphones).
- Disponibilização de 800 (oitocentos) novos computadores e ferramentas de escritório para atender especificidades de trabalho dos usuários da PR.
- Implantação de novos sistemas de projeção das principais salas de reunião da PR, com a aquisição de televisores em substituição aos projetores.
- Disponibilização de infraestrutura para hospedar os portais [www.planalto.gov](http://www.planalto.gov) e [www.brasil.gov](http://www.brasil.gov), que apresentarão a nova Identidade de Governo (IDG), desenvolvido pela área de comunicação, a ser utilizada como padrão de comunicação digital por todos os órgãos da Administração Pública Federal.
- Oferecimento de suporte logístico e tecnológico aos órgãos em processo de transição organizacional, mais especificamente Secretaria Especial de Pesca - SEAP e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, de forma a não haver solução de continuidade dos seus serviços.
- Implementação das ações necessárias para a adequação tecnológica e de comunicação nos ambientes destinados para a equipe de transição de governo e para a Vice-Presidência da República.
- Disponibilização de celulares com software de criptografia, desenvolvido pela Abin, para comunicação segura entre os servidores do GSI, em consonância com o que recomenda o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) e utilização no projeto "Athena".
- Implantação de painéis gerenciais que permitiram melhor acompanhamentos dos indicadores das diretorias da Secretaria de Administração com vistas a melhor fundamentar tomadas de decisão.
- Desenvolvimento da primeira fase do sistema de consolidação de atos normativos do Governo Federal, com a finalidade de criar um ambiente de colaboração para ser utilizado pelos ministérios com o intuito de aprimorar sua base legal, buscando melhorias para a gestão pública.
- Criação de área voltada a análise de dados e inteligência da informação, proporcionando melhoria da gestão com a possibilidade de tomada de decisões baseadas na aplicação de algoritmos e técnicas de mineração de dados, como, por exemplo, o trabalho realizado para a Casa Civil de análise textual de legislações para o cálculo de similaridade entre os Atos Normativos, Decretos, Resoluções e Acórdãos.
- Publicação do Cronograma de Pagamentos por meio do desenvolvimento dos documentos e mecanismos de consulta nos sistemas GERCONT e SEI para automatizar a criação de uma ordem na qual são realizados os pagamentos.
- Implantação dos módulos de Peticionamento Eletrônico, Institucional e Integração SEI-INCOM gerando maior agilidade na publicação de atos normativos e melhoria na gestão de processos pela PR.



- Participação ativa, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na modelagem dos procedimentos operacionais de gestão de pessoas para serviços digitais relativos aos registros da vida funcional dos servidores, visando à redução do uso de papel.
- Implantação de modernos sistemas tecnológicos de comunicação visual (TVs – mural digital) e de tecnologia corporativa (Intranet/PR, Geral PR e Pop-Ups), como forma de aperfeiçoar o processo de disseminação de informações relevantes ao público usuário dos serviços dos órgãos da Presidência da República.
- Remodelagem de conteúdo e da forma de apresentação da página da INTRANET/PR, que passou a atuar como canal único na integração de sistemas, informação e portais da Presidência da República, propiciando um meio permanente de disseminação de conhecimentos no ambiente corporativo.
- Apoio tecnológico em 105 viagens nacionais, 21 internacionais e 62 eventos em Brasília, com a participação de coordenadores e técnicos internamente capacitados.

## SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As atribuições ligadas à segurança da informação em meios tecnológicos estão associadas às atividades de proteção da informação e comunicações trafegadas na Presidência da República e dos ambientes de uso exclusivo do Presidente da República.

Durante o período de 2018, as principais atividades voltadas à segurança da informação envolveram a elaboração da nova Política de Segurança da Informação em Meios Tecnológicos da Presidência da República (POSITEC/PR), Portaria Interministerial em processo aprovação, a atualização tecnológica das soluções de segurança, além da elaboração e difusão de campanha de conscientização em segurança da informação no âmbito da PR.

Vale destacar ainda, a introdução da matéria Segurança da Informação nos cursos de formação de coordenadores e técnicos de apoio tecnológico ao Escalão Avançado Presidencial.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES PARA O FUTURO

Diante dos desafios de uma gestão pública inovadora, que promova a ampliação dos serviços públicos digitais entregues à sociedade, a transparência na prestação de contas, o acesso à informação e a participação social na construção de políticas públicas, a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, tornou-se determinante para o cumprimento das missões institucionais dos órgãos da administração pública, oferecendo simplificação de processos, melhoria da qualidade e agilidade na prestação dos serviços digitais, bem como na potencialização dos resultados e na entrega de valor para a sociedade.

Neste sentido, mister se faz adequar a estrutura organizacional, processual, assim como do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, com o intuito de aperfeiçoar e otimizar o fluxo dos processos de trabalho e a utilização dos recursos de TIC, bem como atender às boas práticas e aos dispositivos legais, de forma a auxiliar os órgãos integrantes da PR no atingimento de suas metas estratégicas, baseando-se nas seguintes premissas e ações planejadas:



Figura 51 - Premissas e Ações Planejadas - TIC

**PREMISSAS**

- Atender Prioritariamente o Exmo. Sr. Presidente da República;
- Evitar descontinuidade dos serviços;
- Elevar qualidade de atendimento ao usuário final;
- Elevar nível de disponibilidade, desempenho e segurança da infraestrutura de TIC;
- Elevar a entrega de sistemas de informação;
- Elevar a maturidade da gestão e governança de TIC;
- Mapa estratégico e PDTIC (tratados no CGD) apontam a necessidade de fortalecimento da gestão de TIC.

□

**AÇÕES PLANEJADAS**

- Ampliação do quantitativo de técnicos com competências em gestão e governança em TIC;
- Aperfeiçoamento dos processos internos e das metodologias, buscando o aumento da maturidade da gestão;
- Fusão de áreas com competências sobrepostas, a fim de otimizar recursos;
- Incorporação de novas disciplinas – processos de inovação, ciência de dados;
- Eliminação de postos de trabalho por processos automatizados;
- Terceirização de serviços de suporte e atendimento aos usuários;
- Modernização e ampliação da capacidade da infraestrutura e dos serviços de TIC entregues à PR, a fim de proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas, bem como do cumprimento das metas institucionais.

### 6.1.6 GESTÃO DE CUSTOS

Previsto desde a Lei nº 4.320/1964, o acompanhamento de custos tornou-se obrigatório para a Administração Pública, de forma geral, pela determinação do § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conforme se transcreve abaixo:

“§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Diante desta determinação, a Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, criou o sistema de custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da Administração Pública Federal Brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal.

No âmbito da Presidência da República (PR), o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017) e estabeleceu em seu art. 8º, que à Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

*I - planejar, coordenar, supervisionar, elaborar e executar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de custos, no âmbito da Presidência da República;*

Também este decreto criou a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT), a quem, conforme art. 29 da Portaria SG nº 7/2018 (Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República), compete planejar, coordenar, orientar e exercer as atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Contabilidade e de Custos, no âmbito da Presidência da República.

No exercício de 2018, foi consolidada a estruturação e promovidos avanços na temática de custos, elaborando estudos para a mensuração dos custos e buscando facilitar assim a geração de informações para subsidiar decisões governamentais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público. Para tanto, foi criado o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República (Portaria SG nº 70, de 13 de junho de 2018) com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da República.

Ainda em 2018, foi realizado um Projeto Piloto mensuração de Custos, a partir do qual foi definida a metodologia para apuração para os primeiros centros de custos.

Assim, no encerramento do exercício de 2018, tinha-se 1,1% das despesas da Presidência já alocadas em macroprocesso definido.

Embora, relativamente pequeno, este avanço no Projeto de Mensuração de Custos no âmbito da Presidência, representa os primeiros passos diante desse grande desafio que tem, como um dos principais obstáculos, a complexidade da estrutura da PR.

Além da definição da metodologia para apuração e dos primeiros centros de custos, também foram realizados alguns estudos relativos à estrutura da Presidência no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG) e à alocação da força de trabalho no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), pois, por serem sistemas estruturantes do Sistema de Informações de Custos (SIC), representam instrumentos de grande valia na gestão de custo.

## Macroprocesso de Custos

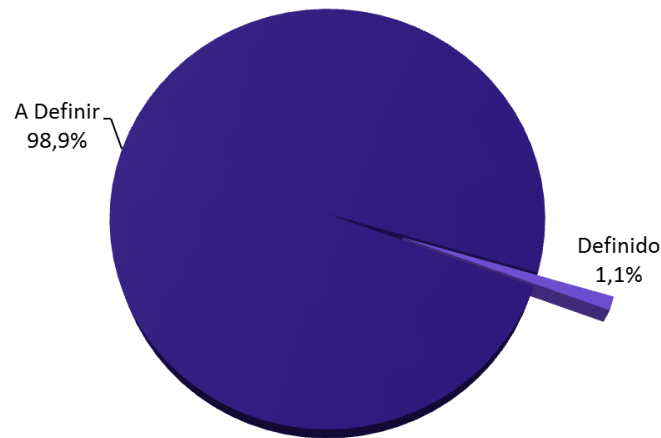


Figura 52 - Macroprocesso de Custos

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Os principais desafios à melhoria na Gestão de Custos estão relacionados à complexidade da estrutura da Presidência, que é um órgão composto por 5 (cinco) pastas ministeriais, com gestão autônoma.

Em 2019, pretende-se avançar na definição de novos centro de custos, diminuindo o percentual de despesas alocadas em Macroprocesso A Definir; e buscar, junto a cada órgão integrante da PR, a atualização da estrutura no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG) e a adequada vinculação das unidades do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) às unidades cadastradas no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG).

## 6.1.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em 2018, o foco da Secretaria de Administração foi à instituição da Comissão Gestora do PLS e a aprovação do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS. Nesse contexto, foi instituída, por meio da Portaria nº. 46, de 04 de abril de 2018, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Presidência da Saúde – CGPLS/PR, cujo regimento interno foi aprovado em 05 de junho de 2018. A CGPLS/PR é formada por membros das quatro diretorias que compõem a Secretaria de Administração da Presidência da República (DILOG, DITEC, DIGEP e DIROF).

A CGPLS aprovou, em 10 de agosto de 2018, o Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS/PR. O PLS/PR é uma ferramenta de planejamento que possibilitou estabelecer e programar iniciativas de logística sustentável. A CGPLS/PR divulgou o PLS na intranet (<https://intra.presidencia.gov.br/sustentabilidade>), na página da Secretaria-Geral ([http://www.secretariageral.gov.br/arquivos-1/pls\\_completo.pdf](http://www.secretariageral.gov.br/arquivos-1/pls_completo.pdf)) e no website do antigo Ministério do Planejamento (<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/pls-presidencia-da-republica.pdf>).

As iniciativas apresentadas no PLS/PR, para os exercícios de 2018-2023, estão inseridas em um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências, objetivando, a princípio, uma nova visão de gestão; a melhoria da qualidade do gasto da PR; o combate ao desperdício e a redução dos resíduos gerados nas dependências; o aumento da eficiência dos recursos utilizados; a valorização das boas práticas; e a diminuição dos impactos ambientais e sociais.

O PLS/PR tem enfoque interdisciplinar e tende a contribuir com a promoção de mudanças necessárias a uma gestão administrativa mais eficiente e comprometida com a atenção às questões ambientais,

sociais e econômicas. Além disso, o PLS/PR oportuniza a identificação e o diagnóstico real do desempenho em sustentabilidade, além de criar estratégias para buscar a melhoria contínua e permanente de práticas sustentáveis na Presidência da República.

Neste primeiro momento, o PLS/PR apresentou oito eixos temáticos sobre práticas de sustentabilidade e racionalização em andamento na Presidência da República. São eles: material de consumo (papel, copos descartáveis e cartuchos para impressão); energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva e inclusão social; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis (equipamentos, tecnologia da informação e serviços de limpeza); deslocamento de pessoal e divulgação, conscientização e capacitação.

Além disso, foram indicadas ações de divulgação, conscientização e capacitação com o objetivo de promover a compreensão do público-alvo da Presidência da República e expor práticas sustentáveis. Uma das ações iniciadas em 2018 foi a criação do painel de monitoramento do QLIKVIEW ([garimpo.presidencia.gov.br](http://garimpo.presidencia.gov.br)), denominado PR Sustentável, em que foram priorizados, neste primeiro momento, material de consumo, água, energia elétrica e deslocamento de pessoas.

Com a priorização da sustentabilidade na Presidência da República surgiu, também, a necessidade de acompanhar as ações em nível operacional para o cumprimento dos objetivos traçados. Em sequência, foi iniciada a webpage da Sustentabilidade na intranet (<https://intra.presidencia.gov.br>), com diversos conteúdos sobre a temática, além de relatórios sobre material de consumo, água, energia elétrica e deslocamento de pessoas.

Essas ações fazem o alinhamento das expectativas de valores que serão observados na Presidência da República quanto à temática.

## **ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

Compras públicas sustentáveis são procedimentos administrativos formais que incorporam ou adotam critérios e práticas sociais, ambientais e econômicas quando da aquisição de bens ou contratações de serviços, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de que trata o artigo 3º da Lei 8.666/93.

Assim, antes de efetuar o procedimento administrativo de compra, os setores requisitantes de bens ou de serviços avaliam a real necessidade da compra e do consumo. O simples ato de consumir implica, além da despesa, uma extensa cadeia de fornecedores e a utilização de vastos recursos naturais para a sua produção.

A melhor estratégia é sempre a redução do consumo e o planejamento prévio à aquisição. No PLS/PR, do exercício de 2018-2023, exemplificando, foi proposta a redução de 325 itens de material de consumo dos 721 existentes no almoxarifado central, ou seja, uma redução de 45,08%. Esses itens não serão mais ressupridos e só serão fornecidos enquanto durar o estoque. Outra ação adotada foi repassar aos fornecedores de serviços contratados pela Presidência da República a obrigação de suprir materiais de consumo para utilização em seus próprios contratos, a exemplo, nos serviços de limpeza e de manutenção de piscina. Além disso, foi estabelecido que, os setores requisitantes, ao atenderem as solicitações das áreas para fornecimento de bens em geral, planejem as aquisições, para que haja um só esforço administrativo, aprimorando o planejamento.

Quem requisita bens ou serviços precisa delimitar corretamente suas necessidades, analisando, por exemplo, o ciclo de vida do bem; se os bens ou serviços são os mais eficientes; se há impactos ambientais; quais os custos envolvidos; se há impactos às



pessoas; se é possível reduzir o material de embalagens; qual a toxicidade; entre outros, para assim descrever quantitativos e características do bem ou dos serviços adequadamente, além de justificar a necessidade e a viabilidade da contratação.

A depender do bem ou do serviço, os requisitantes também precisam verificar alternativas socioambiental adequadas no mercado, averiguando, a viabilidade econômica (avaliação do custo com base em questões de substituição de fontes poluidoras; de redução de água e de energia para sua produção; de possibilidade de reciclagem ou de reutilização; de combate ao trabalho escravo e infantil; entre outros).

Nesse sentido, em 2018, a contratação de jardinagem para a Presidência da República, por exemplo, apresentou critérios e práticas objetivamente definidos sobre sustentabilidade para nortear todo o serviço. Na contratação de serviço de jardinagem foram estabelecidos os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- Fornecer, quando possível, materiais de consumo/insumos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;
- Otimizar a utilização dos sacos de lixo que devem ser, de preferência, reutilizáveis, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade, o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;
- Realizar a correta separação, acondicionamento e descarte, seguindo normas de geradores de resíduos sólidos, para lixos orgânicos, recicláveis ou não recicláveis;
- Utilizar, quando possível, adubo orgânico;
- Adotar medidas, após autorização da PR, para realização da compostagem dos resíduos vegetais e orgânicos produzidos nas dependências, segundo um cronograma apresentado no início da prestação do serviço;

- Priorizar treinamento dos empregados da contratada, de modo que os indicadores de água e de energia elétrica possam ser atingidos e que os custos desses serviços sejam reduzidos.

Importante ressaltar que a Instrução Normativa nº. 05, de 25 de maio de 2017, dispõe que as contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. De modo semelhante, preconizava a Instrução Normativa nº. 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece no anexo VI, diversas premissas para aquisições de bens e contratações de serviços.

Também houve aquisição de produtos de limpeza com certificação favorável ao meio ambiente, ou seja, biodegradáveis e com baixo índice de poluentes, equipamentos que respeitam a saúde auditiva dos servidores e trabalhadores (Resolução CONAMA nº 20 – Menor Ruído), destinação ambiental correta das pilhas e baterias usadas ou inservíveis (Resolução CONAMA nº 257).

## **AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS**

A Secretaria-Geral da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Administração - SA, tem buscado implementar de forma contínua, uma agenda ambiental em todas as áreas de sua atuação, objetivando imprimir a própria identidade sustentável, adotando, sistematicamente, medidas técnico-administrativas que visam à promoção da racionalização do uso dos recursos disponíveis e a preservação ambiental. A sustentabilidade é, portanto, pauta prioritária da Secretaria-Geral, seja nas ações específicas executadas por meio da CGPLS, da Comissão de Gestão Ambiental ou nas atividades cotidianas.



Com foco no uso racional da energia elétrica e da impressão, diversas ações de conscientização e divulgação foram realizadas em 2018. Em relação ao consumo de papel de impressão (A4), constatou-se uma redução de 10,75% do consumo de 2018 (11.299 resmas) em relação ao no de 2017 (12.661). Quanto à energia elétrica, verificou-se redução de 1% em relação ao ano de 2017, representando uma economia de 133.330 Kwh.

No que concerne aos cartuchos de impressoras próprias, a redução de consumo foi ainda maior. Em 2017 foram consumidas 628 unidades e, em 2018, 327, ou seja, 47,93% a menos. Essas reduções eram aguardadas ainda mais após a divulgação das ações de conscientização e de redução do número de impressões no ano de 2018. Além disso, a Norma nº 301/2018/SA-PR, que regulamenta o uso do serviço de impressão no âmbito da PR, recorda que os serviços de impressão devem ser utilizados em interesse institucional, de forma racional e as impressões devem ser realizadas quando estritamente necessárias. É um esforço de governança que também auxilia na conscientização dos usuários de tais bens.

Vislumbra-se, ainda, redução no uso do transporte próprio, locado e TáxiGov. Em 2017 foram rodados 3.043.620 Km, enquanto que em 2018 foram 2.327.146 km, observando-se uma redução de 716.474 km, equivale a 23% em relação ao exercício anterior. Foram consumidos 245.584 litros de combustível nos veículos próprios e locados da PR e VPR no ano de 2018, enquanto que em 2017 foram 326.695 litros, ou seja, reduziram-se 82.111 litros, o que equivale a 25% de economia, comparando-se 2018 em relação à 2017.

## **REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES:**

A Comissão de Gestão Ambiental - CGA/PR, em conjunto com a Coordenação de Serviços Gerais - COSEG, desde janeiro de 2018, deu início ao novo ciclo (biênio 2018-2019) de atividades do Programa

Coleta Seletiva Solidária, realizado em parceria com as associações e cooperativas de catadores selecionados por meio do Edital de Habilitação nº 01/2017, para coleta e correta destinação dos resíduos recicláveis descartados pela Presidência da República (Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006). O Edital público habilitou 04 (quatro) entidades para realizar a coleta dos materiais por um período de 06 (seis) meses cada uma, por um período de 02 (dois) anos. Aproximadamente 3 (três) toneladas de resíduos são coletados anualmente na PR.

Além das ações da CGA, em 2018, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho sensibilizou o público-alvo da PR para o uso de paraciclos - utilização dos bicicletários. A partir de sensibilização realizada no dia 21 de setembro passado, denominada "Dia Mundial sem Carro" e tendo a Diretoria de Educação de Trânsito do Detran-DF como parceira, os servidores foram alertados sobre os malefícios causados pelo uso excessivo de automóveis nas grandes cidades e a dependência que criam em relação ao uso dos mesmos. Também foi feita campanha para maior utilização dos bicicletários existentes na PR e, em decorrência, foram recebidas demandas de novos pontos e confecção de vestiários com armários próximos, a fim de que pudessem ser utilizados pelos servidores ciclistas.

Por fim, foram adotadas ações para iniciar o licenciamento ambiental do posto de combustíveis, da área de lavagem e de lubrificação de veículos da Presidência da República junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM/DF. O IBRAM/DF, em 28 de junho de 2018, realizou vistoria técnica no posto de abastecimento de forma a subsidiar a Presidência da República na análise dos requerimentos pendentes, bem como apresentar orientações quanto aos procedimentos a serem adotados.

## 7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Esta coordenação compõe estrutura da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência, que exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos do Governo Federal.

Criada a partir da antiga Coordenação de Auditoria e Contabilidade da Secretaria de Governo, foi concebida para atender as necessidades de segregação de funções e para dar maior autonomia no desempenho de suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SG nº 7/2018 (Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CGCONT, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade.

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa; e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª e 8ª Edição

(MACSP).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas, que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando apenas Administração Direta, que compreende unidades da Casa Civil (exceto Imprensa Nacional), da Secretaria de Governo, da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional.

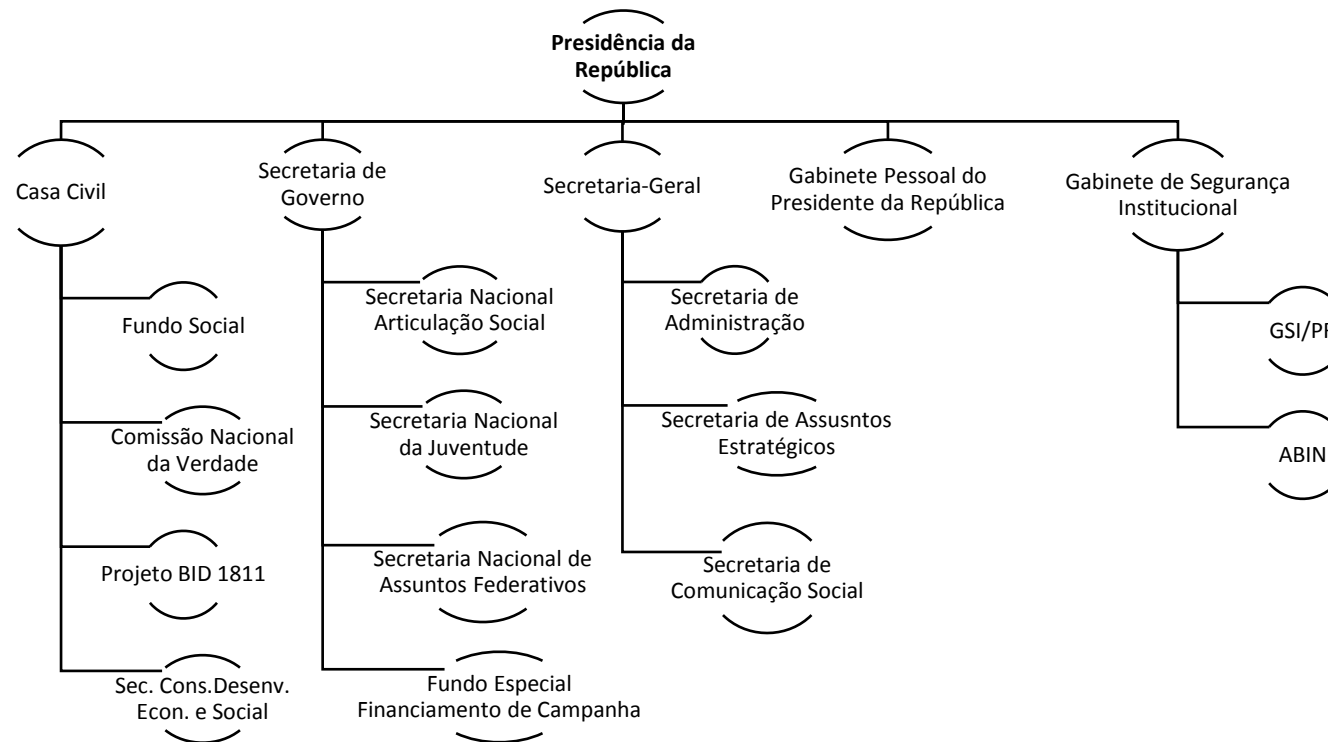
Tais demonstrações foram elaboradas de forma unificada por não ser possível fazê-las de forma individualizada para cada Unidade Prestadora de Contas (UPC), pois, devido à complexidade da estrutura da Presidência, as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais são transversais não ocorrendo de forma segregada por UPC.

No exercício de 2018, foram decretadas as Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018) e a Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.288/2018), ambas até 31 de dezembro de 2018, com subordinação direta ao Presidente da República, integrando, portanto, a estrutura da Presidência da República – Administração Direta (PR).

Considerando a finalidade das demonstrações contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisões sobre a alocação de recursos, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade, exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual; optou-se por excluir das demonstrações contábeis as informações da execução das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, por estas unidades terem sido criadas em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

Cabe ressaltar, que as informações relevantes acerca destas unidades serão divulgadas no item 11 das Notas Explicativas.

Figura 53 - Estrutura Organizacional das Unidades Abrangidas nas Demonstrações Contábeis



## AÇÕES DE MELHORIAS

Em 2018, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) completou um ano de criação e se dedicou a consolidar a estrutura e avançar na temática de custos.

Nas questões contábeis, além de estreitar o relacionamento com as unidades executoras da Presidência, foram feitas alterações no processo de análise da conformidade contábil para melhorar a mensuração do impacto de possíveis inconformidades e dar mais clareza de quais dispositivos legais estão sendo infringidos. Tais ações buscam aumentar a fidedignidade e confiabilidade das informações contábeis refletidas nos SIAFI.

Além disso, para dar transparência e credibilidade à sua Prestação de Contas, principalmente quanto às gestões orçamentária, financeira e patrimonial, em abril de 2018, foram publicadas no endereço eletrônico da Secretaria-Geral, pela primeira vez, as Demonstrações Contábeis da Presidência da República como Órgão não superior (considerando apenas Administração Direta), referentes ao exercício de 2017.

Quanto à temática de custos, foi criado o Comitê de Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República (Portaria SG nº 70, de 13 de junho de 2018) com a competência de elaborar as diretrizes e a metodologia relativas à mensuração dos custos no âmbito da Presidência da República. Também foi feito o Projeto Piloto mensuração de Custos, ficando definida a metodologia para apuração para os primeiros centros de custos.

## DECLARAÇÃO

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), **relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República.**

**Brasília, 31 de janeiro de 2019.**

Cleomara Strzelecki

CRC nº 061863/O-0

Contadora-Geral da Presidência da República

## 7.2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

### 7.2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Figura 54 - Balanço Patrimonial

Em Mil			
Ativo	NE	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>23.832.840</b>	<b>13.794.246</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	23.823.347	13.784.177
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		5.368	7.120
Estoques		4.125	2.949
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>597.245</b>	<b>530.595</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>7</b>	<b>7</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		7	7
<b>Imobilizado</b>	02	<b>586.032</b>	<b>524.981</b>
Bens Móveis		124.738	139.745
Bens Imóveis		461.294	385.236
<b>Intangível</b>	03	<b>11.206</b>	<b>5.607</b>
Softwares		11.206	4.553
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	1.055
<b>Total do Ativo</b>		<b>24.430.085</b>	<b>14.324.842</b>
Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2018	2017
<b>Passivo Circulante</b>		<b>63.083</b>	<b>41.077</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	04	54.840	38.755
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		949	1.048
Demais Obrigações a Curto Prazo	05	7.294	1.274
<b>Total do Passivo</b>		<b>63.083</b>	<b>41.077</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>24.367.002</b>	<b>14.283.765</b>
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>24.367.002</b>	<b>14.283.765</b>
Resultado do Exercício	06	10.084.197	5.405.045
Resultados de Exercícios Anteriores		14.283.765	8.936.379
Ajustes de Exercícios Anteriores		(960)	(57.659)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>24.430.085</b>	<b>14.324.842</b>

Fonte: SIAFI

### Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

Figura 55 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Em Mil					
Ativo			Passivo		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Ativo Financeiro	23.823.356	13.784.177	Passivo Financeiro	422.137	456.437
Ativo Permanente	606.729	540.664	Passivo Financeiro	10.149	31.236
<b>Saldo Patrimonial</b>	<b>23.997.800</b>	<b>13.837.169</b>			

Fonte: SIAFI

### Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

Figura 56 - Contas de Compensação

Em Mil		
Especificação	2018	2017
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	<b>37.217</b>	<b>40.797</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	37.217	40.797
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	32.365	16.110
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Receber	4.852	22.251
Direitos Contratuais a Executar	-	2.435
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	<b>537.735</b>	<b>1.300.776</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos	537.735	1.300.776
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros a Liberar	49.130	47.294
Obrigações Contratuais a Executar	488.605	1.253.482

Fonte: SIAFI

### Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

Figura 57 - Superávit/Déficit Financeiro

Em Mil	
Destinação de recursos	Superávit/Déficit
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-312.631</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>23.713.850</b>
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-1.335
Operação de Crédito	-1.431
Recursos de Receitas Financeiras	314
Outros Recursos Vinculados a Órgãos, Programas e Fundos	23.716.303
<b>Total</b>	<b>23.401.219</b>

Fonte: SIAFI.



## 7.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Figura 58 - Variações Patrimoniais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	Em Mil
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>33.500.236</b>	<b>16.308.811</b>	
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.147.293</b>	<b>17.591</b>	
Venda de Produtos		1.133.571	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		13.721	17.591	
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>1.601.101</b>	<b>1.087.673</b>	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.601.100	1.087.633	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	40	
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>07</b>	<b>29.024.228</b>	<b>15.144.824</b>	
Transferências Intragovernamentais		28.901.835	15.091.023	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		122.392	53.801	
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos</b>		<b>1.705.710</b>	<b>50.845</b>	
Reavaliação de Ativos		1.686.599	29.334	
Ganhos com Alienação e Incorporação de Ativos		19.090	21.122	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		21	389	
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>21.904</b>	<b>7.878</b>	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		17.647	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.257	7.878	
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>23.416.038</b>	<b>10.903.766</b>	
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>550.459</b>	<b>530.655</b>	
Remuneração a Pessoal		355.974	352.833	
Encargos Patronais		59.543	59.970	
Benefícios a Pessoal		27.137	27.281	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		107.805	90.572	
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>239.184</b>	<b>240.864</b>	
Aposentadorias e Reformas		207.787	208.112	
Pensões		31.211	32.439	
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		187	313	
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>617.347</b>	<b>489.507</b>	
Uso de Material de Consumo		11.238	9.673	
Serviços		585.689	461.193	
Depreciação, Amortização e Exaustão		20.420	18.641	
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>07</b>	<b>20.275.765</b>	<b>9.589.756</b>	
Transferências Intragovernamentais		20.235.602	9.560.167	
Transferências Intergovernamentais		1.698	9.501	
Transferências ao Exterior		327	1.753	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		38.138	18.335	
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>1.727.739</b>	<b>48.663</b>	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		1.705.914	23.228	
Perdas com Alienação		178	174	
Perdas Involuntárias		2.859	1.339	
Incorporação de Passivos		638	1.570	
Desincorporação de Ativos		18.151	22.351	
<b>Tributárias</b>		<b>286</b>	<b>197</b>	
Impostos, Taxas e Contribuições		286	197	
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>5.258</b>	<b>4.124</b>	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.258	4.124	
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>06</b>	<b>10.084.197</b>	<b>5.405.045</b>	

Fonte: SIAFI.

## 7.2.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Figura 59 - Balanço Orçamentário

							Em Mil
Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>08</b>	<b>6.667.398</b>	<b>6.667.398</b>	<b>2.747.772</b>	<b>-3.919.625</b>		
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>6.390.823</b>	<b>6.390.823</b>	<b>1.601.100</b>	<b>-4.789.722</b>		
Valores Mobiliários		563.157	563.157	1.601.100	1.037.943		
Exploração de Recursos Naturais		5.827.665	5.827.665	-	-5.827.665		
<b>Receita Industrial</b>		<b>253.355</b>	<b>253.355</b>	<b>1.133.571</b>	<b>880.216</b>		
<b>Receitas de Serviços</b>		<b>23.220</b>	<b>23.220</b>	<b>13.100</b>	<b>-10.120</b>		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		23.220	23.220	13.100	-10.120		
<b>Receitas De Capital</b>		<b>173</b>	<b>173</b>	<b>202</b>	<b>30</b>		
<b>Alienação de Bens</b>		<b>173</b>	<b>173</b>	<b>202</b>	<b>30</b>		
Alienação de Bens Móveis		173	173	202	30		
<b>Total das Receitas ( I )</b>		<b>6.667.570</b>	<b>6.667.570</b>	<b>2.747.974</b>	<b>-3.919.596</b>		
							Em Mil
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>09</b>	<b>2.908.425</b>	<b>3.526.678</b>	<b>1.330.695</b>	<b>1.091.706</b>	<b>1.041.424</b>	<b>2.195.983</b>
Pessoal e Encargos Sociais		763.850	786.276	768.146	750.235	702.540	18.130
Outras Despesas Correntes		2.144.575	2.740.403	562.549	341.472	338.883	2.177.853
<b>Despesas de Capital</b>	<b>09</b>	<b>6.669.318</b>	<b>7.696.077</b>	<b>46.170</b>	<b>14.040</b>	<b>14.038</b>	<b>7.649.907</b>
Investimentos		25.640	1.052.399	46.170	14.040	14.038	1.006.230
Inversões Financeiras		6.643.678	6.643.678	-	-	-	6.643.678
<b>Total das Despesas( II )</b>		<b>9.577.743</b>	<b>11.222.755</b>	<b>1.376.865</b>	<b>1.105.746</b>	<b>1.055.462</b>	<b>9.845.890</b>
<b>Resultado Orçamentário (III = I – II)</b>		<b>SUPERÁVIT</b>		<b>1.371.109</b>	-	-	<b>-1.371.109</b>
<b>Total</b>		<b>9.577.743</b>	<b>11.222.755</b>	<b>2.747.974</b>	<b>1.105.746</b>	<b>1.055.462</b>	<b>8.474.781</b>

Fonte: SIAFI

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Figura 60 - Execução de Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
<b>Despesas Correntes</b>		<b>65.991</b>	<b>366.367</b>	<b>304.189</b>	<b>304.189</b>	<b>30.986</b>	<b>97.184</b>
Pessoal e Encargos Sociais		19.833	30.862	13.103	13.103	19.833	17.760
Outras Despesas Correntes		46.158	335.505	291.086	291.086	11.153	79.425
<b>Despesas de Capital</b>		<b>734</b>	<b>13.503</b>	<b>12.736</b>	<b>12.736</b>	<b>602</b>	<b>899</b>
Investimentos		734	13.503	12.736	12.736	602	899
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>66.725</b>	<b>379.870</b>	<b>316.924</b>	<b>316.924</b>	<b>31.588</b>	<b>98.083</b>

Fonte: SIAFI2018.

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Figura 61 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
<b>Despesas Correntes</b>			<b>719</b>	<b>8.763</b>	<b>7.257</b>	<b>2.224</b>
Pessoal e Encargos Sociais			123	6.984	6.461	647
Outras Despesas Correntes			595	1.778	796	1.578
<b>Total</b>	<b>10</b>		<b>719</b>	<b>8.763</b>	<b>7.257</b>	<b>2.224</b>

Fonte: SIAFI

## 7.2.4 BALANÇO FINANCEIRO

Figura 62 - Balanço Financeiro

Especificação	NE	2018	2017	Em Mil
<b>Ingressos</b>		<b>31.985.310</b>	<b>16.543.231</b>	
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.747.974</b>	<b>1.111.463</b>	
<b>Ordinárias</b>		-	<b>6.251</b>	
<b>Vinculadas</b>		<b>2.747.974</b>	<b>1.105.212</b>	
Educação		-	509	
Alienação de Bens e Direitos		1.736	112	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.180.986	1.104.854	
Outros Recursos Vinculados a Fundos		566.786	-	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.534	-263	
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>07</b>	<b>28.901.662</b>	<b>15.025.465</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária		27.742.723	14.114.958	
Independentes da Execução Orçamentária		1.158.940	910.507	
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>335.673</b>	<b>406.302</b>	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		50.285	7.863	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		271.119	379.870	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.520	586	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.750	17.984	
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>13.784.177</b>	<b>8.418.030</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.784.177	8.418.030	
<b>Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)</b>		<b>45.769.487</b>	<b>24.961.261</b>	
<b>Dispêndios</b>		<b>21.946.140</b>	<b>11.177.084</b>	
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>1.376.865</b>	<b>1.500.680</b>	
<b>Ordinárias</b>		<b>1.232.494</b>	<b>1.263.936</b>	
<b>Vinculadas</b>		<b>144.372</b>	<b>236.745</b>	
Seguridade Social (Exceto RGPS)		121.963	200.796	
Operação de Crédito		3.570	24.900	
Alienação de Bens e Direitos		173	-	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		18.667	11.049	
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>07</b>	<b>20.234.273</b>	<b>9.532.714</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária		18.129.111	8.759.524	
Independentes da Execução Orçamentária		2.105.163	773.190	
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>335.001</b>	<b>143.689</b>	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		7.257	1.860	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		316.924	122.930	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.491	1.095	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.328	17.804	
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>23.823.347</b>	<b>13.784.177</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.823.347	13.784.177	
<b>Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)</b>		<b>45.769.487</b>	<b>24.961.261</b>	

Fonte: SIAFI 2018.

Figura 63 - Resultado Financeiro do Exercício

Especificação	NE	2018	2017	Em Mil
Ingressos		31.985.310	16.543.231	
Dispêndios		21.946.140	11.177.084	
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>		<b>10.039.170</b>	<b>5.366.147</b>	

Fonte: SIAFI

## 7.2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Figura 64 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Especificação	NE	2018	2017	Em Mil
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>10.065.406</b>	<b>5.372.563</b>	
<b>Ingressos</b>		<b>31.663.675</b>	<b>16.155.363</b>	
Receitas Derivadas e Originárias		2.747.772	1.111.351	
Receita Industrial		1.133.571	-	
Receita de Serviços		13.100	16.997	
Remuneração das Disponibilidades		1.601.100	1.087.594	
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	6.760	
Outros Ingressos das Operações		28.915.903	15.044.011	
Ingressos Extraorçamentários		9.520	586	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21	-	
Transferências Financeiras Recebidas		28.901.662	15.025.465	
Arrecadação de Outra Unidade		4.699	-	
Demais Recebimentos		-	17.960	
<b>Desembolsos</b>		<b>-21.598.268</b>	<b>-10.782.800</b>	
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-1.258.556</b>	<b>-1.145.195</b>	
Administração		-694.720	-599.136	
Segurança Pública		-292.420	-293.839	
Previdência Social		-236.746	-240.321	
Saúde		-12.235	-1.046	
Direitos da Cidadania		-5.629	-350	
Urbanismo		-14.122	-	
Comércio e serviços		-1.724	-10.465	
Demais Despesas		-960	-37	
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-94.620</b>	<b>-85.992</b>	
Intergovernamentais		-1.698	-379	
Intragovernamentais		-92.596	-83.770	
Outras Transferências Concedidas		-327	-1.843	
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-20.245.093</b>	<b>-9.551.613</b>	
Dispêndios Extraorçamentários		-9.491	-1.095	
Transferências Financeiras Concedidas		-20.234.273	-9.532.714	
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-	-17.804	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-26.237</b>	<b>-6.416</b>	
<b>Ingressos</b>		<b>202</b>	<b>112</b>	
Alienação de Bens		202	112	
<b>Desembolsos</b>		<b>-26.439</b>	<b>-6.528</b>	
Aquisição de Ativo Não Circulante		-17.815	-4.171	
Outros Desembolsos de Investimentos		-8.624	-2.357	
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>10.039.170</b>	<b>5.366.147</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		13.784.177	8.418.030	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		23.823.347	13.784.177	

Fonte: SIAFI.



## BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como objeto as informações consolidadas do órgão 20101 – Presidência da República.

Na consolidação das demonstrações contábeis não foram utilizados os critério de compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas, exceto àquelas relativas à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e,
- VI. Notas Explicativas.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

**Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**Depósitos Restituíveis** - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

**Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii)

créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**Ativo realizável a longo prazo** - Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida

útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações

contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

**Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

**Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

**Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas

com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.

- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

### 7.3 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa representa o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, para aplicação nas operações da Presidência. Do total, 99,6% refere-se aos recursos do Fundo Social.

Figura 65 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Fundo Social	23.716.341	13.653.214	99,6%	73,7%
Demais Unidades	107.006	130.963	0,4%	-18,3%
<b>Total</b>	<b>23.823.347</b>	<b>13.784.177</b>		<b>72,8%</b>

Fonte: SIAFI

Considerando apenas as demais unidades da PR, não sendo tais unidades arrecadoras, o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa reflete essencialmente o Limite de Saque da Conta Única do Tesouro (99,7%).

Figura 66 - Conta Contábil

Conta Contábil	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	106.695	130.652	99,7%	- 18,3%
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	64.500	130.652	60,5%	- 50,6%
Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	42.195	-	39,5%	
Demais contas - Caixa Econômica Federal	311	311	0,3%	0,0%
<b>Total</b>	<b>107.006</b>	<b>130.963</b>		

Fonte: SIAFI

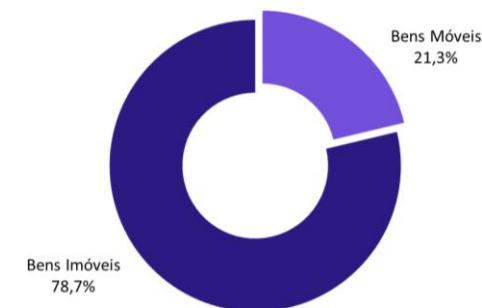
O montante relativo à Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS referem-se a folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Isso ocorreu devido a problemas técnicos decorrentes da alteração da rotina de pagamento por Ordem Bancárias. Desconsiderado este valor, observa-se a redução de 50,6% no Limite de Saque com Vinculação de Pagamento o que representa maior efetividade na utilização dos recursos.

#### NOTA 02 – IMOBILIZADO

O imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da Presidência e se divide em bens móveis e bens imóveis

Os montantes apresentados no balanço patrimonial são valores líquidos, nos quais foi descontada a depreciação acumulada até o encerramento do exercício de 2018.

Figura 67 - Imobilizado





**Bens Móveis**

Os bens móveis correspondem a 21,3% do total do ativo imobilizado, sendo que 45,4% se referem a equipamentos e aparelhos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Figura 68 - Bens Móveis

Detalhamento	2018	2017	Em Mil	
			AV (%)	AH (%)
Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	32.832	29.053	26,3%	13,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	23.862	26.390	19,1%	-9,6%
Veículos de Tração Mecânica	17.755	20.071	14,2%	-11,5%
Mobiliário em Geral	13.974	16.884	11,2%	-17,2%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	9.154	13.341	7,3%	-31,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	7.534	9.860	6,0%	-23,6%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.212	3.766	2,6%	-14,7%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	2.933	3.678	2,4%	-20,2%
Demais Bens Móveis	13.483	16.703	10,8%	-19,3%
<b>Total</b>	<b>124.738</b>	<b>139.745</b>		

Fonte: SIAFI

A variação nas contas de bens móveis se deve: a) ao incremento da infraestrutura de TIC na Presidência e na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; b) à reavaliação de equipamentos de proteção, segurança e socorro e de áudio, vídeo e foto, conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; c) à transferência do acervo patrimonial das extintas Secretaria de Portos da Presidência da República e Secretaria

Especial de Micro e Pequena Empresa, cujas competências foram transferidas para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (Lei nº 13.341/2016) e para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Lei nº 13.502/2017), respectivamente; e, d) à baixa de bens em estado irrecuperável, cuja manutenção é onerosa para a Administração Pública e cuja alienação por meio de doação, em virtude de seu estado físico, foi considerada impossível e inconveniente.

**Bens Imóveis**

Figura 69 - Bens Imóveis

Detalhamento	2018	2017	Em Mil	
			AV (%)	AH (%)
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	116.695	0	25,3%	
Museus/Palácios	110.249	91.159	23,9%	20,9%
Edifícios	99.593	98.788	21,6%	0,8%
Imóveis Residenciais / Comerciais	46.237	48.786	10,0%	-5,2%
Armazéns/Galpões	44.796	84.969	9,7%	-47,3%
Estacionamentos e Garagens	19.508	19.574	4,2%	-0,3%
Complexos/Fábricas/Usinas	16.844	16.716	3,7%	0,8%
Salas	3.178	3.185	0,7%	-0,2%
Instalações	2.531	2.716	0,5%	-6,8%
Obras em Andamento	815	815	0,2%	0,0%
Terrenos/Glebas	744	18.423	0,2%	-96,0%
Estudos e Projetos	166	166	0,0%	0,00%
<b>Total</b>	<b>461.356</b>	<b>385.298</b>		

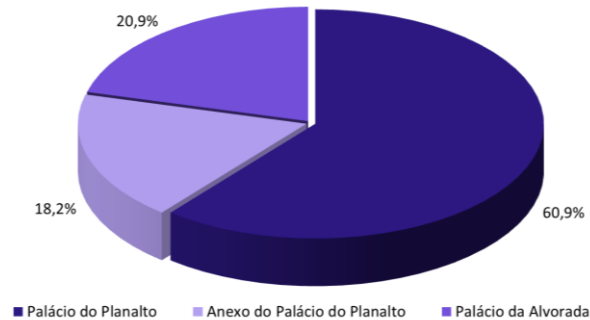
Fonte: SIAFI

O valor da conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar refere-se à obra de reforma do Palácio do Planalto reconhecida em dezembro/2018, cujo registro ainda está em processamento.

A conta Museu e Palácios representa o valor do Palácio do Planalto, dos Anexos, do Palácio, e do Palácio da Alvorada.



Figura 70 - Bens Imóveis - Palácios



Sendo assim, o montante de imobilizado referente aos palácios corresponde a 49,2% do total de bens imóveis.

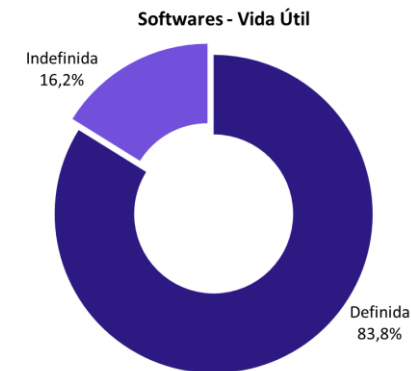
O aumento de 20,9% no valor Museus e Palácios referem-se à reavaliação do Palácio do Planalto. Já a variação de Terrenos/Glebas se deve à devolução à SPU/GO de um terreno de 5.000 m<sup>2</sup> localizado na cidade de Goiânia/GO ocorrida em 07/02/2018 pela ABIN.

### NOTA 03 – INTANGÍVEL

O intangível é composto exclusivamente por softwares no encerramento do exercício de 2018. Isso porque o valor de aproximadamente R\$ 1,0 milhão registrado em 2017 na conta Marcas, Direitos e Patentes Industriais referia-se à licenças de uso de softwares e, portanto, foram reclassificadas para a conta Softwares.

Esta conta se divide, em razão da vida útil do bem ou direito, em definida ou indefinida.

Figura 71 - Bens Intangíveis



Softwares - Vida Útil	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Definida	21.889	13.218	83,8%	65,6%
Indefinida	4.217	3.058	16,2%	37,9%
<b>Total</b>	<b>26.105</b>	<b>16.277</b>		

Fonte: SIAFI

Predominantemente, compõem o patrimônio intangível da PR, softwares de vida útil definida visto que a maior parte se trata de licença de software para utilização por período determinado.

A evolução patrimonial do ativo intangível se deve essencialmente a aquisição de softwares de vida útil definida pela ABIN.

**NOTA 04 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO**

Figura 72 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	44.602	7.547	81,33%	491,02%
Férias a Pagar	10.121	9.767	18,46%	3,63%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	0	21.441	0,00%	-100,00%
Demais Obrigações Trab., Previden. e Assist. a Pagar - CP	117	1	0,21%	13607,56%
<b>Total</b>	<b>54.840</b>	<b>38.755</b>		

Fonte: SIAFI

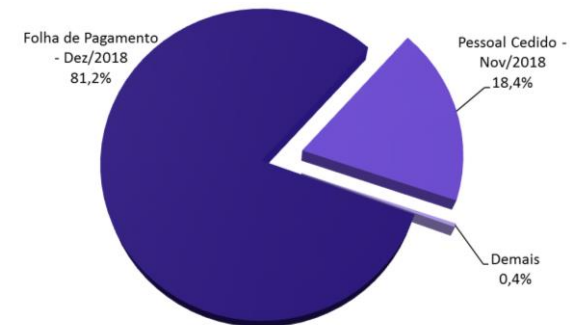
O aumento de Salários, Remunerações e Benefícios refere-se à folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019. Já a redução de Décimo Terceiro Salário a Pagar se deve à regularização da conta em atendimento à alteração da Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento em decorrência de recomendação do TCU por meio do Acórdão nº 1322/2018 – TCU – Plenário.

**NOTA 05 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**

Neste grupo houve impacto da folha de pagamento de Dezembro/2018 que foi paga em Janeiro/2019, sendo 81,2% da variação do grupo devido a esta operação atípica.

Também atípico foi o ressarcimento de pessoal cedido referente a novembro/2018 que foi pago apenas em janeiro de 2019, gerando um aumento de 18,4% nas Demais Obrigações de Curto Prazo.

Figura 73 - Demais Obrigações a Curto Prazo



**NOTA 06 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO**

O resultado patrimonial é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018, resultado patrimonial foi superavitário e 86,6% maior que o resultado de 2017.

Figura 74 - Resultado Patrimonial do Exercício

	Em Mil			
	2018	2017	Variação	AH (%)
Resultado Patrimonial	10.084.197	5.405.045	4.679.153	86,6%

Fonte: SIAFI

Este aumento se deve às variações ocorridas decorrentes do Fundo Social, posto que, desconsiderando o impacto patrimonial desse Fundo, o Resultado Patrimonial é negativo devido à redução de 78,6% nas Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas não vinculadas ao Fundo.

Figura 75 - Resultado Patrimonial (Detalhado)

Resultado Patrimonial	2018	2017	Variação	Em Mil AH (%)
<b>Fundo Social</b>	<b>11.196.699</b>	<b>5.305.676</b>	<b>5.891.022</b>	<b>111,0%</b>
Transf. Finan. referentes a Compensações Finan. pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	7.895.241	4.218.043	3.677.198	87,2%
Transf. Finan. referentes a Remuneração de Depósitos Bancários	566.786	0	566.786	
Receita Industrial	1.133.571	0	1.133.571	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.601.100	1.087.633	513.467	47,2%
<b>Demais Variações Patrimoniais</b>	<b>-1.112.501</b>	<b>99.368</b>	<b>1.211.869</b>	<b>1219,6%</b>
Resultado das Demais Transf. e Delegações Recebidas e Concedidas	286.436	1.337.024	1.050.588	-78,6%
Resultado das Demais Var. Patrim. Aumentativas e Diminutivas	-1.398.937	1.237.656	-161.281	13,0%
<b>Total</b>	<b>10.084.197</b>	<b>5.405.045</b>	<b>4.679.153</b>	<b>86,6%</b>

Fonte: SIAFI

## NOTA 07 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Principais itens da Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), as Transferências e Delegações representam 86,6% das Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto das Variações Patrimoniais Diminutivas.

A categoria mais relevante de Transferências e Delegações é a das Transferências Intragovernamentais. Nela estão compreendidas as transferências recebidas e concedidas para execução orçamentária, bem como as transferências recebidas e concedidas independente da execução orçamentária.

Tanto nas transferências recebidas quanto nas concedidas, predominam aquelas decorrentes da Execução orçamentária.

Figura 76 - Transferências e Delegações Recebidas

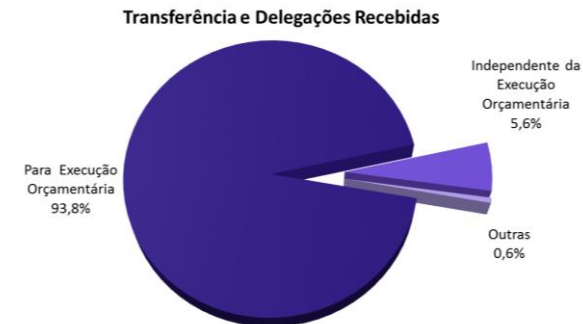


Figura 77 - Transferência e Delegações Concedidas



## Transferências Intragovernamentais Recebidas

Figura 78 - Transferências Intragovernamentais Recebidas

Transferências Financeiras Recebidas	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
<b>Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária</b>	<b>27.742.723</b>	<b>14.114.958</b>	<b>96,0%</b>	<b>96,5%</b>
Transf. Finan. Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	15.016.992	8.477.832	52,0%	77,1%
Transf. Finan. Recebidas de Outros Órgãos (Repasse)	33.442	10.695	0,1%	212,7%
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasse)	11.933.059	5.620.316	41,3%	112,3%
Devolução de Repasse e Sub-Repasse Não Utilizado	759.229	6.115	2,6%	12315,7%
<b>Transf. Finan. Recebidas Independente da Execução Orçamentária</b>	<b>1.159.113</b>	<b>976.064</b>	<b>4,0%</b>	<b>18,8%</b>
Transf. Finan. Recebidas para Pagamento de RP	1.148.641	900.872	4,0%	27,5%
Demais Transferências Finan. Recebidas	1.151	6.438	0,0%	-82,1%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	9.147	3.198	0,0%	186,1%
Movimentações de Variação Patrimoniais Aumentativa	173	65.557	0,0%	-99,7%
<b>Total</b>	<b>28.901.835</b>	<b>15.091.023</b>		<b>91,5%</b>

Fonte: SIAFI

Cabe ressaltar que, como a Presidência é órgão setorial das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, as transferências destinadas à execução destas unidades compõem as Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional.

Sendo assim, o aumento das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária acompanha o aumento de dotação orçamentária para o exercício de 2018.

## Transferências Intragovernamentais Concedidas

Figura 79 - Transferências Intragovernamentais Concedidas

Transferências Financeiras Concedidas	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
<b>Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária</b>	<b>18.129.111</b>	<b>8.759.524</b>	<b>89,6%</b>	<b>107,0%</b>
Transf. Finan. Concedidas para Outros Órgãos (Repasse)	4.676.653	3.133.199	23,1%	49,3%
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse)	12.657.114	5.620.316	62,5%	125,2%
Cota e Sub-Repasse Devolvido	795.344	6.009	3,9%	13135,0%
<b>Transf. Finan. Concedida Independente da Execução Orçamentária</b>	<b>2.106.491</b>	<b>800.642</b>	<b>10,4%</b>	<b>163,1%</b>
Transf. Finan. Concedidas para Pagamento de RP	963.171	713.376	4,8%	35,0%
Demais Transferências Finan. Concedidas	2.946	6.016	0,0%	-51,0%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	1.139.046	53.797	5,6%	2017,3%
Movimentações de Variação Patrimoniais Diminutivas *	1.328	27.453	0,0%	-95,2%
<b>Total</b>	<b>20.235.602</b>	<b>9.560.167</b>		<b>111,7%</b>

\*Não tem impacto no Balanço Financeiro

Fonte: SIAFI

As Transferências Concedidas para Execução Orçamentária representam 89,6% das Transferências Intragovernamentais Concedidas, sendo 62,5% referentes à Sub-Repasse.

No exercício de 2018, além do aumento de 100,6% no valor do Sub-Repasse relativo ao Fundo Social, também impactaram as Transferências Financeiras Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse), aquelas destinadas ao Fundo de Financiamento de Campanha, à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

Figura 80 - Sub-Repasses

Detalhamento	Em Mil			
	2018	2017	Variação (R\$)	AH (%)
Fundo Social	8.462.027	4.218.043	4.243.983	100,6%
Fundo de Financiamento de Campanha	1.716.209		1.716.209	
Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro	724.377		724.377	
Intervenção Federal no Estado de Roraima	225.710		225.710	
<b>Total</b>	<b>11.128.323</b>	<b>4.218.043</b>	<b>6.910.279</b>	<b>163,8%</b>

Fonte: SIAFI

## NOTA 08 – RECEITAS CORRENTES

O Balanço Orçamentário apresentou insuficiência de arrecadação devido à frustração de arrecadação da Receita Patrimonial de Exploração de Recursos Naturais, que representa 87,4% do total da Previsão de Receita.

Esta é proveniente de *royalties* em função da produção de petróleo e destinada à constituição do Fundo Social – FS, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Tal frustração da receita apresentada no Balanço Orçamentário se dá porque o órgão arrecadador é o Ministério da Fazenda, não ficando registrado como Receita Realizada na Setorial Orçamentária da Presidência.

Também constitui o Fundo Social – FS a Receita Patrimonial de Valores Mobiliários à remuneração dos depósitos bancários do Fundo e a Receita Industrial advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

No caso da Receita Patrimonial de Valores Mobiliários e da Receita Industrial, embora os recursos sejam arrecadados diretamente no Fundo Social, a receita realizada fica registrada no Balanço Orçamentário da Presidência, por ser a setorial orçamentária do Fundo Social.

Figura 81 - Receita Realizada

Receita Realizada	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Receita Patrimonial	1.601.100	1.088.188	58,3%	47,1%
Receita Industrial	1.133.571	0	41,3%	
Receita de Serviços	13.100	16.997	0,5%	-22,9%
Outras Receitas Correntes	0	6.167	0,0%	-100,0%
<b>Total</b>	<b>2.747.772</b>	<b>1.111.351</b>	<b>100,0%</b>	<b>147,2%</b>

Fonte: SIAFI

Em relação à Receita Realizada, houve ampliação de 147,2% devido ao aumento da Receita Patrimonial e da Receita Industrial. A Receita Patrimonial realizada na Presidência advém apenas de Valores Mobiliários relativos à remuneração dos depósitos bancários do Fundo Social. Sendo assim, o aumento da remuneração acompanha o aumento do montante aplicado.

Quanto a Outras Receitas Correntes a redução se deu por se tratar de receitas esporádicas e não previstas tais como Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais; e, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.



## NOTA 09 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

O Fundo Social representa 59,2% da dotação atualizada, no entanto, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo, em seu art. 52 determinou que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”.

A Lei ainda estabelece, no §1º do art. 52, que a composição e funcionamento do CGFFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Figura 82 - Despesas Orçamentárias



Até o momento, o Fundo Social não foi regulamentado e o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

Figura 83 - Dotação Atualizada

Dotação Atualizada	Em Mil		
	Total	Fundo Social	Demais
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.526.678</b>	<b>500</b>	<b>3.526.178</b>
Pessoal e Encargos Sociais	786.276		786.276
Outras Despesas Correntes	2.740.403	500	2.739.903
<b>Despesas de Capital</b>	<b>7.696.077</b>	<b>6.643.678</b>	<b>1.052.399</b>
Investimentos	1.052.399		1.052.399
Inversões Financeiras	6.643.678	6.643.678	0
	<b>11.222.755</b>	<b>6.644.178</b>	<b>4.578.578</b>

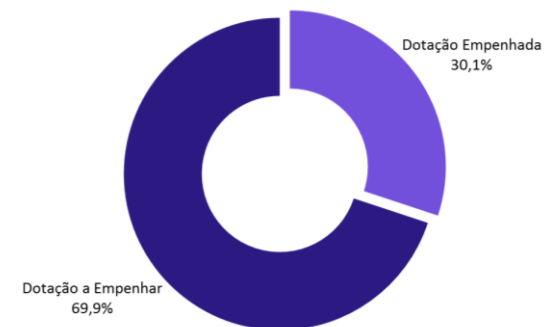
Fonte: SIAFI

Desconsiderando a dotação aprovadas para o Fundo Social, tem-se uma redução de cerca de R\$ 6,6 milhões no valor da dotação atualizada.

Considerando o valor de Dotação Atualizada sem o Fundo Social, o Balanço Orçamentário apresentou economia na execução da despesa, posto que apenas 30,1% aparecem como empenhado.

No entanto o baixo nível de execução se dá porque o balanço considera apenas a despesa empenhada diretamente na PR, não levando em conta a execução descentralizada do orçamento.

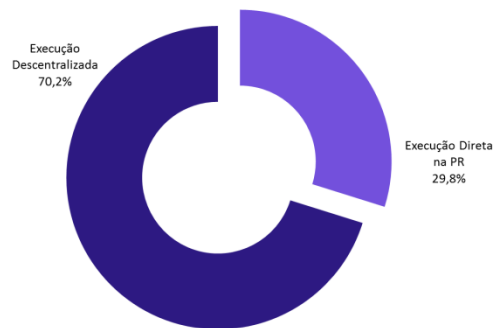
Figura 84 - Dotações Empenhadas e a Empenhar



No exercício de 2018, 70,2% da execução orçamentária ocorreu de forma descentralizada, na qual o crédito orçamentário e o recurso financeiro são transferidos para outra unidade ou ente da Administração Pública executar.

Considerando a execução direta e descentralizada, diminui consideravelmente a economia na execução orçamentária, que passa de 30,1% para 98,3%.

Figura 85 - Execuções Direta e Indireta



Da despesa executada diretamente na PR, 96,6% refere-se a Despesas Correntes, sendo 55,8% Pessoal e Encargos e 40,8% Outras Despesas Correntes.

Figura 86 - Despesas Empenhadas

	Em Mil			
Despesa Empenhada	2018	2017	AV (%)	AH (%)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.330.056</b>	<b>1.486.402</b>	<b>96,6%</b>	<b>-10,5%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	768.146	747.025	55,8%	2,8%
Outras Despesas Correntes	561.910	739.376	40,8%	-24,0%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>46.170</b>	<b>14.279</b>	<b>3,4%</b>	<b>223,3%</b>
Investimentos	46.170	14.279	3,4%	223,3%
<b>Total</b>	<b>1.376.226</b>	<b>1.500.680</b>	<b>-8,3%</b>	

Fonte: SIAFI

Das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, 59,5% se refere ao pagamento de Pessoal Ativo, sendo 45,2 de Vencimentos e Vantagens Fixas e 14,3% de Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado.

Figura 87 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

	Em Mil			
Pessoal e Encargos Sociais	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	347.092	338.377	45,2%	2,6%
Aposentadorias e Pensões	248.626	240.271	32,4%	3,5%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	109.873	106.115	14,3%	3,5%
Demais Despesas	62.555	62.263	8,1%	0,5%
<b>Total</b>	<b>768.146</b>	<b>747.025</b>	<b>2,8%</b>	

Fonte: SIAFI

Dos R\$ 562,5 milhões de Outras Despesas Correntes, R\$ 400,7 milhões (71,3%) referem-se a Serviços de Terceiros prestados por Pessoa Jurídica, sendo 40,6% de Serviços de Publicidade Institucional e 13,6% de Serviços de Publicidade de Utilidade Pública.

Figura 88 - Outras Despesas Correntes

	Em Mil			
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Serviços de Publicidade Institucional	162.801	330.713	40,6%	-50,8%
Serviços de Publicidade de Utilidade Pública	54.592	48.933	13,6%	11,6%
Serviços de Comunicação em Geral	47.865	45.583	11,9%	5,0%
Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	33.047	44.100	8,2%	-25,1%
Limpeza e Conservação	17.584	20.599	4,4%	-14,6%
Serviços de Energia Elétrica	9.975	10.062	2,5%	-0,9%
Serviço de Seleção e Treinamento	9.923	5.160	2,5%	92,3%
Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	64.925	106.054	16,2%	-38,8%
<b>Total</b>	<b>400.713</b>	<b>611.205</b>	<b>-34,4%</b>	

Fonte: SIAFI

O aumento dos investimentos se deve predominante à aquisição de Equipamentos e Material Permanente cujo valor representa 70,1% do total de investimentos.

Figura 89 - Despesas de Investimentos

Equipamentos e Material Permanente	Em Mil			
	2018	2017	AV (%)	AH (%)
Equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC	22.758	4.271	70,3%	432,8%
Mobiliário em Geral	4.321	519	13,4%	732,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.708	192	5,3%	789,2%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.365	5	4,2%	30079,1%
Demais Equipamentos e Material Permanente	2.216	3.004	6,8%	-26,2%
<b>Total</b>	<b>32.368</b>	<b>7.991</b>		<b>305,1%</b>

Fonte: SIAFI

## NOTA 10 – RESTOS A PAGAR

Em relação aos Restos a Pagar, o montante reduziu 78,0%, sendo que cerca de 98,0% do saldo de Restos a Pagar refere-se a Restos a Pagar Não Processados.

Figura 90 - Restos a Pagar

Restos a Pagar	Em Mil			
	Inscritos	Saldo Final	AV (%)	AH (%)
Não Processados	446.596	98.083	97,8%	-78,0%
Processados	9.481	2.224	2,2%	-76,5%
<b>Total</b>	<b>456.077</b>	<b>100.307</b>		<b>-78,0%</b>

Fonte: SIAFI

## NOTA 11 – OUTROS ITENS RELEVANTES

### Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018), que teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, com vigência de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro foi realizada por meio da Ação 00QS - Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) e terá seus impactos detalhados em Demonstrações Contábeis próprias para atender Decisão Normativa-TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

### Intervenção Federal no Estado de Roraima

A Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018), que teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, com vigência de 12 a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado de Roraima foi realizada por meio da Ação 00RG - Transferência de Recursos ao Estado de Roraima para Ações Decorrentes da Intervenção Federal (Decreto nº 9.602, de 08 de dezembro de 2018), cuja dotação é R\$ 225,7 Milhões. Este valor foi integralmente recebido por Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional (Cota) e transferidos para o estado de Roraima por Transferência Intergovernamental.

## OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Figura 91 - Cumprimento das deliberações atendidas no exercício

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
00001.002468/2017-85	2.255/2016 – Plenário	9.2	Aviso 727/2016	1º/9/2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
Secretaria de Administração e Gabinete Pessoal do Presidente da República.				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
9.2. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que:				
9.2.1 incorporem, com fulcro no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, ao patrimônio da União todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes de estado e de Governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de Estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de Estado de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo Presidente da República.				
9.2.2 no prazo de 120 dias, identifiquem todos os atuais mantenedores e os mantenedores que já deixaram a função, bem como a respectiva localização, entre os 568 bens recebidos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 47), bem como adotem as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;				
9.2.3. no prazo de 120 dias, adotem todas as providências necessárias à imediata incorporação ao acervo público dos bens constantes da relação de 144 bens recebidos pela Presidente afastada Dilma Vanna Rousseff, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 59), que atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;				
9.2.4. no prazo de 120 dias, identifiquem os atuais mantenedores e a respectiva localização, entre os demais bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap, após a publicação do Decreto 4.344/2002, bem como adotem todas as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
A SA-PR encaminhou Of. nº 457/2018/SA-PR ao TCU, em complemento ao Of. nº 267/2018/SA-PR, 27/07/2018, onde informou as providências adotadas pela SA com vistas ao cumprimento das determinações dos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4 do Acórdão 2.255/2016-TCU-Plenário, expedido pelo TCU conforme transcrito abaixo:				
Expediu Ofício nº 266/2018/SA-PR (0728445), de 26/07/2018, por meio do qual foi notificado o representante legal do ex-presidente Lula para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentasse a esta Secretaria os 74 (setenta e quatro) bens não localizados, especificados no Relatório Final da Comissão de Sindicância, e que “os bens que não forem apresentados serão iniciados os procedimentos de valoração, cuja quantificação monetária será oportunamente submetida ao Excelentíssimo ex-presidente da República LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, para fins do regular ressarcimento ao erário”.				



Expediu o Ofício nº 264/2018/SA-PR (0728364), de 26/07/2018, reiterado por meio do Ofício nº 349/2018/SA-PR (0808178), de 28/09/2018, para que a DDH procedesse à valoração “de todos os bens constantes dos acervos em comento, requerendo especial atenção, inclusive, em caráter de precedência de avaliação, ao conjunto de bens que não fora objeto de localização”, de modo a propiciar os eventuais ressarcimentos e o prosseguimento da reincorporação dos demais itens ao patrimônio da União, constando as seguintes informações: descrição detalhada dos bens (características quanto à cor, dimensões, material, etc.), classificação quanto à conta contábil (obra de arte, etc.) e valores dos bens, para posterior recebimento de carga por parte dessa unidade patrimonial administrativa, para avaliação e destinação dos referidos bens.

Em resposta, a DDH esclareceu, por meio do Ofício nº 114/2018/GP-DDH (0825623), de 02/10/2018, que “está realizando continuamente a valoração dos presentes recebidos pelos Ex-Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. A incorporação de cada um dos 471 (quatrocentos e setenta e um) presentes requer as seguintes informações: a – Descrição do bem, b – Classificação contábil do bem, c – Valor do bem, d – Origem do bem, e – Unidade patrimonial e respectiva fotografia. Sendo assim, esta Diretoria realizará a valoração dos presentes por lotes, os quais serão encaminhados, com a maior brevidade possível, para incorporação ao Patrimônio da PR” e quanto ao “documento 0711843, firmado pelo Senhor Douglas Szefer, esta Diretoria está realizando levantamento da documentação relativa aos 06 (seis) bens não localizados da relação de 117 (cento e dezessete) presentes recebidos pela Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff. Ressalto, contudo, que os mesmos não se encontram sob a guarda desta Diretoria de Documentação Histórica.”

Em resposta a DDH ratificou, por meio do Ofício nº 131/2018/GP-DDH, 23/11/2018 (0898227), que: o trabalho de valoração de todos os bens dos acervos em questão continuam em andamento, sendo realizada em lotes, com apresentação do segundo lote referente aos bens resgatados da ex-Presidente Dilma Rousseff.

A Secretaria de Administração solicitou manifestações complementares da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República - DGI/PR, quanto aos 06 (seis) bens não localizados, e da Diretoria de Recursos Logísticos – DILOG, quanto às informações relativas à listagem, embalagem, acondicionamento, conferência e transporte dos referidos bens da ex-Presidente Dilma Rousseff, especificamente no que concerne a esses 06 (seis) bens.

A Secretaria de Administração a partir da valoração que vem sendo continuamente realizada pela DDH, já registou, procedeu com o emplaquetamento e posterior incorporação ao patrimônio da União, na carga da Unidade 5090 - DDH, de 67 (sessenta e sete) itens, os quais foram incorporados como 73 (setenta e três) bens (por conter conjunto, peças, etc), oriundos dos bens restituídos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme notícia o setor de patrimônio desta Secretaria, em 16/10/2018 (Despacho SEPAT 0844359).

Informou ainda ao TCU sobre a evolução das outras providências relacionadas no Ofício nº 267/2018/SA-PR (0728517):

I - Houve a regularização cadastral do Vaso PR 600.186 de propriedade do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), com a respectiva localização e entrega formal ao MNBA, o que gerou o Termo de Baixa nº 2018/000025 (0644061), com a confirmação de devolução da obra de arte em 14/05/2018 (Declaração s/n 0629674), conforme processo nº 00133.000200/2018-94:

II - Instaurou-se processo administrativo para que transportadora contratada para transportar todos esses bens para Brasília, com vistas à restituição à PR, reparasse ou ressarcisse os bens avariados no respectivo transporte (Processo nº 00087.000643/2018-88);

III - Está aguardando o término dos procedimentos de valoração que estão sendo realizado pela DDH para concluir a incorporação ao patrimônio da União dos bens restituídos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como para iniciar, a partir da quantificação dos valores a serem ressarcidos, os procedimentos de ressarcimento ao erário relativo aos respectivos bens não localizados, com a devida observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório; e

IV - Aguarda-se o término dos procedimentos de valoração que estão sendo realizados pela DDH para concluir a incorporação ao patrimônio da União dos bens restituídos pela ex-presidente Dilma Rousseff, bem como para, após as diligências internas referidas no parágrafo 10 deste Of. e uma vez apurada a responsabilidade da ex-presidente Dilma, notificá-la a apresentar os bens que não forem localizados, informando-a que os bens que não forem apresentados serão objeto de quantificação monetária, para fins do regular ressarcimento ao erário.

Por fim, quanto ao item 9.2.4 a SA-PR informou ao TCU que constituiu comissão especial destinada ao cumprimento das determinações do Acórdão 2.255/2016-TCU-Plenário.

O TCU, conforme consta do Acórdão 177/2019, assim se manifestou:

"esse percuciente trabalho empreendido pela comissão especial aponta para o cumprimento da determinação 9.2.4 acima, devendo ser também levado em consideração para dar números finais aos bens remanescentes a serem incorporados ao acervo público, cujo quantitativo inicialmente apontava para 568 e 144, respectivamente, nos subitens 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão cujas determinações ora monitoram-se."



**ANEXOS E APÊNDICES**

**ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

**ANEXO II – ATA DA REUNIÃO TCU-CISET DE 05/02/2019**

**ANEXO III – RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA - SEAP**

## ANEXO I - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Conforme designação da Secretaria-Geral da Presidência da República, coube à Secretaria de Administração - SA as atribuições de realizar amplo levantamento de informações e resultados no exercício de 2018, por meio da participação direta das seguintes unidades integrantes da estrutura da Secretaria-Geral:

- Secretaria-Executivo;
- Secretaria de Administração;
  - Diretoria de Gestão de Pessoas;
  - Diretoria de Logística;
  - Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;
  - Diretoria de Tecnologia;
  - Coordenação-Geral de Relações Públicas; e
  - Coordenação-Geral de Governança.
- Secretaria Especial de Comunicação Social;
- Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos; e
- Secretaria de Controle Interno



O Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado é um o processo permanente de aprimoramento da gestão pública, iniciado para o exercício de 2018.

O presente relatório foi construído de forma integrada, sendo, assegurada a integridade nas informações gerenciais proveniente dos sistemas estruturantes do Governo Federal: Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal (SIOP), de Contabilidade e de Custos, de Administração Financeira Federal (SIAFI), de Organização e Inovação Institucional (SIORG) e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA).

Cabe ressaltar que, em reunião, registrada em Ata, realizada no dia 05 de fevereiro de 2019, com representantes da Secretaria-Geral, Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria de Controle Interno e Tribunal de Contas da União, ficou estabelecido que a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SEAP, unidade que integrava a antiga estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, apresentaria o respectivo relatório de gestão como anexo ao Relatório de Gestão da Secretaria-Geral da Presidência da República.

**GILBERTO BARBOSA MOREIRA**

## ANEXO II – ATA DA REUNIÃO TCU-CISET DE 05/02/2019



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado

## 1. Identificação da reunião

Data da reunião e encerramento da Ata	Horário			Local	
5/2/2019	Início:	15:00	Término:	16:00	CISET/SG-PR, Anexo III, Ala B, Sala 216

## 2. Objetivo

Fornecer orientações complementares quanto às disposições das Decisões Normativas TCU 170, de 19 de setembro de 2018, e 172, de 12 de dezembro de 2018, assim como à Portaria-TCU 369, de 17 de dezembro de 2018, bem como fornecer resposta aos Ofícios nº 255/2018/SE/SG-PR, do então Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Pablo Antônio Tatim, de 4/12/2018, e nº 39/2019/SE/SG-PR, do atual Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Floriano Peixoto Vieira Neto, de 25/1/2019.

## 3. Identificação das unidades prestadoras de contas (UPC) objeto da discussão

Nome da UJ	
1.	Casa Civil da Presidência da República
2.	Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov)
3.	Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

## 4. Identificação dos participantes

	Nome do participante	Unidade	E-mail	Telefone
1.	Ana Paula Silva da Silva	TCU	anaPaulaSS@tcu.gov.br	3316-7674
2.	Vinicius Zacarias Madela	TCU	viniciusZM@tcu.gov.br	3316-5233
3.	Marcele Botelho	CISET/SG-PR	marcele.botelho@presidencia.gov.br	3411-3933
4.	Maria Adélia Bretas e Arueira	CISET/SG-PR	adelia.arueira@presidencia.gov.br	3411-2698
5.	André Nunes Barcelo Ferreira	Segov	andre.ferreira@presidencia.gov.br	3411-2503
6.	Fernando Magalhães Soares Pinto	DIROF/SA/SECEX/SG	fernando.soares@presidencia.gov.br	3411-2768
7.	Patrícia Franco	DIROF/SA/SECEX/SG	patricia.franco@presidencia.gov.br	3411-5898
8.	Ronaldo Alves Nogueira	Casa Civil	ronaldo.nogueira@presidencia.gov.br	99305-6469
9.	Vinicius Dantas D. de Araujo	SEGOV	vinicius.araujo@presidencia.gov.br	3411-4279

## 5. Discussão da pauta

Inicialmente, a Secretária da SecexAdministração atentou para a nova abordagem que o Tribunal de Contas da União (TCU) adotou na orientação da prestação de contas das unidades prestadoras de contas (UPC), referente ao exercício 2018. Em síntese, o novo modelo busca relatórios mais concisos e com informações focadas em resultados.

As orientações proferidas pelo TCU em relação ao modelo de prestação de contas do exercício 2018 exigem que as unidades consolidem os resultados de todos os órgãos a elas vinculadas. O objetivo é evitar informações fragmentadas, indicando com clareza a forma como cada órgão vinculado contribuiu para o alcance dos objetivos estratégicos da UPC.

A Secretaria-Geral da Presidência da República solicitou, em dois ofícios, que a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP e a Secretaria de Comunicação Social – SECOM fossem caracterizadas como unidades prestadoras de contas individualizadas, ou seja, que pudessem ter suas contas apresentadas de forma segregadas das contas de seu órgão vinculador. Explicou que há unidades que foram remanejadas na estrutura do Poder Executivo, de modo que o esforço para integrar





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
 Secretaria-Geral de Controle Externo  
 Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado

efetivamente as informações, além de enorme, será desperdiçado no longo prazo – isso porque, nas próximas contas, tais unidades estarão vinculadas a outros órgãos, estes sim com objetivos estratégicos aderentes.

O mesmo entendimento se aplicará à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão da Casa Civil da Presidência da República (SEAD/CC/PR), na estrutura do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016.

Em complemento, a Secretaria-Geral da Presidência da República ponderou que concorda com a nova abordagem trazida pelo TCU para a prestação de contas e que a adotará nos exercícios subsequentes, mas considera que a imposição da nova estrutura, no momento, não representará transparência efetiva para a sociedade.

Após debate, os participantes, em comum acordo, concluíram que as normas relativas à prestação de contas exaradas pelo TCU referentes ao exercício 2018 devem ser respeitadas, sem que sejam caracterizadas novas unidades prestadoras de contas individualizadas diversas daquelas previstas na Decisão Normativa TCU 170/2018. Entretanto, considerando que não é aceitável o desperdício de recursos públicos, que a integração plena de informações relativas a órgãos vinculados cujos objetivos estratégicos são desassociados daqueles do órgão vinculador será complexa, não produzirá benefícios às contas, e considerando ainda que tais órgãos vinculados já foram remanejados na estrutura do Poder Executivo, de modo que o esforço de integração será perdido nos próximos exercícios; os participantes concluem que a apresentação de contas por parte da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria de Governo da Presidência da República e da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá ser feita de modo a apenas agregar, em capítulos distintos, as contas dos órgãos vinculados que deixaram de pertencer à sua estrutura, sem que exista a plena integração das informações nela contida.

## 6. Fechamento da ata

	Nome do participante	Assinatura
1.	Ana Paula Silva da Silva	
2.	Vinicius Zacarias Madela	
3.	Marcele Botelho	
4.	Maria Adélia Bretas e Arueira	
5.	André Nunes Barcelo Ferreira	
6.	Fernando Magalhães Soares Pinto	
7.	Patricia Franco	
8.	Ronaldo Alves Nogueira	
9.	Vinicius Dantas D. de Araujo	



**ANEXO III- RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E  
DA PESCA - SEAP**

**SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA – SEAP/PR**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**

Brasília-DF, Março de 2019

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEAP/PR

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado ao Órgão Superior 20101 – Presidência da República como prestação de contas anual a que esta Unidade Gestora está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72, de 2013 das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República consolidando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura da Secretaria.

Unidades Consolidadas:

Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura – DEPOA

Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca - DEPOP

Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca – DRMC

Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – GAB/SEAP

Brasília-DF, Março de 2019

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

ABCC	Associação Brasileira de Criadores de Camarão
ABLAQUARIOFOLIA	Associação Brasileira de Lojas de Aquariorfilia
ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
ABINPET	Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BRS AQUA	Projeto Componente Manejo e Gestão Ambiental da Aquicultura
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CT	Câmara Técnica
CTGP	Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DEPOA	Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura
DEPOP	Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca
DRMC	Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca
EBI	Encontro Brasileiro de Ictiologia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GAB/SEAP	Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca
GT	Grupo de Trabalho
ICCAT	Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico
LFDA	Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
PEIXEBR	Associação Brasileira da Piscicultura
PNDPA	Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PR	Presidência da República

PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SCC	Subcomitê Científico
SEAP/PR	Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
SIAPENET	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal
SINDIRAÇÕES	Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISRGP	Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
TED	Termo de Execução Descentralizada
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica



## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 – Cronograma de reuniões do CPG Camarões Norte e Nordeste.....	18
Figura 2 – Quantitativo de embarcações habilitadas ao Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de 2018.....	20
Figura 3 –Convênios de Emendas Parlamentares.....	23
Figura 4 –Convênios de Propostas Voluntárias.....	23
Figura 5 - Variação Orçamentária na Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca.....	26
Figura 6 – Execução Despesas.....	27
Figura 7 – Despesas Liquidadas.....	27
Figura 8 - Valores Autorizados para Movimentação e Empenho das despesas discricionárias.....	28
Figura 9 - Valores Contingenciados.....	28
Figura 10 - Despesas com Pessoal em 2018 .....	30
Figura 11 – Distribuição de Pessoal em 2018.....	30
Figura 12 – Contratações mais Relevantes.....	31
Figura 13 – Declaração do Contador .....	33
Figura 14 – Balanço Patrimonial.....	34
Figura 15 – Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	34
Figura 16 – Contas de Compensação .....	34
Figura 17 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro.....	35
Figura 18 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	35
Figura 19 – Balanço Orçamentário.....	35
Figura 20 – Execução de Restos a Pagar Não Processados .....	38
Figura 21 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....	38
Figura 22 – Balanço Financeiro.....	39
Figura 23 – Resultado Financeiro do Exercício.....	38
Figura 24 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	39

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Rol de Responsáveis da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República..... 41

**SUMÁRIO**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações .....	3
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS .....	5
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES .....	6
SUMÁRIO .....	7
APRESENTAÇÃO: MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE .....	9
1 – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO .....	11
1.1 - Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão .....	11
1.2 - Composição acionária do capital social .....	11
1.3 - Participação em outras sociedades .....	11
1.4 - Estrutura organizacional .....	11
1.5 - Ambiente externo .....	11
1.6 - Modelo de negócios (cadeia de valor) .....	11
2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA .....	12
2.1 - Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão .....	12
2.2 - Descrição das estruturas de governança .....	12
2.3 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas .....	12
3 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	12
3.1 - Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício .....	12
4 - RESULTADOS DA GESTÃO .....	14
4.1 – Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura – DEPOA .....	14
4.2 – Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP .....	16
4.3 – Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca (DRMC).25	
5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO .....	26
5.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras .	26
5.2 - Gestão Orçamentária e Financeira .....	26
5.2.1 - Execução Orçamentária .....	26
5.2.2 - Valores Autorizados de Movimentação e Empenho .....	28
5.3 - Gestão de pessoas .....	29
5.4 - Gestão de licitação e contratos .....	31

5.5 - Gestão patrimonial e infraestrutura .....	31
5.6 - Gestão da tecnologia da informação .....	32
5.7 - Gestão de custos .....	32
5.8 - Sustentabilidade ambiental .....	32
6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	33
6.1 – Declaração do contador .....	33
6.2 – Demonstrações Contábeis .....	35
6.2.1 - Balanço Patrimonial (BP) .....	34
6.2.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) .....	35
6.2.3 – Balanço Orçamentário (BO) .....	37
6.2.4 - Balanço Financeiro (BF) .....	39
6.2.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	40
6.3 – Notas Explicativas .....	41
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES .....	42
7.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados? .....	42
7.2 - Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado .....	42
7.3 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	42
8 - ANEXOS E APÊNDICES .....	43
8.1 – Rol de Responsáveis da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República .....	43

## MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Ao longo do exercício de 2018 a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para definir sua missão institucional e seus objetivos estratégicos, mas a atuação da secretaria pautou-se pelas competências atribuídas pelo Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018:

I - política nacional pesqueira e aquícola, abrangidos a pesquisa, a produção, o transporte, o beneficiamento, a transformação, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem;

II - fomento da produção aquícola e pesqueira;

III - implantação e manutenção de infraestrutura de apoio à pesquisa, ao controle de sanidade aquícola e pesqueira e à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura;

IV - organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;

V - elaboração de análise de risco de importação referente a autorizações para importações de produtos pesqueiros vivos, resfriados, congelados e derivados;

VI - normatização da atividade pesqueira;

VII - fiscalização das atividades de aquicultura e de pesca no âmbito de suas atribuições e competências;

VIII - concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendidos as águas continentais e interiores e o mar territorial da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, as áreas adjacentes e as águas internacionais, excluídas as unidades de conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:

a) pesca comercial, incluídas as categorias industrial e artesanal;

b) pesca de espécimes ornamentais;

c) pesca de subsistência; e

d) pesca amadora ou desportiva;

IX - autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade;

X - operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997; e

XI - pesquisa aquícola e pesqueira.

As prioridades trabalhadas foram: estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva, fornecer subsídios para execução de políticas para o fomento da atividade de pesca e melhorar o monitoramento e controle da frota pesqueira nacional.

Contemplando as prioridades definidas, promoveu-se a implantação e ampliação de reservatórios destinados à produção aquícola e pesqueira; formalizou-se um Termo de Execução Descentralizada – TED com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF visando subsidiar a produção de pesquisas e o fornecimento dos insumos necessários ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e aquícola; prorrogou-se até 2020 o Projeto de Cooperação Internacional desenvolvido em parceria entre a SEAP/PR, Organização das Nações



Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e a Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC; operacionalizou-se o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras; e foram identificadas as necessidades de melhorias no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS e no Sistema CentralMapas; do SisRCC - Regime Nacional de Certificação de Capturas.

Os desafios e perspectivas da secretaria são a promoção e o desenvolvimento da aquicultura de maneira sustentável, o fortalecimento da cadeia produtiva aquícola, considerando sua diversidade e visando o aumento da produção, a inclusão social, a geração de renda e a consolidação da atividade na economia do Brasil.

**DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA**

## 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1 - Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão

No exercício de 2018 a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para definir sua missão e sua visão, mas a atuação da secretaria pautou-se pelas competências atribuídas pelo Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018.

A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, em decorrência do Decreto 9.667 de 02 de janeiro de 2019, foi extinta e suas atribuições e competências passaram para a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA. O MAPA providenciará a revisão de seu planejamento estratégico no qual a SAP/MAPA terá definida sua missão e visão.

### 1.2 – Composição acionária do capital social

Não há.

### 1.3 – Participação em outras sociedades

Não há.

### 1.4 - Estrutura organizacional

A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – SEAP/PR foi estruturada pelo Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018, da seguinte forma:

#### 1.4.1 - Gabinete

##### 1.4.1.1 – Coordenação-Geral de Gestão de Processos Internos

##### 1.4.1.2 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

#### 1.4.2 - Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura

#### 1.4.3 - Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca

#### 1.4.4 - Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca

#### 1.4.5 - Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca

### 1.5 - Ambiente externo

A SEAP/PR manteve, durante o exercício de 2018, relacionamento com a sociedade de modo geral, associações e representantes de entidades de classe. Os atos referentes ao relacionamento com os agentes do ambiente externo foram divulgados em jornais de grande circulação e em mídias oficiais.

### 1.6 - Modelo de negócios (cadeia de valor)

Durante o exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para elaboração de um modelo de negócios. O MAPA providenciará a revisão de seu modelo de negócios no qual a SAP/MAPA será incluída.

## 2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

### 2.1 - Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

No exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para definir os principais objetivos estratégicos e especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão. O MAPA providenciará a definição de seus principais objetivos estratégicos na qual a SAP/MAPA será incluída.

### 2.2 - Descrição das estruturas de governança

Ao longo do exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para elaboração de uma estrutura de governança. O MAPA providenciará a revisão de sua estrutura de governança na qual a SAP/MAPA será incluída.

### 2.3 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os principais canais que a SEAP/PR utilizou ao longo do exercício de 2018 para comunicar-se com a sociedade e partes interessadas foram os jornais de grande circulação e em mídias oficiais.

## 3 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 3.1 - Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício

O Controle Interno é um conjunto de atividades, planos e métodos criados para mitigar riscos em determinado órgão ou empresa, assegurando que os objetivos da organização sejam alcançados. É possível classificar a natureza dos riscos, o qual permite sua agregação de uma forma organizada e de acordo com a natureza em função das áreas da organização. Essa tipificação visa assegurar a definição de uma linguagem comum de riscos dentro da organização, considerando uma descrição ampla dos tipos de risco. Classificam-se em:

- Riscos estratégicos: estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização;
- Riscos Operacionais: estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas;
- Riscos Financeiros: são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização;
- Risco Tecnológico: são falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais);
- Riscos Ambientais: são os associados à gestão inadequada de questões ambientais, como os decorrentes da disposição inadequada de resíduos;
- Riscos de Conformidade: é a falta de habilidade ou disciplina da organização para cumprir com a legislação e/ou regulamentação externa aplicáveis ao negócio e às normas e procedimentos internos.

Destarte, é estritamente necessária a implantação de modelo de gestão de riscos e controles em uma organização para gerenciar os riscos.

A priori, o ambiente para o Controle Interno deve possuir uma estrutura adequada que segregue as funções e atividades incompatíveis e avalie as responsabilidades equivalentes de cada indivíduo, bem como oferecer treinamentos, capacitações e avaliações de desempenho. Nesse ambiente deve-se priorizar a gestão proativa e as decisões e inovações em suas ações, considerando os riscos e medidas para tratá-los.

O gerenciamento de riscos começa na definição da estratégia, identificando, avaliando e gerindo os riscos, deste modo, há de se identificar os eventos de risco que poderão acontecer, bem como os seus impactos e suas causas. Assim, observando os riscos e montando estratégias para a sua identificação, há descontinuação das atividades que geram riscos para a organização.

É importante também estabelecer controles internos como procedimentos de autorização e aprovação, controles de acesso a recursos e registros, revisões e avaliações de desempenho operacional.

Por fim, o modelo de gestão de risco e controle deve se atentar aos sistemas de informação e monitoramento, os quais devem funcionar como forma de comunicação entre todos os níveis e em todos os sentidos na entidade, assim, garante a base para um processo decisório eficiente, bem como, as pessoas devem receber informação clara, precisa e a tempo para cumprir as suas atribuições. Para isso deve-se verificar planos, objetivos, metas, valores, riscos e controles transmitidos a todas as partes envolvidas. No monitoramento há de se observar uma gestão que envolva os gestores no monitoramento dos riscos e controles, e cobrar suas responsabilidades.

Na SEAP/PR é observada a estratégia para a disseminação dos altos riscos na gestão, que era conduzida pelo controle interno, propondo planos e metas para a identificação dos eventos que geram riscos para a gestão e a busca de métodos para diminuir seus impactos.

## 4 - RESULTADOS DA GESTÃO

### 4.1 - Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura – DEPOA

#### Programa: 2052 - Pesca e Aquicultura

Objetivo: 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Meta: 04IA Promover a implantação e a regularização da aquicultura em 25 reservatórios da União - Meta prevista para o final do PPA: 25 Reservatórios

Em 2018 foram vencidas 42 áreas das 68 áreas licitadas, sendo distribuídas nos reservatórios da UHE Moxotó, UHE Itaparica, Rio Cricaré em São Mateus, UHE São Simão, UHE Serra da Mesa, UHE Itumbiara, UHE Três Marias, UHE de Boa Esperança, UHE de Salto Caxias, UHE Capivara, UHE Segredo, UHE de Porto Primavera e UHE Chavantes, com capacidade de produção de aproximadamente 39.368,4 toneladas (pirapitinga, matrinxã, piauaçu, surubim, pirarucu e tilápia, a mais expressiva) por ano e geração de aproximadamente 293 empregos diretos.

Meta: 04IB Promover a implantação e a regularização da aquicultura marinha em 14 estados costeiros - Meta prevista: 14 Unidades da Federação

No ano de 2018, foram realizados processos seletivos públicos visando a cessão de uso de Águas da União marinhas para fins de aquicultura na modalidade área aquícola. Na região Nordeste foram licitadas 6 áreas aquícolas, no entanto só houve vencedor para uma área aquícola no estado do Ceará com produção de 46 toneladas/ano, de algas. Na região Sudeste foram licitadas 8 áreas aquícolas nos estados de São Paulo e 1 no Espírito Santo, no entanto só houve vencedor para 2 áreas no estado de São Paulo, com capacidade de produção de 16,2 toneladas por ano de mexilhão e algas.

Parques aquícolas – impeditivo para realização das licitações das áreas dos parques aquícolas devido ao ano eleitoral.

Referente a meta 04IB encontram-se em execução os convênios 17/2012 com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR), que tem por objetivo Promover o monitoramento ambiental e a gestão de Parques aquícolas licenciados para a atividade de malacocultura em Santa Catarina e o 65/2013, com a Prefeitura de São Sebastião, que visa estudos para implantação de Parques Aquícolas em Águas Públicas Marinhas no município de São Sebastião-SP, para Unidades Produtivas Monitoradas, com Assistência Técnica e Extensão Aquícola e Pesqueira. Contudo, não houve repasse de recursos no ano de 2018.

Vinculadas às metas 04IA e 04IB, em 2018 foram realizadas ações através da Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura (Rede), resultado da parceria entre a SEAP e a Embrapa. A Rede foi regulamentada por meio da Portaria Nº 153, de 14 de agosto de 2018, que institui a Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União, com objetivo de gerar subsídio técnico científico à política aquícola para planejamento, ordenamento e monitoramento da aquicultura em águas da União.

Em abril de 2018 foi realizado o Workshop de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura onde foram definidas estratégias de atuação para a Rede, com a presença de instituições de ensino e pesquisa, órgãos de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental da atividade e representantes do setor produtivo. Ainda em julho de 2018 foi realizada campanha de coleta de dados no reservatório de Ilha Solteira, atividade também parte do Projeto Componente Manejo e Gestão Ambiental da Aquicultura (BRS AQUA). Em outubro de 2018 e



fevereiro de 2019 realizaram-se campanhas em Parques Aquícolas marinhos no estado de Santa Catarina, determinando parâmetros de qualidade da água e sedimento, além de determinação de fluxos de gases de efeito estufa em áreas de maricultura.

Para alcance das metas foram executados 295 pareceres de geoprocessamento (processos de cessão e termos de entrega) e 255 pareceres de análise técnica em aquicultura (processos de cessão). Em relação a cessão de áreas aquícolas em Águas da União foram emitidos Documentos de Arrecadação da Receita Federal (DARF) com estimativa de arrecadar em torno de R\$ 991.149,35 aos cofres da União.

Não houve execução das metas 04IC, 04IF, 04IG, 04IH, 04II e 04JW em função das frequentes mudanças sofridas pela Secretaria da Aquicultura e da Pesca desde a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, incorporada à estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, Presidência da República - PR e atualmente tendo retornado ao MAPA, o que resultou em sucessivos cortes financeiros e orçamentários, redução do quadro de pessoal, mudanças estruturais e metodológicas de trabalho e falta de continuidade das políticas públicas.

Meta: 04IE Implantar o programa para interiorização da carcinicultura em 11 unidades da federação

Foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada - TED com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf para subsídios à produção de pesquisas e tecnologias, capacitação, assessoria técnica e fornecimento de insumos necessários ao desenvolvimento sustentável da atividade e inclusão produtiva em 2017 no valor de R\$ 1.000.000,00 em Pernambuco, na qual as metas estão em execução.

O Projeto de Cooperação Internacional – UTF/BRA/084/BRA, desenvolvido em parceria entre a SEAP/PR, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e a Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC, foi prorrogado em dezembro de 2018 com vigência até dezembro de 2020. O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da aquicultura promovendo o fortalecimento da cadeia produtiva aquícola, com sua diversidade e ordenamento para a geração de aumento de produção e inclusão social, além de proporcionar incremento de renda e oferta de emprego para as populações de baixa renda e demais atores relevantes do setor.

Em 2018 foram executadas 18 contratações, sendo 16 consultorias Pessoa Física na modalidade produto e 2 contratações Pessoa Jurídica na modalidade Carta de Acordo, conforme descrito a seguir: Carta de Acordo 2/2018 entre a SEAP, FAO e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, cujo objetivo foi o diagnóstico dos procedimentos de regularização de empreendimentos aquícolas em busca da priorização de ações que proporcionem condições de nortear os projetos aquícolas para atuação em bases sustentáveis, de forma que as políticas públicas sejam eficazes com base em informações consistentes.

Visando levantar as dificuldades enfrentadas pelo setor produtivo para a regularização de seus empreendimentos foi realizado em setembro de 2018 o Workshop de Regularização da Aquicultura, resultando numa Carta de Demandas do setor; - Carta de Acordo nº 4/2018, entre a SEAP, FAO e CNA, que teve por objetivo a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura, contendo ações prioritárias que proporcionem condições de fortalecer o crescimento competitivo e sustentável da atividade. Para o levantamento das principais problemáticas relacionadas aos segmentos da cadeia produtiva da aquicultura por região, foi realizada, em 28 de novembro de 2018, uma Oficina que resultou na apresentação de propostas de ações de curto, médio e longo prazos, validadas pelo setor produtivo.

No que se refere à atividade aquícola como medida de gestão para continuidade do atendimento das metas e as necessidades do setor produtivo, no ano de 2019 dar-se-á prosseguimento às ações de regularização da aquicultura em águas da União, efetuando os processos de licitação e liberação de áreas aquícolas, revisando o marco legal e normativo no que tange ao Decreto 4.895/2003 e à INI 06/2004, executando distratos dos processos de autorização de uso de águas da União considerando a ausência de respostas ou solicitações de desistências pelos requerentes e viabilizar o processo de informatização das atividades internas.

Para o próximo exercício pretende-se:

. Buscar apoio das Superintendências Federais de Agricultura – SFA’s para solucionar o passivo de acompanhamento e fiscalização de convênios com diferentes Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal;

- Incentivar a realização de pesquisas, desenvolvimento e inovação por meio da retomada da rede Recarcina, do Projeto BRS AQUA, das Câmaras Setoriais, dos assentos de representação nacionais e internacionais, das tratativas sobre desoneração das rações, das ações dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, bem como apoiar entidades e organizações do setor responsáveis pelos serviços de assistência técnica e extensão aquícola;

- Subsidiar a Rede Nacional de Pesquisa e Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União nas ações de monitoramento ambiental da aquicultura e na implantação de Coordenações Regionais;

- Apoiar ações voltadas ao desenvolvimento da aquicultura visando contribuir para a desburocratização do licenciamento ambiental junto ao Ministério do Meio Ambiente - MMA e órgãos congêneres;

- Promover o desenvolvimento da aquicultura de maneira sustentável, o fortalecimento da cadeia produtiva aquícola, considerando sua diversidade e visando o aumento da produção, a inclusão social, a geração de renda e a consolidação da atividade na economia do Brasil.

As ações devem ter como parceiros a FAO, por meio da contratação de consultores técnicos e através de Cartas de Acordo, CNA, EMBRAPA, ABEMA, ANVISA, MAPA, ABCC, PEIXEBr, CODEVASF, SINDIRAÇÕES, ABINPET, Universidades, Institutos de Pesquisa e demais órgãos ligados ao setor.

#### 4.2 - Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca – DEPOP

A pesca é uma atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de Costa e também nas áreas continentais (rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes), apresentando elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores nas regiões.

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959 de 2009), a atividade de pesca é atualmente dividida nas seguintes categorias: artesanal, industrial, científica, amadora e de subsistência. Conforme o último boletim estatístico da Pesca e Aquicultura, a produção pesqueira extrativa no Brasil gira em torno de 800 mil toneladas, sendo atribuída à pesca marinha a maior parte desta produção.

As competências atribuídas à área de ordenamento pesqueiro da Secretaria são:

- Propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento sustentável da pesca;
- Propor medidas e critérios de ordenamento das atividades de pesca: industrial e artesanal, de espécimes ornamentais, de subsistência, amadora ou desportiva;

- Buscar o envolvimento institucional interno e externo relacionado com o ordenamento da atividade pesqueira;
- Identificar cenários favoráveis para a pesca, com base nas políticas e diretrizes governamentais;
- Acompanhar o desdobramento das diretrizes em metas e o estabelecimento de indicadores de desempenho para a pesca;
- Promover estudos, diagnósticos e avaliações sobre os temas de sua competência;
- Implementar as ações decorrentes de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros e organismos nacionais e internacionais relativos aos assuntos de sua competência;
- Analisar os pedidos de autorização, no âmbito do ordenamento, de embarcações nacionais, de arrendamento e nacionalização de embarcações de pesca, e para operação de embarcações estrangeiras de pesca, nas hipóteses previstas em acordos internacionais de pesca firmados pelo País;
- Promover e coordenar o sistema de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- Fornecer subsídios para execução de políticas para o fomento e a pesquisa da atividade de pesca.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, disposta na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, define o ordenamento da atividade de pesca como sendo o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmicos, econômicos e sociais.

O Governo brasileiro instituiu o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, legalmente definido por meio do Decreto nº. 6.981, de 13 de outubro de 2009 e Portaria Interministerial MPA/MMA nº 5, de 1º de setembro de 2015, o qual funcionou até o ano de 2018 em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente – MMA e tem como finalidade assessorar os órgãos gestores no estabelecimento das medidas de ordenamento aplicadas aos recursos. O Sistema apresenta em sua estrutura: a Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP, Comitês Permanentes de Gestão - CPGs, Câmaras Técnicas - CTs e Grupos de Trabalho - GTs.

Os Comitês são as principais estruturas consultivas, são instâncias de composição paritária entre órgãos do governo e representações da sociedade civil organizada que tenham interface com o uso dos recursos pesqueiros no País, incluindo os segmentos da pesca extrativa (pescador artesanal, pescador industrial e pescador amador, quando couber), do setor pós-captura (processamento e comercialização) e de Organizações Não Governamentais ambientalistas. Possuem em sua assessoria os Subcomitês Científicos (SCC) e Subcomitês de Acompanhamento, os Científicos são integrados por pesquisadores, técnicos e/ou profissionais com notório saber na área afim, para assegurar que os estoques pesqueiros sejam explorados em níveis compatíveis com os rendimentos máximos sustentáveis. Destaca-se que essa estrutura de discussão das normas atualmente passa por adequações quanto ao seu arcabouço legal.

O Departamento coordena as atividades de 9 Comitês de Gestão existentes:

- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG Atuns e Afins- Criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 5 de abril de 2011;
- Comitê Permanente de Gestão da Pesca da Lagosta - CGPL Lagosta - Criado pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 20 de abril de 2010;

- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Camarões Norte e Nordeste - CPG Camarões N-NE - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 6, de 1º de setembro de 2015;
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos - CPG Pelágicos Sudeste e Sul - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 7, de 1º de setembro de 2015;
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais e Pelágicos Norte e Nordeste - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 8, de 1º de setembro de 2015;
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável de Recursos Demersais Sudeste e Sul - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 9, de 1º de setembro de 2015;
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul - CPG Centro-Sul - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 10, de 1º de outubro de 2015;
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas Amazônica e Tocantins/Araguaia - CPG Norte - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 1, de 1º de outubro de 2015; e
- Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros das Bacias Hidrográficas do Nordeste - CPG Nordeste - Criado pela Portaria Interministerial MPA-MMA nº 12, de 1º de outubro de 2015.

Para os Comitês de Gestão e seus subcomitês científicos são previstas, anualmente, até três reuniões ordinárias, podendo haver reuniões extraordinárias, a depender da urgência das demandas.

Em 2018 houve a continuidade das discussões no âmbito desses Comitês e foram iniciadas as atividades do CPG Camarões Norte e Nordeste, conforme cronograma de reuniões a seguir:

*Figura 1 – Cronograma de reuniões do CPG Camarões Norte Nordeste*

REUNIÕES	DATA
2ª Sessão Ordinária do Subcomitê Científico do CPG Pelágicos SE-S	13 e 14 de março de 2018
1ª Sessão Extraordinária do CPG Atuns e Afins	20 de março de 2018
4ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos Sudeste e Sul	5 e 6 de abril de 2018
2ª Sessão Extraordinária do CPG Atuns e Afins	17 de maio de 2018
10ª Sessão Ordinária do CPG Lagosta	12 e 13 de junho de 2018
3ª Sessão Extraordinária do CPG de Atuns e Afins	16 de agosto de 2018
1ª Sessão Extraordinária do CPG Bacias Nordeste	11 de setembro de 2018
2ª Sessão Ordinária do Subcomitê Científico do CPG Bacias do Nordeste	7-8 e 9 de novembro de 2018
3ª Sessão Ordinária do CPG Bacias Nordeste	29 de novembro de 2018
3ª Sessão Ordinária do Subcomitê Científico do CPG Pelágicos SE-S	8 e 9 de novembro de 2018
5ª Sessão Ordinária do CPG Pelágicos SE-S	21 e 22 de novembro de 2018
3ª Sessão Ordinária do CPG Norte	10 e 11 de dezembro de 2018
3ª Sessão Ordinária do Subcomitê Científico do CPG Norte	11 e 12 de dezembro de 2018
1ª Sessão Ordinária do CPG Camarões Norte e Nordeste	6 e 7 de dezembro de 2018
10ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins	18 de dezembro de 2018



A partir das discussões no âmbito do ordenamento da pesca, foram publicadas no ano de 2018 as seguintes regulamentações:

- Portaria Interministerial SG-MMA nº 38, de 26 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e para a recuperação dos estoques da espécie *Cardisoma guanhumi* (guaiamum, goiamú, caranguejo-azul);
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 39, de 26 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Genidens barbuis* (bagre-branco);
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 40, de 27 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 41, de 27 de julho de 2018 - regulamenta a pesca da garoupa-verdadeira (*Epinephelus marginatus*) nas águas jurisdicionais brasileiras;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 42, de 27 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Lutjanus purpureus* (pargo);
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 43, de 27 de julho de 2018 - regulamenta a pesca da espécie *Sciades parkeri* (gurijuba) nas águas jurisdicionais brasileiras;
- Portaria Interministerial SG-MMA 59-B - define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Scarus trispinosus* (budião-azul);
- Portaria Interministerial SG-MMA 59-C - permite o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Mycteroperca interstitialis*, conhecido como Badejo-Amarelo; *Mycteroperca bonaci*, conhecido como Sirigado; *Epinephelus morio*, conhecido como Garoupa-de-São-Tomé, *Lutjanus cyanopterus*, conhecido como Caranha;
- Edital nº 1-2018 – teve por objetivo habilitar requerimentos para Autorização de Pesca para 7 (sete) embarcações atuarem na captura específica do peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*) nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul entre o paralelo de 21º00'S e limite sul da Zona Econômica Exclusiva brasileira, nos moldes da modalidade prevista na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011. Os resultados foram publicitados por meio das Portarias SEAP/PR nº 319, de 7 de novembro de 2018, Portaria SEAP/PR nº 390, de 13 de dezembro de 2018, e Portaria SEAP/PR nº 394, 21 de dezembro de 2018. Ao total foram habilitadas 7 embarcações;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 59-A, de 9 de novembro de 2018, que definiu as medidas, os critérios e os padrões para a pesca de cardume associado e para outros aspectos da pesca de atuns e afins no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas águas internacionais por Embarcações de pesca brasileiras;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 48, de 24 de setembro de 2018, que estabelece critérios e procedimentos para o exercício da pesca no Complexo Lagunar de Maricá/RJ;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 47, de 11 de setembro de 2018, estabeleceu medidas de ordenamento relacionadas ao exercício da atividade pesqueira embarcada para a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba-ruça (*Artemesia longinaris*) na área costeira e marinha do Estado do Espírito Santo;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 24, de 15 de maio de 2018, estabeleceu normas, critérios e padrões para o exercício da pesca em áreas determinadas para a captura de tainha (*Mugil liza*), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil e estabeleceu cota de captura da espécie para o ano de 2018;



▪ Portaria Interministerial SG-MMA nº 54, de 26 de setembro de 2018 - divulgou a relação dos Municípios do Estado do Ceará pertencentes à região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental onde não existem alternativas de pesca.

Além de atos normativos trabalhados, a Secretaria operacionalizou o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras. Esse programa foi criado pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997, e encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 7.077, de 26 de janeiro de 2010 e Instrução Normativa MPA nº 10, de 14 de outubro de 2011. A Subvenção prevê uma equalização do preço do óleo diesel nacional frente ao preço do óleo diesel internacional, visando um poder de competitividade do pescado brasileiro e proporcionando maior rentabilidade aos pescadores partícipes. Consiste de Isenção integral do ICMS e ressarcimento de até 25% do preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras. Para 2018 foram habilitadas 1904 embarcações, conforme atos normativos: Portaria SEAP nº2.537, de 29 de 2017, Portaria SEAP nº151, de 23 de janeiro de 2018, Portaria SEAP nº14, de 17 de maio de 2018, Portaria SEAP nº15, de 17 de maio de 2018 e Portaria nº 66, de 11 de janeiro de 2018. A seguir apresenta-se as habilitações de forma detalhada:

Figura 2 – Quantitativo de embarcações habilitadas ao Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de 2018

Quantitativo de Embarcações Habilitadas ao Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de 2018			
REGIÃO	U.F.	ENTIDADE	QTE
NORDESTE	AL	COOPAIBA	121
		SINDIPESCA	159
		ASSOCIAÇÃO VIRGEM PODEROZA	30
	CE	COOPACE	81
		COOPPELL	120
		ASPEMARF	121
		PB	Z3 ANDRÉ VIDAL
	RN	SINDIPESCA -RN	13
		ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES E PROPRIETÁRIOS DE BARCOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	9
	SE	CONDEPI	20
		ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADOS DE PIRAMBU	7
		ASEAPA	2
		ASSAPAJU	25
	PE	AAPPE	3
		ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DE PESCA DE PERNAMBUCO	19
	PI	APEL	58
		COOPPELL	15
		SINDIPESCA - PI	13
	<b>TOTAL POR REGIÃO</b>	<b>NORDESTE 19 ENTIDADES</b>	<b>840</b>
NORTE	AP	SINDIPAM	44
	PA	SINPESCA	18
		COOMPESCAR	41
	<b>TOTAL POR REGIÃO</b>	<b>NORTE - 03 ENTIDADES</b>	<b>103</b>
SUDESTE	ES	APEMASC	42

### Quantitativo de Embarcações Habilitadas ao Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de 2018

REGIÃO	U.F.	ENTIDADE	QTE
		ASSOCIAÇÃO DE ARMADORES E MARICULTORES DE ANCHIETA - ES	59
		Z-5 MARIA ORTIZ	68
	SP	SAPESP	97
		COLÔNIA Z-8	2
		COLÔNIA Z-6	31
	RJ	Z-14	43
		SAPERJ	148
<b>TOTAL POR REGIÃO</b>	<b>SUDESTE - 07 ENTIDADES</b>	<b>490</b>	
SUL	SC	SINPESCASUL	45
	RS	SINDARPES	23
		SINDICATO DA IND. DA PESCA DE DOCES E DE COM.	7
		SINDIPI	353
		SINDIPESCA	42
	<b>TOTAL POR REGIÃO</b>	<b>SUL - 05 ENTIDADES</b>	<b>470</b>
INDIVIDUAL	RN	NAVEMAR	1
<b>TOTAL:</b>	<b>14 ESTADOS</b>	<b>34 ENTIDADES</b>	<b>1904</b>

Foram iniciadas as atividades dos projetos de pesquisa aprovados no âmbito da Chamada MCTI/MPA/CNPQ Edital nº 22/2015 “Ordenamento da pesca marinha”. A chamada foi formalizada ainda entre o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, visando fomentar a produção de conhecimento aplicado sobre o uso dos principais estoques pesqueiros marinhos da costa brasileira, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da pesca, com o intuito de subsidiar o ordenamento pesqueiro de forma sustentável. Foram 5 projetos aprovados no montante de R\$ 8.079.165,47 (oito milhões, setenta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Foi dada continuidade à implementação do Projeto REBYC II - LAC “Sustainable Management of Bycatch in Latin America and Caribbean Trawl Fisheries (Gestão Sustentável da Captura Incidental nas Pescarias de Arrasto da América Latina e Caribe)”. Esse Projeto visa reduzir a perda de alimentos e apoiar meios de subsistência sustentáveis, melhorando a gestão e a utilização da fauna acompanhante. O Projeto possui dois objetivos:

- Reduzir o impacto dos ecossistemas e alcançar uma pesca de arrasto de camarões mais sustentável na América Latina e Caribe mediante a aplicação de um enfoque ecossistêmico da pesca, incluindo a captura incidental e a gestão do impacto no habitat;
- Fortalecer a capacidade de recuperação das comunidades costeiras através do fomento de práticas de pesca responsáveis e da melhoria e diversificação dos meios de vida, o que contribui para a segurança alimentar e a erradicação da pobreza.

O REBYC – II LAC facilitará a colaboração regional, mediante a busca de soluções institucionais, tecnológicas e de desenvolvimento que sejam apropriadas a nível local, e contribuirá ao mesmo tempo na criação de benefícios ambientais mundiais e regionais. Os pescadores e trabalhadores da pesca são os atores e sócios chaves a nível local, onde o Projeto promoverá a cogestão dos recursos pesqueiros com enfoque ecossistêmico dos grupos de interesse, o

fortalecimento de cadeia de valor em relação com a captura incidental e com os meios de vida distintos da pesca. São seis países que participam do Projeto REBYC – II LAC, a saber, Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, Suriname, Trinidad e Tobago. Esses países compartilham águas e recursos marinhos dos Oceanos Pacífico e Atlântico, região com área considerável que abarca uma grande diversidade de recursos marinhos e de pesca. A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca é a responsável por apoiar financeiramente o Projeto REBYC II - LAC no Brasil. O valor aportado pela Secretaria em 2018 foi de R\$ 2.001.464,52 (dois milhões, um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Foram finalizadas as atividades técnicas do projeto de cooperação técnica internacional realizado em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI com o objetivo de formular as ações de implantação de políticas e programas de inovação para o apoio ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro brasileiro, cujas consultorias especializadas contratadas subsidiarão o ordenamento da atividade pesqueira de diversas espécies, regiões e modalidades de pesca.

Em 2018 o projeto teve como principais produtos um seminário nacional de apresentação das consultorias contratadas e um Livro intitulado “subsídios ao ordenamento da pesca nacional”.

A Secretaria, por meio de sua área técnica de ordenamento, também trabalhou os seguintes convênios:

Figura 3 – Convênios de Emendas Parlamentares

Proponente	Proposta SICONV	Modalidade	Processo SEI - SEAP	Autor	Emenda	Código do Programa	Objeto	Valor da Emenda	Publicação no DOU	Situação
Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM	54867/2018	Convênio	00350.002299/2018-02	Deputado Silas Câmara	34960003	2012420180007	A AQUISIÇÃO DE TRICICLO CARGO A GASOLINA	R\$ 175.000,00	07/01/2019	Convênio firmado com Cláusula Condicionante a ser cumprida pelo Conveniente para a celebração ter efeito.
Prefeitura Municipal de Manicoré/AM	53573/2018	Convênio	00350.001743/2018-64	Deputado Silas Câmara	34960003	2012420180007	Aquisição de embarcação e veículo tração	R\$ 175.000,00	A providenciar	Termo de Convênio foi assinado pelas partes e encaminhado para publicação no DOU.
Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM	53327/2018	Convênio	00350.001314/2018-97	Deputado Silas Câmara	34960003	2012420180007	Implantação e Aquisição de Fabrica de Gelo no município de Benjamin Constant/AM	R\$ 350.000,00	A providenciar	Aguarda-se retorno do Termo de Convênio assinado pelas partes, para então publicar-se no DOU. Foi firmado com Cláusula Condicionante.
Prefeitura Municipal de Tefé/AM	51145/2018	Convênio	00350.001310/2018-17	Deputado Silas Câmara	34960003	2012420180007	Aquisição e Instalação de Fábrica de Gelo no Distrito de Caiambé.	R\$ 350.000,00	A providenciar	Aguarda-se retorno do Termo de Convênio assinado pelas partes, para então publicar-se no DOU. Foi firmado com Cláusula Condicionante.
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas/PA	50337/2018	Contrato de Repasse	00350.002483/2018-44	Deputado Hélio Leite	33390006	2012420180007	RECUPERAÇÃO DO TRAPICHE DA FRENTE DA CIDADE DE SÃO JOÃO DE PIRABAS.	R\$ 400.000,00	A providenciar	Foi encaminhado à Mandatária para continuidade da execução.
Agência de Pesca do AMAPÁ - PESCAP	50382/2018	Convênio	00350.002509/2018-54	Deputado Marcos Reategui	37220011	2012420180006	Fomentar a pesca e manejo de camarão regional Macrobrachium amazonicum na Foz do Mazagão Velho e no Município de Santana propiciando o desenvolvimento, a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos	R\$ 173.590,00	07/01/2019	Apto à execução
Prefeitura Municipal de Ipiacu/MG	51626/2018	Convênio	00350.001209/2018-58	Deputado Tenente Lúcio	37680011	2012420180006	FOMENTO A PRODUÇÃO PESQUEIRA	R\$ 100.000,00	07/01/2019	Apto à execução
Prefeitura Municipal de Conceição da Barra/ES	54242/2018	Convênio	00350.002532/2018-49	Deputado Lelo Coimbra	24910006	2012420180007	Aquisição de Fábrica de Gelo Completa Skid Container de 12 t/dia	R\$ 350.000,00	07/01/2019	Convênio firmado com Cláusula Condicionante a ser cumprida pelo Conveniente para a celebração ter efeito
Prefeitura Municipal de Vitória/ES	53760/2018	Convênio	00350.002836/2018-14	Deputado Givaldo Vieira	32640005	2012420180007	Aquisição de equipamentos para a Associação dos Pescadores, Marisqueiros e Desfiadeiras da Ilha das Caieiras e da Região da Grande São Pedro	R\$ 100.000,00	A providenciar	Aguarda-se retorno do Termo de Convênio assinado pelas partes, para então publicar-se no DOU. Foi firmado com Cláusula Condicionante.
Prefeitura Municipal de Marataizes/ES	51173/2018	Convênio	00350.001315/2018-31	Deputado Givaldo Vieira	32640005	2012420180007	Aquisição de Caminhão Frigorífico para logística de pescados	R\$ 120.000,00	07/01/2019	Apto à execução
Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná/PR	51905/2018	Contrato de Repasse	00350.001316/2018-86	Deputado Toninho Wandscheer	37710006	2012420180007	Construção de Mercado do Peixe em Pontal do Paraná	R\$ 250.000,00	A providenciar	Foi encaminhado à Mandatária para continuidade da execução.
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA - SEAG (Espírito Santo)	63334/2018	Convênio	00350.003106/2018-22	Deputado Lelo Coimbra	24910006	2012420180007	Aquisição de veículos	R\$ 250.000,00	A providenciar	Aguarda-se retorno do Termo de Convênio assinado pelas partes, para então publicar-se no DOU.

Figura 4 – Convênios de Propostas Voluntárias

Proponente	Proposta SICONV	Modalidade	Processo SEI - SEAP	Código do Programa	Objeto	Valor do Repasse - R\$	Situação
Prefeitura Municipal de Primeira Cruz/MA	51221/2018	Contrato de Repasse	00350.002110/2018-73	2012420180005	CONSTRUÇÃO DA CASA DO PESCADOR	400.000,00	Analisada mediante solicitação constante no Memorando 142/2018. Consta empenhada e encaminhada à Mandatária. A publicar no DOU.
Prefeitura Municipal de Conceição do Lago Açu/MA	51262/2018	Contrato de Repasse	00350.002761/2018-63	2012420180005	CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO PEIXE NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU - MA	1.099.200,00	Consta empenhada e encaminhada à Mandatária. A publicar no DOU.
Prefeitura Municipal de Bombinhas/SC	61957/2018	Contrato de Repasse	00350.003017/2018-86	2012420180010	RAMPA ACESSO EMBARCAÇÕES	1.086.845,67	Consta empenhada, encaminhada à Mandatária e publicada no DOU.
Prefeitura Municipal de Centro do Guilherme/MA	63964/2018	Contrato de Repasse	00350.003084/2018-09	2012420180010	CONSTRUÇÃO DO MERCADO DO PEIXE NO MUNICÍPIO DE CENTRO DO GUILHERME/MA	400.000,00	Consta empenhada, encaminhada à Mandatária e publicada no DOU.

Além dessa modalidade foram apoiadas as seguintes iniciativas de pesquisa e apoio a evento:

- Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de gerar dados científicos para subsidiar o processo de ordenamento das pescarias de lagostas na costa brasileira, no valor de R\$ 1.575.255,55 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). O Brasil, a lagosta se destaca como um dos mais importantes recursos pesqueiros para a economia do país e historicamente tem-se apresentado como o principal produto pesqueiro de exportação, fato esse ressaltado pela receita média anual de US\$ 78,6 milhões. Constitui uma das principais espécies destinadas à exportação de pescados do Brasil, com representação de 12% do total capturado do grupo dos crustáceos, com 6.929,2 t conforme últimos dados oficiais. Conforme o Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP existem atualmente 2.967 embarcações cadastradas ao exercício da pesca de lagosta com área de atuação do Amapá ao Espírito Santo;
- Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de diagnosticar e divulgar a potencialidade da pesca esportiva no estado do Ceará no valor de R\$ 1.020.500 (um milhão, vinte mil e quinhentos reais);
- Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Pará – UFPA, com o objetivo de apoiar a realização do XXIII Encontro Brasileiro de Ictiologia – EBI no valor de R\$ 99.999,99 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Tal ação visa maior relação com o setor técnico científico e capacitação dos servidores;
- Foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Lojas de Aquarofilia- ABLAQUARIOFILIA, com o objetivo de possibilitar a utilização do apoio logístico nos procedimentos de recepção de documentos e de entrega de licenças aos associados, bem como colaborar nos debates técnicos e promoção do setor de organismos aquáticos com fins de ornamentação e de aquarofilia;
- Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada para apoio na realização do VIII Congresso Brasileiro de Aquicultura e Biologia Aquática - AQUACIÊNCIA e I Feira Internacional de Aquarismo a serem realizados no Centro de Convenções de Natal – RN no valor de R\$ 179.800,00 (cento e setenta e nove e oitocentos reais);

Em relação à participação da Secretaria nos fóruns de gestão internacionais destaca-se que o Brasil participa principalmente do Comitê de Pesca da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Cofi/FAO) e da Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), dos quais são oriundos diversos eventos e temáticas afetas ao ordenamento pesqueiro. Em 2018, destacamos a participação na 21ª Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico – ICCAT, ocorrida em Dubrovnik de 10 a 19 de novembro de 2018.

Os principais desafios e perspectivas são:

- Continuidade da estrutura de discussão do ordenamento pesqueiro, de forma compartilhada com o setor produtivo, visando o desenvolvimento da atividade de pesca no país;
- Retomada da sistematização da coleta de dados sobre a atividade pesqueira;
- Implementação de procedimentos visando a desburocratização na gestão da pesca;
- Consolidação do órgão gestor da atividade pesqueira.

Por fim destaca-se que a maioria das informações prestadas sobre as ações do Departamento estão em consonância ao PPA 2016-2019, especificamente ao objetivo 1131 “Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira” e ao objetivo 1133 “Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva”.

Devido à mudança institucional no órgão gestor da atividade de pesca no País, desde o final de 2015, as ações planejadas no atual PPA relacionadas ao objetivo 1129 não foram retomadas, não havendo, portanto, evolução das ações e iniciativas em 2018.



### 4.3 - Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca – DRMC

Ao longo do exercício de 2018 foi identificado que o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA encontram-se obsoletos e vulneráveis, que não atendem às demandas atuais de licenciamento de acesso aos recursos pesqueiros.

A perspectiva foi a contratação de uma empresa de assistência de tecnologia da informação para correção dos erros e manutenção do sistema atual, além da elaboração de um novo sistema de gerenciamento do Registro Geral da Atividade Pesqueira, visando a diminuição das fraudes em outras esferas governamentais, mais agilidade, menos burocracia e morosidade no atendimento das demandas e a gestão do acesso aos recursos pesqueiros com planejamento e ordenamento dos recursos em outros âmbitos da gestão ambiental.

Foi identificada a necessidade de atualização dos seguintes programas informatizados: Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS; do Sistema CentralMapas; do SisRCC - Regime Nacional de Certificação de Capturas; os quais estão obsoletos, desativados e/ou vulneráveis, que não atendem às demandas atuais de monitoramento e controle dos recursos pesqueiros.

A perspectiva foi a contratação de uma empresa para realizar a manutenção e evolução do sistema atual; juntamente com a atualização da normativa em vigência (INI nº 02, de 04 de setembro de 2006), visando melhorar o monitoramento e controle da frota pesqueira nacional com objetivo de evitar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, mais agilidade, menos burocracia e morosidade no atendimento das demandas, fornecer subsídios para a gestão do acesso aos recursos pesqueiros com planejamento e ordenamento dos recursos em outros âmbitos da gestão ambiental por meio de dados fornecidos pelo sistema, auxiliando na estatística pesqueira.

Para o Certificado de Acreditação de Origem Legal – CAOL, que foi criado para certificar a origem de produtos pesqueiros objetivando a exportação para o Chile buscou-se ampliar a certificação para os países não pertencentes à União Europeia e Mercosul e dar credibilidade da origem dos produtos pesqueiros exportados pelo Brasil.

Quanto à reformulação da Estatística Pesqueira Nacional, visando o fomento ao setor de pescados brasileiro, a perspectiva era a retomada de recolhimento, tratamento e publicação de dados estatísticos pesqueiros, reporte de dados estatísticos das espécies de atuns e afins para a Comissão Internacional de Conservação dos Atuns dos Atlânticos – ICCAT e subsídios para a gestão dos recursos pesqueiros com planejamento e ordenamento dos recursos em outros âmbitos da gestão ambiental.

Ademais, ao longo de 2018 foram publicadas informações sobre o cenário atual dos setores pesqueiro e aquícola brasileiro.

## 5 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### 5.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

Durante o exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para definição de estratégias para alcançar os principais objetivos, planos de alocação de recursos, principais desafios e ações futuras. O MAPA providenciará a definição de suas estratégias, planos de alocação de recursos, principais desafios e ações futuras nos quais a SAP/MAPA será incluída.

### 5.2 - Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018) consignou à Unidade Orçamentária 20124 - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP dotação orçamentária no total de R\$ 91.561.916,00. Contudo, cancelamentos de dotações no montante de R\$ 4.989.304,00 redimensionaram o orçamento de 2018 para a montante de R\$ 86.572.612,00.

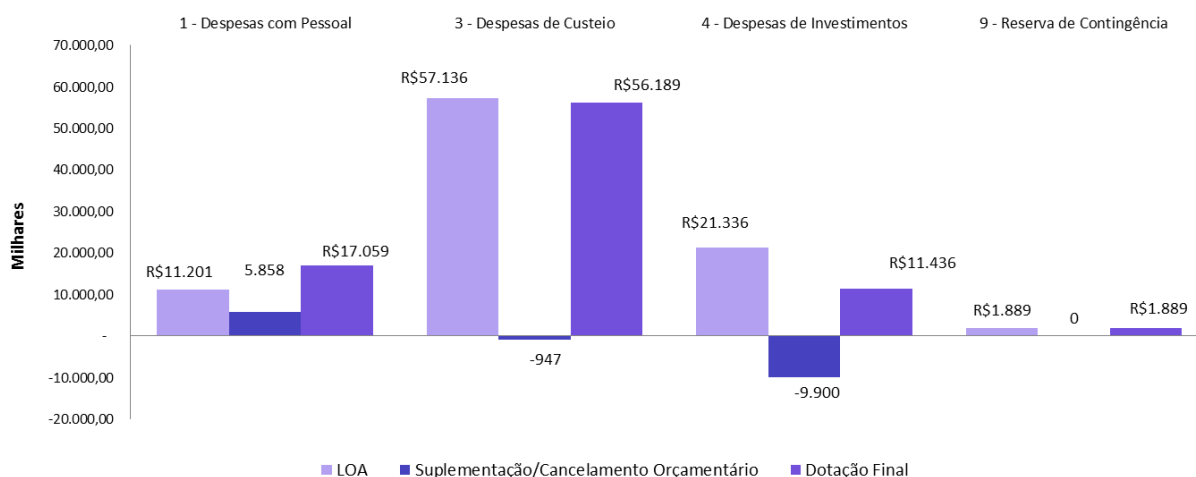


Figura 5 - Variação Orçamentária na Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca

Fonte: Tesouro Gerencial

#### 5.2.1 - Execução Orçamentária

Em 2018, a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP teve como dotação orçamentária final o montante de R\$ 86.572.612,00. Desse total foram empenhadas R\$ 64.609.630,48, liquidadas R\$ 37.450.618,60 e pagas 35.877.479,27.

A execução das despesas (liquidação) verificou-se em três grupos de despesas: Investimentos, custeio e despesas com pessoal.

Despesa	2018			
	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Pagamento com pessoal	17.058.986,00	12.578.397,42	12.578.397,42	11.246.689,43
Custeio	56.188.725,00	42.247.312,25	24.858.436,18	24.617.004,84
Investimento	11.436.105,00	9.783.920,81	13.785,00	13.785,00
Reserva de Contigência	1.888.796,00			
<b>Total</b>	<b>86.572.612,00</b>	<b>64.609.630,48</b>	<b>37.450.618,60</b>	<b>35.877.479,27</b>

Figura 6 – Execução Despesas

Fonte: Tesouro Gerencial

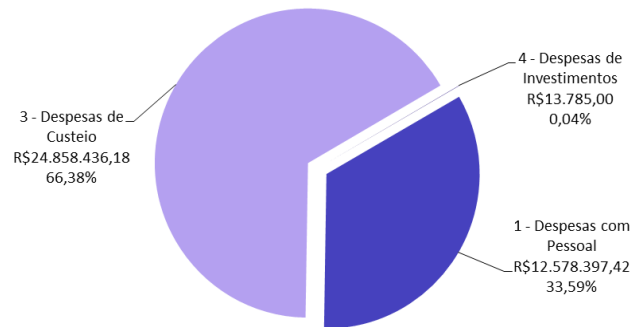


Figura 7 – Despesas Liquidadas

Fonte: Tesouro Gerencial

### Execução por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela acima apresenta o desempenho orçamentário da SEAP por Grupo de natureza de despesa.

#### Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 12.578.397,42. Deste montante, dois gastos se destacam e representam mais de 90% da despesa: vencimentos e vantagens fixas, 83,35% da despesa, e obrigações patronais, 15,93%.

#### Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Em 2018, a execução das despesas de custeio totalizou R\$ 24.858.436,18, que inclui despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Os dispêndios mais relevantes foram “Outros Serviços de Terceiros” (R\$ 11.244.101,44), 45,24% desta despesa, e “Locação de Mão de Obra” (R\$ 9.108.514,95) 36,64%.

Em outros serviços de terceiros destacam-se os serviços de manutenção e conservação de bens imóveis (R\$ 3.817.749,24), os gastos com exposições, congressos e conferências (R\$ 1.178.059,00), a manutenção e conservação de máquinas e equipamentos (R\$ 1.061.697,98) e dispêndios com entidades representativas de classe (R\$ 1.046.300,00). Quanto à locação de mão de obra, tomam relevo o apoio administrativo técnico operacional (R\$ 5.252.728,38) e a vigilância Ostensiva (R\$ 3.191.050,80).

## Grupo 4 – Investimentos

Os investimentos somaram R\$ 13.785,00, aplicados integralmente em equipamentos e material permanentes, sendo R\$ 13.010,00 em material de tecnologia da informação e R\$ 775,00 em aparelhos de medição e orientação.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

- Finalísticas: política nacional pesqueira e aquícola, o fomento da produção pesqueira e aquícola, a implantação e manutenção de infraestrutura de apoio à pesquisa, ao controle de sanidade pesqueira e aquícola, dentre outros.
- Administrativas: serviços de apoio às atividades finalísticas;
- Obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente.

### 5.2.2 - Valores Autorizados de Movimentação e Empenho

Os Decretos de Programação Orçamentária e Financeira estabeleceram limites de movimentação e empenho à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca - SEAP no exercício de 2018. Nestes termos, o gráfico abaixo explicita o os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho das despesas discricionárias.

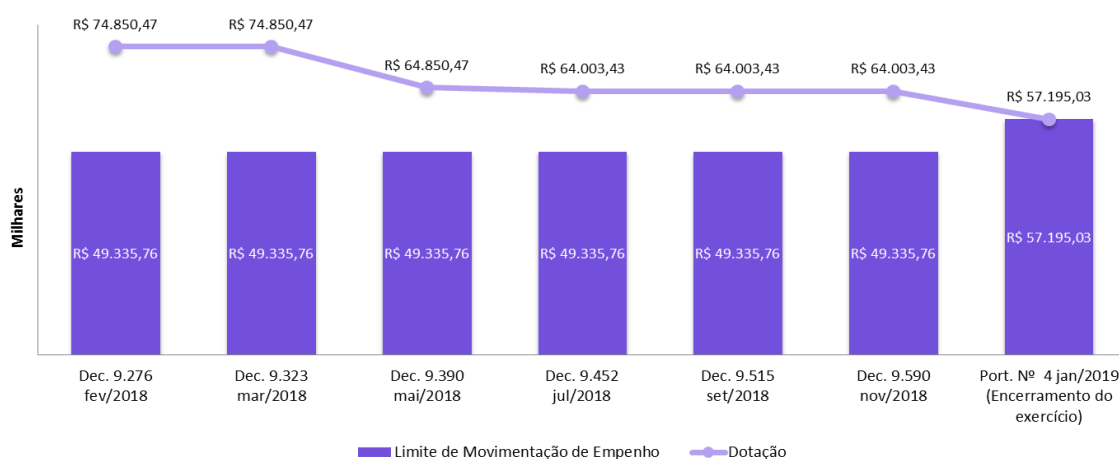


Figura 8 - Valores Autorizados para Movimentação e Empenho das despesas discricionárias

Os Valores contingenciados resultam da diferença entre a Dotação Autorizada e os Valores Autorizados para Movimentação e Empenho demonstrados na tabela abaixo. Observa-se que ao final do exercício, as dotações orçamentárias foram totalmente liberadas.

	Dec. 9.276 fev/2018	Dec. 9.323 mar/2018	Dec. 9.390 mai/2018	Dec. 9.452 jul/2018	Dec. 9.515 set/2018	Dec. 9.590 nov/2018	Port. 4 jan/2019
%Contingenciamento	34,09%	34,09%	23,92%	22,92%	22,92%	22,92%	0,00%

Figura 9 - Valores Contingenciados

### 5.3 - Gestão de pessoas

Na SEAP/PR, ao longo do exercício de 2018, não foi possível estruturar um Departamento de Pessoal para atender às demandas, mas a Presidência da República – PR deu suporte e orientação para os servidores encarregados das demandas.

As demandas atendidas em 2018 foram:

- Progressões funcionais;
- Pagamento de substituições;
- Marcação e alteração de férias;
- Pagamento de Férias e 13º Salário;
- Pagamento de auxílios diversos: transporte, alimentação pré-escolar;
- Adesão e exclusão de conveniados da Geap Autogestão em Saúde;
- Solicitações de abono permanência e aposentadoria;
- Nomeações, exonerações e acertos financeiros;
- Desbloqueio de senhas de acesso ao Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPENET e Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal – SIGEPE;
- Atualizações cadastrais;
- Emissão de declaração de tempo de serviço;
- Emissão de relatórios da Folha de Pagamentos;
- Lançamento de gratificações;
- Consultas ao Sistema de Organização e Inovação Institucional – SIORG;
- Abertura e acompanhamento de chamados junto ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC;
- Solicitações de licença maternidade;
- Movimentação de servidores;
- Solicitação de licença para capacitação.

A despesa de pessoal do exercício de 2018 contemplou o pagamento das seguintes rubricas: Vencimentos e Salários, Abonos, Gratificações, Férias, 13º Salário, Indenizações, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Moradia, Assistência à Saúde, Auxílio Creche e Outros Benefícios.



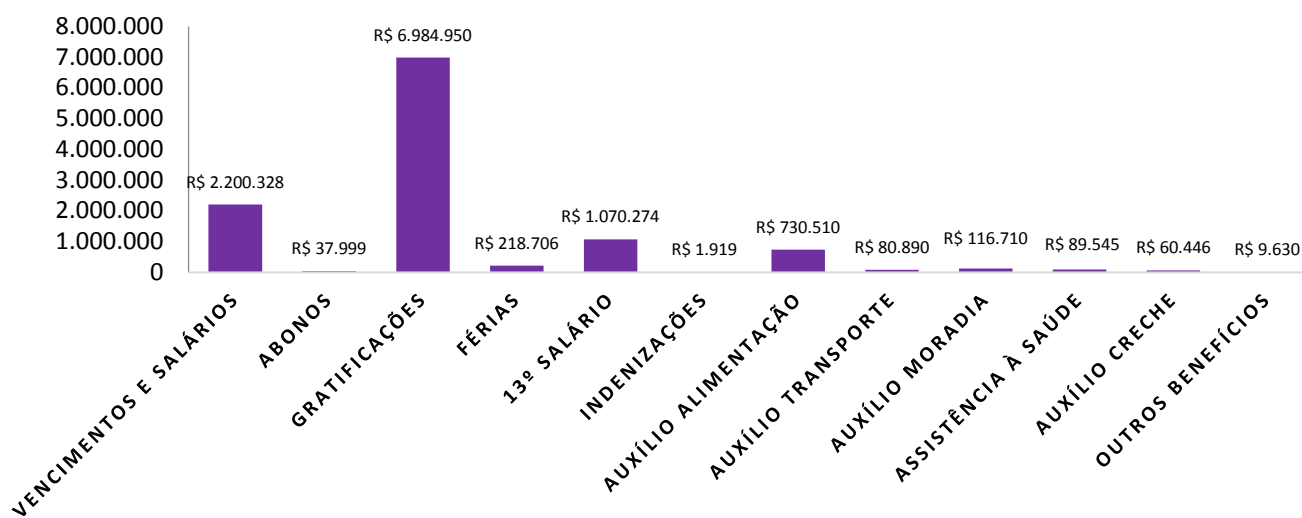


Figura 10 - Despesas com Pessoal em 2018

Durante o exercício de 2018 a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca contou com um total de 225 servidores no quadro de pessoal, assim distribuídos:

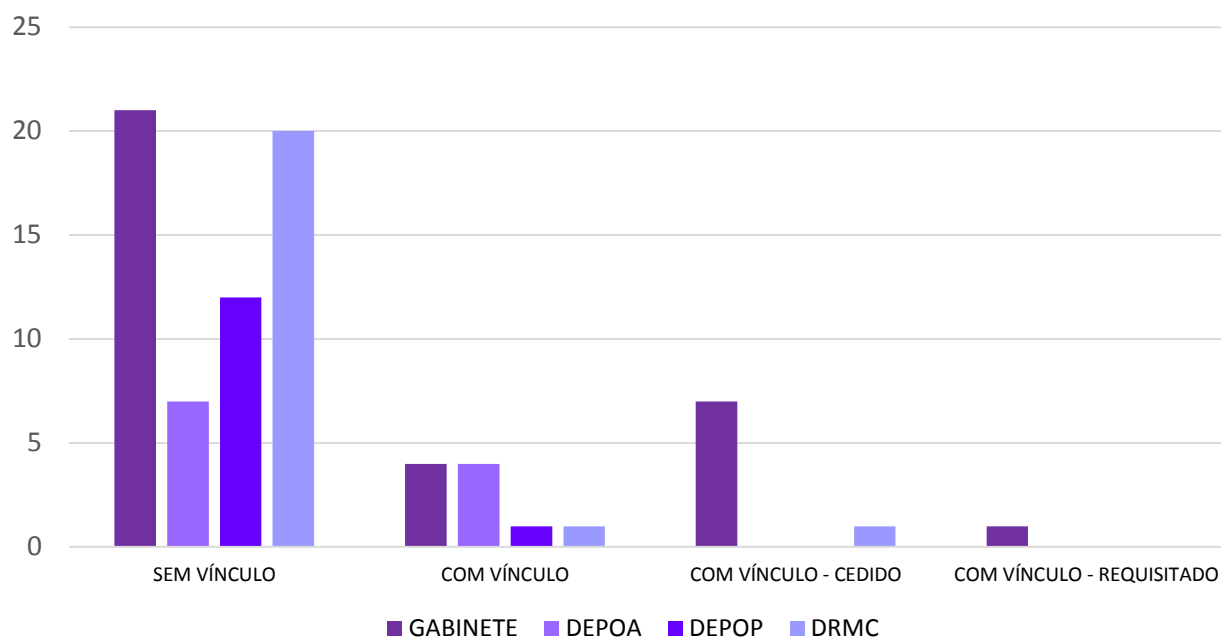


Figura 11 – Distribuição de Pessoal em 2018

#### 5.4 - Gestão de licitação e contratos

Em 2018 várias contratações da SEAP/PR foram feitas por meio de adesão a Atas de Registros de Preços, na modalidade dispensa de licitação.

As contratações mais relevantes em termos de valores foram:

EMPRESA	VALOR	DESCRIÇÃO
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social	R\$ 1.494.373,41	Serviços técnicos profissionais de TIC
Shanally Serviços de Vigilância Eireli	R\$ 132.404,48	Vigilância Ostensiva
Amazon Security Ltda	R\$ 128.287,18	Vigilância Ostensiva
MDG Indústria Eireli	R\$ 185.004,27	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	R\$ 102.000,00	Serviços de Energia Elétrica
Time Evento Produções Eireli	R\$ 855.928,00	Locação de máquinas equipamentos e bens móveis de outras naturezas e intangíveis
DDA Tecnologia Ltda	R\$ 2.397.060,45	Digitalização/Indexação de documentos

Figura 12 – Contratações mais Relevantes

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV foi contratada de forma direta para propor soluções para os principais sistemas de gerenciamento dos recursos pesqueiros de responsabilidade da SEAP/PR, devido ao fato de que atualmente ela é a principal provedora de serviços de tecnologia da informação e comunicação para as áreas sociais na conjuntura estratégica definida pelo Governo Federal.

#### 5.5 - Gestão patrimonial e infraestrutura

Com a conversão da Medida Provisória nº 782, de 2017, na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca foi transferida do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC para a Presidência da República – PR. A principal mudança e desmobilização que ocorreu no exercício de 2018 foi a saída de parte da estrutura da secretaria do Prédio do Incra, no Setor de Autarquias Norte, para o Pavilhão das Metas, na Via N1 Leste. O mobiliário da parte da secretaria que foi alocada no Pavilhão das Metas foi emprestado pela Superintendência Federal de Agricultura do Distrito Federal – SFA/DF.

O patrimônio móvel e imóvel da SEAP/PR está pulverizado nas Superintendências Federais de Agricultura e nos Escritórios Federais de Agricultura que ficam nos Estados. Durante o exercício de 2018 não houve tempo hábil nem estrutura adequada para elaboração e implementação de um plano de gestão de bens móveis e imóveis. O MAPA providenciará a revisão de seu plano de gestão de bens móveis e imóveis no qual a SAP/MAPA será incluída.

Ao longo do exercício de 2018 o principal investimento de capital feito pela SEAP/PR foi a reforma da sobreloja, do 2º e 3º andares do Edifício Siderbrás, localizado no Setor de Autarquias Sul, para acomodar as futuras instalações da secretaria.

## 5.6 - Gestão da tecnologia da informação

A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação de que a SEAP/PR dispôs ao longo de 2018 foi disponibilizada pela Presidência da República- PR. A segurança da informação também ficou a cargo da Presidência da República – PR.

Durante o exercício de 2018 não houve tempo nem estrutura suficientes para elaboração e implementação de projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação. O MAPA providenciará a revisão de seu plano de Tecnologia da Informação e Comunicação no qual a SAP/MAPA será incluída.

Em 2018 foram realizadas aquisições de impressoras no valor de R\$ 2.760,00 da empresa Imprimanet Soluções para Impressão LTDA (SIAFI 2018NS000533) e R\$ 10.260,00 da empresa Adven Comércio, Locação e Serviços LTDA (SIAFI 2018NS000731).

## 5.7 - Gestão de custos

No exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para promover a gestão de custos. O MAPA providenciará a inclusão da SAP/MAPA em seus programas de gestão de custos.

## 5.8 - Sustentabilidade ambiental

No exercício de 2018 a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental não foi colocada em foco quando das aquisições de bens e contratações de serviços, pois várias contratações da SEAP/PR foram feitas por meio de adesão a Atas de Registros de Preços.

A redução do consumo de recursos naturais foi contemplada ao longo de 2018 nas ações de conscientização dos gestores da SEAP/PR quanto ao uso racional da água e o consumo consciente de energia elétrica.

## 6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 6.1 – Declaração do contador

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Denominação completa	Código do Órgão
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR	20124

Declaro que os demonstrativos contábeis do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

- a) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo;
- b) Bens Móveis
- c) Bens Imóveis
- d) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- e) Demais Obrigações a Curto Prazo

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	15/02/2019
Contador	<i>Olga Maria Lima de Oliveira Sinimbu</i>	CRC nº	024206/O-0 DF
Responsável	Olga Maria Lima de Oliveira Sinimbu		

Figura 13 – Declaração do Contador

## 6.2 – Demonstrações Contábeis

## 6.2.1 - Balanço Patrimonial (BP)

Em Mil

Ativo	NE	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>10.866</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.006	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1	860	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>1.131.600</b>	-
<b>Imobilizado</b>		<b>1.131.600</b>	-
Bens Móveis	2	122.840	-
Bens Imóveis	3	1.008.760	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.142.466</b>	-
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>8.163</b>	-
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo		1.357	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4	119	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	5	6.687	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>8.163</b>	-
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.134.303</b>	-
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>1.134.303</b>	-
Resultado do Exercício		586.122	-
Resultados de Exercícios Anteriores		548.181	-
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.142.466</b>	-

Figura 14 – Balanço Patrimonial

Fonte: SIAFI

## Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Especificação			Especificação		
Ativo Financeiro	10.006	-	Passivo Financeiro	80.252	-
Ativo Permanente	1.132.460	-	Passivo Financeiro	55	-
<b>Saldo Patrimonial</b>				<b>1.062.159</b>	-

Figura 15 – Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Fonte: SIAFI



## Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Especificação	2018	2017
<b>Atos Potenciais Ativos</b>	621	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	621	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	621	-
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	295.699	-
Execução dos Atos Potenciais Passivos	295.699	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	290.007	-
Obrigações Contratuais a Executar	5.692	-

Figura 16 – Contas de Compensação

Fonte: SIAFI

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Destinação de recursos	Déficit Financeiro
<b>Recursos Ordinários</b>	-72.035
<b>Recursos Vinculados</b>	1.790
Recursos de Receitas Financeiras	-2.924
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.714
<b>Total</b>	<b>-70.245</b>

Figura 17 – Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro

Fonte: SIAFI

## 6.2.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		1.189.489	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.097	-
Taxas		7.097	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		51	-

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	51	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.180.944</b>	-
Transferências Intragovernamentais	118.981	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.061.963	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.394</b>	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.394	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>603.366</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>13.610</b>	-
Remuneração a Pessoal	10.514	-
Encargos Patronais	2.008	-
Benefícios a Pessoal	1.088	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>10.577</b>	-
Serviços	10.577	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>8</b>	-
Juros e Encargos de Mora	1	-
Descontos Financeiros Concedidos	7	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>577.040</b>	-
Transferências Intragovernamentais	575.681	-
Transferências Intergovernamentais	1.358	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1	-
<b>Tributárias</b>	<b>22</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições	13	-
Contribuições	9	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>2.109</b>	-
Subvenções Econômicas	1.994	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	115	-
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>586.122</b>	-

Figura 18 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Fonte: SIAFI

## 6.2.3 – Balanço Orçamentário (BO)

Em Mil

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão	Previsão	Receitas	Saldo
		Inicial (a)	Atualizada (b)	Realizadas (c)	(d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>				<b>2.535</b>	<b>2.535</b>
<b>Receitas Tributárias</b>				<b>2.481</b>	<b>2.481</b>
Taxas				2.481	2.481
<b>Receita Patrimonial</b>				<b>54</b>	<b>54</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				3	3
Valores Mobiliários				51	51
<b>Total das Receitas ( I )</b>				<b>2.535</b>	<b>2.535</b>

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo da
		Inicial (e)	Atualizada (f)	Empenhadas (g)	Liquidadas (h)	Pagas (i)	Dotação (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes</b>		<b>68.337</b>	<b>73.247</b>	<b>38.475</b>	<b>26.823</b>	<b>25.274</b>	<b>34.772</b>
Pessoal e Encargos Sociais		11.201	17.059	12.578	12.578	11.246	4.480
Outras Despesas Correntes		57.136	56.188	25.897	14.245	14.027	30.291
<b>Despesas de Capital</b>		<b>21.336</b>	<b>11.436</b>	<b>9.757</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>1.678</b>
Investimentos		21.336	11.436	9.757	14	14	1.678
<b>Reservas de Contingência</b>		<b>1.888</b>	<b>1.888</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.888</b>
<b>Total das Despesas ( II )</b>		<b>91.561</b>	<b>86.572</b>	<b>48.233</b>	<b>26.837</b>	<b>25.287</b>	<b>38.338</b>
<b>Resultado Orçamentário(III = I – II)</b>							<b>-35.803</b>

Figura 19 – Balanço Patrimonial

Fonte: SIAFI

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Inscritos	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
<b>Despesas Correntes</b>		<b>38.340</b>	<b>1.316</b>	<b>908</b>	<b>908</b>	<b>12.853</b>	<b>25.894</b>
Outras Despesas Correntes		38.340	1.316	908	908	12.853	25.894
<b>Despesas de Capital</b>		<b>22.408</b>	<b>2.445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.853</b>
Investimentos		22.408	2.445	-	-	-	24.853
<b>Total</b>		<b>60.749</b>	<b>3.761</b>	<b>908</b>	<b>908</b>	<b>12.853</b>	<b>50.748</b>

Figura 20 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

Fonte: SIAFI

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
<b>Despesas Correntes</b>		<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Outras Despesas Correntes		2	-	-	-	2
<b>Despesas de Capital</b>		<b>6.555</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.555</b>
Investimentos		6.555	-	-	-	6.555
<b>Total</b>		<b>6.557</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.557</b>

Figura 21 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Fonte: SIAFI

## 6.2.4 - Balanço Financeiro (BF)

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
<b>Ingressos</b>		<b>87.327</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.535</b>	<b>-</b>
Ordinárias		-	-
Vinculadas		<b>2.538</b>	<b>-</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		2.538	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		2	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>48.522</b>	<b>-</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		36.265	-
Independentes da Execução Orçamentária		12.256	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>36.269</b>	<b>-</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.549	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		21.395	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		13.306	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-
<b>Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)</b>		<b>87.327</b>	<b>-</b>
<b>Dispêndios</b>		<b>77.319</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>48.233</b>	<b>-</b>
Ordinárias		<b>47.722</b>	<b>-</b>
Vinculadas		<b>511</b>	<b>-</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		511	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>20.064</b>	<b>-</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		11.571	-
Independentes da Execução Orçamentária		8.493	-
<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>9.022</b>	<b>-</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		908	-



Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.096	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>10.006</b>	<b>-</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.006	-
<b>Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)</b>	<b>87.327</b>	<b>-</b>

Figura 22 – Balanço Financeiro

Fonte: SIAFI

## Resultado Financeiro do Exercício

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
Ingressos		87.327	-
Dispêndios		87.327	-
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>		<b>0,00</b>	<b>-</b>

Figura 23 – Resultado Financeiro do Exercício

Fonte: SIAFI

## 6.2.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Em Mil

Especificação	NE	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>10.020</b>	<b>-</b>
<b>Ingressos</b>		<b>64.381</b>	<b>-</b>
Receitas Derivadas e Originárias		2.535	-
Receita Tributária		2.481	-
Receita Patrimonial		3	-
Remuneração das Disponibilidades		51	-
Outros Ingressos das Operações		61.846	-
Ingressos Extraorçamentários		17	-
Transferências Financeiras Recebidas		48.522	-
Arrecadação de Outra Unidade		13.306	-
<b>Desembolsos</b>		<b>-54.361</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-23.076</b>	<b>-</b>
Administração		-22.480	-
Agricultura		-596	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-3.105</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais		-312	-
Intragovernamentais		-1.747	-
Outras Transferências Concedidas		-1.046	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-28.178</b>	<b>-</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-17	-
Transferências Financeiras Concedidas		-20.064	-
Demais Pagamentos		-8.096	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-14</b>	<b>-</b>
<b>Desembolsos</b>		<b>-14</b>	<b>-</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-14	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>10.006</b>	<b>-</b>

Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	10.006	-

Figura 24 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Fonte: SIAFI

### 6.3 – Notas Explicativas

#### Nota 01 – Demais Créditos E Valores A Curto Prazo

A conta Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda contempla os seguintes valores: R\$ 314.022,32, registrado contra Ricardo Wendel Magalhães e Associação Estudos Ambientais, como desdobramento do Acórdão TCU nº 4833/2017 e R\$ 225.601,87, registrado contra a Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul, como desdobramento do Acórdão TCU nº 5043/2017. Esses valores encontram-se pendentes de baixa ou atualização desde setembro de 2017, quando foram registrados.

#### Nota 02 – Bens Móveis

A conta Coleções e Materiais Bibliográficos fechou o exercício com saldo de R\$ 0,01. Esse valor encontra-se pendente de baixa ou atualização.

A conta Depreciação Acumulada – Bens Móveis finalizou o exercício com saldo de R\$ 0,00. Esse valor não reflete a depreciação acumulada sobre a totalidade dos bens móveis registrados no Ativo Circulante Imobilizado.

#### Nota 03 – Bens Imóveis

A conta Outros Bens Imóveis Registrados no SPIUNET fechou o exercício com saldo de R\$ 56.960.987,02. Esse valor refere-se a imóveis pendentes de classificação dentro do SPIUNET.

A conta Depreciação Acumulada – Bens Imóveis finalizou o exercício com saldo de R\$ 31.162,68. Esse valor encontra-se pendente de atualização, pois não reflete a depreciação acumulada sobre a totalidade dos bens imóveis registrados no Ativo Circulante Imobilizado.

#### Nota 04 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta Contas a Pagar Credores Nacionais contempla os valores de R\$ 46.285,70 e R\$ 55.617,20 cujos lançamentos registraram dúvida/incerteza sobre essas obrigações. Esses valores encontram-se pendentes de confirmação da existência e dos valores dessas obrigações.

#### Nota 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo

A conta Depósitos Retidos de Fornecedores contempla os valores de R\$ 2.057,26 e R\$ 615,84 cujos lançamentos registraram glosas a pagamentos de fornecedores. Esses valores encontram-se pendentes de regularização, pois no momento do lançamento foi utilizada situação divergente da recomendada.

## 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 7.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?

Durante o exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para determinar os temas a serem incluídos no relatório integrado, nem para definir a forma de quantificar e avaliar os mesmos. O MAPA providenciará a definição dos temas a serem incluídos no relatório integrado, bem como a forma de quantificar e avaliar os mesmos e a SAP/MAPA será incluída.

### 7.2 - Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado

No exercício de 2018 a SEAP/PR não dispôs de tempo nem estrutura suficientes para determinar a materialidade das informações e fazer a descrição dos limites do relato. O MAPA providenciará a determinação da materialidade das informações e fará a descrição dos limites do relato e a SAP/MAPA será incluída.

### 7.3 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Ao longo do exercício de 2018, a SEAP/PR atuou buscando atualizar-se, acolhendo e implementando as determinações e recomendações do TCU.

## 8 - ANEXOS E APÊNDICES

## 8.1 Rol de Responsáveis da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA	
CPF	614.110.942-04
UNIDADE	Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – GAB/SEAP/PR
FUNÇÃO GERENCIAL EXERCIDA NO PERÍODO	Secretário da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	Ordenador de Despesa
TIPO	Titular
FUNÇÃO	DAS 101.6
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHIN QI 04, Conjunto 03, Casa 08, Lago Norte, Brasília-DF, CEP: 71.530-210
E-MAIL	dayvson.souza@presidencia.gov.br
EXERCÍCIO	15/08/2018
DESLIGAMENTO	08/01/2019
OBSERVAÇÃO	Constam nos registros funcionais o seguinte afastamento em 2018: . 10/11/2018 a 21/11/2018 – viagem internacional.
CARLOS CESAR MELLO JÚNIOR	
CPF	033.978.174-20
UNIDADE	Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – GAB/SEAP/PR
FUNÇÃO GERENCIAL EXERCIDA NO PERÍODO	Secretário da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	Ordenador de Despesa
TIPO	Substituto
FUNÇÃO	DAS 101.5
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQN 105, Bloco G, Apartamento 104, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.734-070
E-MAIL	carlos.junior@presidencia.gov.br
EXERCÍCIO	15/08/2018
DESLIGAMENTO	15/01/2019
OBSERVAÇÃO	Nos registros funcionais não constam afastamentos em 2018.
GEOVÁ PARENTE FARIAS	
CPF	296.051.721-00
UNIDADE	Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – GAB/SEAP/PR
FUNÇÃO GERENCIAL EXERCIDA NO PERÍODO	Coordenador Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	Gestor Financeiro
TIPO	Titular

FUNÇÃO	DAS 101.4
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQS 203, Bloco B, Apartamento 107, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.233-020
E-MAIL	geova.farias@presidencia.gov.br
EXERCÍCIO	15/08/2018
DESLIGAMENTO	25/01/2019
OBSERVAÇÃO	Nos registros funcionais não constam afastamentos em 2018.
<b>LÊDA LABOISSIERE</b>	
CPF	477.768.116-53
UNIDADE	Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República – GAB/SEAP/PR
FUNÇÃO GERENCIAL EXERCIDA NO PERÍODO	Coordenadora Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE	Gestor Financeiro
TIPO	Substituta
FUNÇÃO	FCPE 101.3
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Quadra Central, Conjunto C, Bloco A, Apartamento 104, Residencial Beethoven, Sobradinho I, Brasília-DF, CEP: 73.010-640
E-MAIL	leda.laboissiere@presidencia.gov.br
EXERCÍCIO	15/08/2018
DESLIGAMENTO	25/01/2019
OBSERVAÇÃO	Constam nos registros funcionais os seguintes afastamentos em 2018: . 10/09/2018 a 24/09/2018 – férias.